



ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

AVALIAÇÃO EXTERNA NAS ESCOLAS PÚBLICAS
ESTADUAIS: Implicações e Desafios nas Escolas do Ensino
Médio na Região Geográfica Imediata de Pedreiras
Maranhão - Brasil

JOELINE SANTOS DA SILVA LEAL

Lisboa, maio de 2021

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

AVALIAÇÃO EXTERNA NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS:
Implicações e Desafios nas Escolas do Ensino Médio na Região Geográfica
Imediata de Pedreiras - Maranhão - Brasil

Joeline Santos da Silva Leal

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação João de Deus com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na Especialidade de Supervisão, sob a orientação do Professor Doutor Jorge Manuel de Almeida Castro.

Lisboa, maio de 2021

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

AVALIAÇÃO EXTERNA NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS:
Implicações e Desafios nas Escolas do Ensino Médio na Região Geográfica
Imediata de Pedreiras - Maranhão - Brasil

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação João de Deus, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica.

COMISSÃO JULGADORA:

Lisboa, maio de 2021

Epígrafe

Para Freitas (2009, p. 47), “O processo de avaliação é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas”

Dedicatória

Dedico à minha família, pois são o motivo de minha força e perseverança.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por sempre me mostrar o caminho certo.

Sou grato aos meus pais Carlos Alberto e Maria Rosa pelo incentivo aos estudos e pelo apoio incondicional.

Agradeço ao meu orientador professor doutor Jorge Manuel de Almeida Castro e ao coorientador professor Mestre Marcos Borges por toda sua presteza e conhecimento a mim repassado.

Também agradeço ao Instituto Ilusofono e aos seus docentes que nos incentivaram a percorrer o caminho da pesquisa científica.

Meu agradecimento a todos meus amigos que de alguma forma contribuíram para que eu alcançasse meus objetivos.

Resumo

O trabalho dissertativo apresentado, possui toda base fundamentada na literatura científica, constituindo uma abordagem crítica e direta com as políticas públicas de avaliação externa da educação, que buscam avaliar a qualidade do ensino no Brasil. Assim com objetivo de identificar suas implementações nas escolas públicas e avaliar a compreensão dos coordenadores e seus professores com o tema, situados na região Imediata de Pedreiras formada por quatorze municípios no Estado do Maranhão. Durante anos essa região trou-se consigo, desempenho em sua educação de baixa qualidade e o ensino médio, apresenta uma sequencia, piores notas nas avaliações externas. Em 2017 a avaliação externa realizada pelo próprio Estado, através do programa “Avalia Maranhão” apontou melhorias na região, mas essa, constituiu-se em muito pouco, sendo regular para todas as escolas do ensino Médio na Região. Com isso para responder à questão principal a pesquisa, buscou-se uma abordagem qualitativa, produzindo informações pela coleta de dados, através de questionários e entrevistas-semiestruturadas, que foram colocadas em práticas com os sujeitos selecionados para a pesquisa, onde buscou-se trabalhar com equipes ocupando cargos, ligado diretamente e indiretamente com o tema abordado. Para os professores entrevistados, o desafio está na gestão escolar, pois os gestores, diante dos resultados, precisam adotar uma série de ações baseadas na leitura e na análise detalhada do boletim com as avaliações, reunir a equipe para debater as informações obtidas e, com base no diagnóstico e nas reflexões realizadas, preparar um plano para transformar tudo isso em trabalho efetivo na escola. Diante de todos os fatores apresentados na pesquisa pode-se concluir que as Avaliações Externas proporcionam dados que podem renovar o delinemanento correto da escola pública, onde sua função social diante a sociedade democrática é fazer garantir de forma efetiva o ensino-aprendizagem de qualidade para a educação pública.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Avaliação, Avaliação Externa, Qualidade de Ensino.

Abstract

This dissertation is based on scientific literature, constituting a critical and direct approach to public policies of external evaluation of education, which aim at evaluating the quality of teaching in Brazil. The objective is to identify their implementation in public schools and evaluate the understanding of coordinators and their teachers about the subject, located in the immediate region of Pedreiras, formed by fourteen municipalities in the state of Maranhão. For years, this region has had a low quality education performance and high school has the worst grades in external evaluations. In 2017, the external evaluation carried out by the State itself, through the program "Avalia Maranhão", indicated improvements in the region, but these were very little, being regular for all high schools in the region. In order to answer the main research question, a qualitative approach was sought, producing information by collecting data through questionnaires and semi-structured interviews, which were put into practice with the subjects selected for the research, where we sought to work with teams occupying positions directly and indirectly linked to the theme addressed. For the interviewed teachers, the challenge lies in school management, since managers, when faced with the results, need to adopt a series of actions based on reading and analyzing in detail the report card with the evaluations, gather the team to discuss the information obtained, and, based on the diagnosis and the reflections made, prepare a plan to transform all this into effective work at school. In view of all the factors presented in the research, it can be concluded that the External Evaluations provide data that can renew the correct delinement of the public school, where its social function before the democratic society is to effectively ensure the teaching-learning quality for public education.

Key-words: Public Evaluation Policies, External Evaluation, Teaching Quality

Índice de abreviaturas e siglas

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MEC	Ministério da Educação
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ANEB	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
SEAMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
ENCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
PISA	Programme for International Student Assessment
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Económico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado

Índice de figuras

Figura 01 – Mapa de Localização o Estado do Maranhão – Brasil.....	60
Figura 02 - Mesorregiões do Maranhão – Centro Maranhense.....	61
Figura 03 - Regiões geográficas imediatas por regiões intermediárias – Pedreira.....	62
Figura 04. Mapa de Localização do Município de Pedreiras – Brasil.....	63
Figura 05. Mapa de Localização do Município de Trizidela do Vale – Brasil.....	64
Figura 06. Formação dos entrevistados.....	78
Figura 07. Idade dos entrevistados e tempo de trabalho.....	78

Índice de tabelas

Tabela 01. Escolas selecionadas para as entrevistas.....	70
Tabela 02. Campo da amostra – população total dos entrevistados.....	70
Tabela 03. Campo da amostra – professor (turno/disciplina).....	71
Tabela 4. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 1 a 3) Melhoria da Qualidade de Ensino - 1º parte.....	80
Tabela 5. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 4 a 6) Melhoria da Qualidade de Ensino - 2º parte.....	83
Tabela 6. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 7 a 11) Melhoria da Qualidade de Ensino - 3º parte.....	85
Tabela 7. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 4 a 6) Melhoria da Qualidade de Ensino - 4º parte.....	89
Tabela 8. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 7 a 11) Melhoria da Qualidade de Ensino - 5º parte.....	93
Tabela 9. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 1 a 11) Melhoria da Qualidade de Ensino - 6º parte.....	96
Tabela 10. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 12 a 14) Implicações e Desafios - 1º parte dos entrevistados.....	99
Tabela 11. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 12 a 14) Implicações e Desafios - 2º parte dos entrevistados.....	102
Tabela 12. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 12 a 14) Implicações e Desafios - 3º parte dos entrevistados.....	105
Tabela 13. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 15 a 17) Implicações e Desafios - 1º parte dos entrevistados.....	107
Tabela 14. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 15 a 17) Implicações e Desafios - 2º parte dos entrevistados.....	110
Tabela 15. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 15 a 17) Implicações e Desafios - 3º parte dos entrevistados.....	114
Tabela 16. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 18 a 21) – Políticas Governamentais – auxílio a escola – 1º parte dos entrevistados.....	115
Tabela 17. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 18 a 21) – Políticas Governamentais – auxílio a escola – 2º parte dos entrevistados.....	117
Tabela 18. Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 18 a 21) – Políticas Governamentais – auxílio a escola – 3º parte dos entrevistados.....	121

Índice Geral

Epígrafe	iv
Dedicatória	v
Agradecimentos	vi
Resumo	vii
Abstract	viii
Índice de abreviaturas e siglas.....	ix
Índice de figuras.....	xv
Índice de tabelas.....	xv
a. Introdução	15
a.a Problemática.....	19
<i>PARTE I</i>	22
REVISÃO DA LITERATURA	22
CAPÍTULO I	23
AS ORIGENS DA AVALIAÇÃO EXTERNA	23
1.1 Avaliação Externa	23
1.2 Sistema Nacional de Avaliação da Escola Básica (SAEB).....	31
1.3 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	33
CAPÍTULO II	35
AVALIAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	35
2.1 Contexto a avaliação da política pública	35
2.2 Avaliação de políticas educacionais no brasil.....	37
2.3 A avaliação externa no contexto das políticas públicas	40
2.4 Avaliação de políticas educacionais no Maranhão e o programa Avalia Maranhão	43
CAPÍTULO III	49
PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS	49
3.1 Gestão escolar e as avaliações externas.....	49
3.2 Usos dos resultados das avaliações externas pelos gestores	55
<i>PARTE II</i>	58
ESTUDOS EMPÍRICOS	58
CAPÍTULO IV	59
METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	59

4.1 Introdução	59
4.2 Lócus da Pesquisa	60
4.2.1 Estado do Maranhão	60
4.2.2 Região Geográfica Imediata de Pedreiras	62
4.2.3 Local de investigação – Município de Pedreiras	63
4.2.4 Local de investigação – Município de Trizidela do Vale	65
4.2.5 Escolas investigadas	66
4.3 Questões de investigação	67
4.4 Objetivos	68
4.4.1. Geral.....	68
4.4.2. Específicos	69
4.5 Hipóteses e variáveis	69
4.6 Caracterização e critérios da amostra	70
4.7 Instrumentos de recolha e análise de dados	72
4.7.1 Técnicas e instrumentos de coleta de dados	72
4.7.2 Técnicas e instrumentos de análise de dados	75
4.8 Dimensões e critérios de seleção da amostra	75
4.9 Ética da Pesquisa.....	76
4.10 Procedimentos estatísticos.....	77
CAPÍTULO V	78
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCURSÕES	78
5.1 Apresentação dos resultados da pesquisa	78
5.1.1 O Perfil dos atores educacionais.....	78
5.1.2 Gestão dos Dados da Avaliação – Melhoria da Qualidade das Escolas	80
5.1.3 Avaliações Externas – implicações e desafios para as escolas e região geográfica imediata de Pedreiras.	99
5.1.4 Melhorias do Ensino-aprendizagem – com Avaliações Externas	108
5.1.5 Políticas Governamentais de Avaliação Externas – Apoio com a gestão nas escolas	116
CAPÍTULO VI.....	124
CONCLUSÃO E LINHA FUTURAS DE INVESTIGAÇÃO	124
6.2 Conclusão.....	124
6.1 Linha futura de investigação.....	127
Referências Bibliográficas	129

Apêndice A – Roteiro de Entrevista.....	134
Apêndice B.....	136
TERMO DE CONSENTIMENTO DA ESCOLA	136
Apêndice C	137
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	137

a. Introdução

Como ação intrínseca do ser humano as questões de avaliar e atestar o conhecimento é adotado o tempo todo nas relações humanas, e desta forma, essa questão nos traz um grande desafio, um teste, com objetivo de avaliar constantemente o conhecimento dos vários temas que são apresentando no meio acadêmico.

Assim, na educação, os métodos avaliativos por exemplo, são formados por procedimentos variados, todos com intenção de promover a melhoria do ensino-aprendizagem, com isso também a existência de Avaliações Internas da aprendizagem, essas adotadas pelos professores em sala de aula, com intuito de acompanhar a evolução das performances dos alunos na sua aprendizagem no ambiente escolar. Deste modo, ficando para os governos, sendo da escala federal ou estadual as Avaliações Externas, que consiste em avaliar o desempenho das escolas em uma determinada região, conforme seus projetos avaliativos. Estes, possuindo o propósito básico para o controle da gestão, envolvendo o processo da monitoração das políticas públicas, voltadas para a realidade de determinada região, verificando de forma geral o rendimento das práticas pedagógicas desenvolvidas.

Deste modo, os dados obtidos nessas avaliações, servem também para auxiliar os gestores para a tomada de decisões, ligadas a toda a comunidade escolar, com as questões de práticas pedagógicas, elaboradas e direcionadas para o objetivo final que contemplam uma educação voltada para aquisição do conhecimento.

Assim, entende-se através deste contexto, que o processo desenvolvido para a construção de avaliação são constituídos de dois processos distintos, onde o primeiro ligado a avaliação interna que tem como o alvo, verificar a aprendizagem dos alunos em sala de aula, e as avaliações externa, direcionadas para o desempenho das escolas em uma região.

Com isso, aplicação de uma avaliação externa de larga escala, elimina o foco avaliativo do aluno, e inclui a escola, o município ou o Estado na questão do desempenho escolar. Ou seja, a avaliação de larga escala possui o propósito de realizar uma avaliação de forma independente e sendo comparável diante a uma escala de tempo com as questões da educação de uma determinada região no Brasil.

De forma geral, a avaliações externas de larga escala, tem objetivo de aferir as habilidades e os conhecimentos dos alunos, com aplicação de testes, cujo sua finalidade está ligada para avaliação da qualidade do ensino da região, verificando com isso, os fatores contextuais que incidem direto na qualidade do aprendizado.

Conforme Gatti (2003), avaliação é a parte fundamental para questionarmos o processo de ensino-aprendizagem, pois através dela, as informações do como se deve ensinar algo, são essenciais para balisar a direção correta. Com isso, ela busca constantemente o desenvolvimento cognitivo do aluno, resultando no desempenho, ou seja, no modo como o aluno mostra tudo aquilo que aprendeu em sala de aula.

Diante desse contexto, os aspectos fundamentais do processo avaliativo foram analisados e o pleno desenvolvimento do aluno está ligado com as avaliações externas, onde questiona-se a eficácia das avaliações internas diante aos objetivos finais do saber e da correta aprendizagem verificada. Deste modo, o monitoramento eficaz é uma condição necessária para obter os parâmetros construtivos de práticas pedagógicas, que busquem melhorar de fato as competências e habilidade dos alunos e, deste modo, possa também construir um melhor desempenho educacional.

Desta forma, temos como a indagação principal da pesquisa o seguinte ponto: Quais as implicações e os desafios das avaliações externas na Microrregião do Mearim, tem produzido nos cotidianos das escolas estaduais do ensino médio e nas Políticas Educacionais da Região?

Essa questão levantada de forma geral, mostra o interesse do pesquisador em levantar debate sobre o assunto de forma mais abrangente, pois, o mesmo encontra-se hoje desempenhando funções ligadas ao tema, na gestão voltada para a educação regional, deste modo, há muitos debates internos no órgão regional, que não levam em ações concretas, com isso, impossibilitando a utilização da ferramenta avaliativa em prol da melhoria do Médio Mearim.

Para chegar em respostas que levem a escola ou região em melhorias significativas no seu ensino-aprendizagem, é necessário obter dados concretos nas avaliações externas, com objetivo de executar políticas educacionais de boa qualidade. No entanto, testes a serem desenvolvidos com os mecanismos de coleta não tem produzidos informações confiáveis, por muitas vezes, sendo negligenciados pela gestão das escolas. Os inúmeros motivos são observados em seus cotidianos entre eles estão, bem claros, a falta de treinamento bem como o manuseio inadequado dos materiais que chegam as instituições educacionais.

Entende-se, para que haja reversão deste quadro realista nas várias regiões do Brasil, é necessário reavaliar os projetos pedagógicos, bem como suas técnicas que já estão fora da realidade brasileira. Deste modo, Franco (1993) comenta de modo geral, a respeito da avaliação e seus métodos para a melhoria do processo que o fracasso escolar, bem como a evasão e os índices de repetências estão ligados aos modelos ultrapassados de avaliação. Com

isso, deve-se urgentemente fazer entendimentos na relação entre alunos e as finalidades da avaliação externa na escola.

Diante a essa perspectiva, a clareza na definição dos reais motivos e a finalidade de se ter uma avaliação é o ponto central a ser definidos, seja ele externo ou interno, através de práticas desenvolvidas por professores em sala de aula. Com isso, as avaliações de larga escala são fundamentais para os governos, onde, apresentado por meios de materiais de divulgação estão ligados com a necessidade dos gestores educacionais de conhecer de fato as condições reais da educação do país. Tendo com isso, a finalidade exclusivamente para a contribuição da melhoria da qualidade da educação.

Conforme Sousa (1993), colocar que avaliação é um procedimento adotado que visa verificar se os objetivos da educação estão sendo, de forma correta, atingidos pelos programas desenvolvidos, e também possuem a finalidade de fornecer as informações a respeito ao desempenho dos alunos em prol dos objetivos traçados, verificando com isso, o percentual de aprendizagem foi realizada com as previstas no planejamento do governo e, deste modo, buscando alcançar os resultados desejados. O autor também coloca que não está se referindo somente para avaliação de larga escala, pois o esclarecimento é geral, visando objetivos e finalidade das avaliações internas quanto externas.

Entende-se, de forma abrangente, e que deve ser considerado como justificativa para estudo científico, que os métodos avaliativos que são praticados dentro da escola, desconsideram, de certo modo, os aspectos educacionais dos alunos, esses considerados fundamentais para a eficácia no processo de ensino-aprendizagem, como também a avaliação externa está direcionada aos gestores das escolas, com isso eliminando os professores para essa discussão, onde, são eles os verdadeiros responsáveis pelo desenvolvimento do ser humano, com a construção do saber. Outro ponto a ser levantado, está ligado aos métodos avaliativos utilizados pelas avaliações, seja ela interna ou externa, este ponto, pode explicar os indicadores negativos quanto a melhoria do ensino-aprendizagem, esse contexto resumido está levando as regiões menos providas de recursos ao fracasso escolar, tanto referente aos resultados quanto seus métodos avaliativos. E, deste modo, justificar a realização dessa pesquisa para entender o que está acontecendo na Região do Mearim, quanto aos desempenhos negativos, sendo registrado ao longos desses anos.

Com isso, fortalecendo as questões que justificam essa pesquisa Oliveira e Nero (2011, p. 37) coloca seus pontos de vista a respeito das avaliações externas, onde demonstram preocupação quando afirmam que as mesmas são somente dirigidas aos gestores escolares “do que para ajudar os professores a analisarem os resultados, buscando rever seus métodos de

ensino e práticas de avaliação”, também quando Oliveira (2011, p. 36) reitera essa afirmação colocando que “as comunicações de resultados das avaliações com foco na escola devem promover uma articulação com o trabalho pedagógico escolar a fim de aprimorá-lo”.

Diante deste contexto, afirmado pelos autores, indaga-se como a principal pergunta investigativa: Quais as implicações e os desafios das Avaliações Externas na região geográfica imediata de Pedreiras, no Estado do Maranhão, tem produzido nos cotidianos das escolas estaduais do ensino médio dos municípios de Pedreira e Trizidela do Vale?

Diante do exposto, esse estudo tem como principal objetivo fazer uma abordagem dos efeitos das avaliações externas, quanto a suas implicações e desafios para elevar o ensino-aprendizagem na região, nas escolas estaduais do ensino médio dos municípios de Pedreira e Trizidela do Vale.

A fim de atingir seu objetivo central, desse estudo lança mão de estudos bibliográficos que estão ligados diretamente no embasamento e na fundamentação deste estudo exploratório, que foi realizado em duas escolas da rede Pública Estadual de Educação do Maranhão, localizadas nos municípios de Pedreiras e Trizidela do Vale, ambas pertencentes a região Imediata de Pedreiras, fazendo uso da observação, foi realizadas entrevistas através da aplicação de questões semiestruturadas aos membros da gestão escolar e seus professores das referidas escolas.

Deste modo, toda a pesquisa foi planejada e executada, considerando em sua amostra a colaboração de professores do ensino de matemática e português, bem como a representação de gestores das escolas, pertencentes a rede estadual de ensino, localizados nos municípios de Pedreira e Trizidela do Vale. Quanto a justificativa da seleção dos sujeitos, participantes da pesquisa, está ligado a sua importância dentro do processo da gestão voltada para as Avaliações Externas, assim, entende-se que, a escolha do professor se dá pela sua importância diante ao seu envolvimento direto com o ensino-aprendizagem, já os diretores, por estar presente como líderes responsáveis pela gestão neste processo, quanto aos coordenadores pedagógicos, estão ligados com as articulações do processo educativo na escola ou na região, sendo assim, elementos fundamentais para a composição de estratégias inovadoras para direcionar a Região do Médio Mearim a desenvolver melhores práticas educativas elevando com isso, melhores resultados.

Com isso, a pesquisa foi realizada utilizando números da amostra, com doze professores investigados, sendo seis de cada disciplinas (matemática e português), distribuídos nas duas escolas selecionadas, também foram convidados, dois Diretores, dois Coordenadores Pedagógicos e o Coordenador Geral da Unidade Regional de Educação de

Pedreiras. Este responsável pelos nove municípios que contemplam a rede de educação do Médio Mearim no Estado do Maranhão, onde Pedreiras e Trizidela do Vale, municípios vizinhos formam o conjunto da Região.

Assim, foram utilizados os fundamentos da metodologia científica para a construção desta pesquisa, onde buscou-se desenvolver durante todo o trabalho, uma análise dos conteúdos de forma dinâmica, com leituras e discursões, buscando construir uma análise de dados fundamentados, possibilitando com isso uma maior eficácia nos seus resultados.

a.a Problemática

Conforme Machado (2012), afirmando que a realização de avaliações externas realizadas pelo governo federal com intuito de conhecer verdadeiramente a qualidade da educação nas escolas brasileiras, tem sido uma das principais bandeiras na busca de reduzir os efeitos negativos da educação no Brasil nos últimos anos.

Segundo os autores que aprovam a realização das Avaliações Externas, esses úteis, pois auxiliam gestores na melhoria do rumo positivo da educação da escola na busca do ensino-aprendizado de qualidade. Pois este tipo de avaliação, foca no olhar de fora para dentro, tendo com isso a garantia de uma visão sistêmica de todo o processo.

Deste modo, o Saeb que é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, conhecida populamente como “prova do Saeb” foi implantado nos anos 90, pelo Governo Federal, tendo como objetivo principal, a realização de aplicação de uma prova avaliativa, buscando medir a qualidade das escolas públicas. Essas avaliações são realizadas em toda a região do Brasil em períodos de dois a dois anos em todos os alunos do 5º ao 9º ano matriculados na rede do ensino fundamental e na rede do ensino médio, controlada pelo Estado.

O programa Saeb, que tem o compromisso de acompanhar a evolução de todo o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, também é um poderoso instrumento que aponta a direção em que a escolas ou a região está seguindo, assim, é a ferramenta essencial na gestão dos representantes diretos na educação regional. Esta ferramenta é capaz de diagnosticar os principais fatores que interferem no ensino-aprendizagem, e com isso, levar ao gestor a produzir o projeto de intervenção de modo mais rápido, sanando os problemas causados pela falta de desempenhos dos alunos.

Com isso, mediante as aplicações dos testes do Saeb, que indiretamente medem os conhecimentos e habilidades dos professores através de suas práticas de ensino para o alcance

dos resultados, verificando os fatores contextuais e escolares que estão diretamente incididos na qualidade do ensino. Trabalha-se desta forma, com o método avaliativo da teoria da resposta ao ítem, este tem o propósito de aferir o desempenho dos alunos.

De certo modo, a Avaliação Externa concentra-se seus esforços nas competências dos alunos diante ao contexto sócio-educacional, com intuito de haver melhores práticas pedagógicas, ajustando as necessidades dos discentes diante das realidades mostradas pela avaliação. Para isso Freitas (2009) comenta que:

Avaliação Externa é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas. (Freitas, 2009, p. 47).

Também reforçando a questão, Machado (2012) afirma que avaliação externa é um processo que busca obter dados reais e apartir dos mesmos, pode perceber o que está acontecendo com cada escola, e assim, pode-se buscar novas alternativas e construir novos planejamentos com ações inovadoras, buscando a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem da escola. Pois, o autor ressalta que divulgar os dados não é o suficiente, é necessário realizar uma análise aprofundada na realidade de cada escola.

Diante deste contexto, afirmado pelo autor, construímos a indagação principal da pesquisa o seguinte ponto: Quais as implicações e os desafios das avaliações externas na Microrregião do Mearim, tem produzido nos cotidianos das escolas estaduais do ensino médio dos municípios de Pedreira e Trizidela do Vale?

Deste modo, algumas perguntas ainda foram levantadas para amadurecer o entendimento sobre o tema proposto, assim, a pesquisa também buscará entender os seguintes pontos: Até que ponto as avaliações em larga escala contribuem de forma efetiva para a aprendizagem dos alunos na região do Médio Mearim? Como esses dados da avaliação externa estão sendo utilizados na visão dos professores e dos gestores (diretor e coordenador pedagógico) nas escolas para contribuir na melhoria da qualidade da educação no Médio Mearim? Existem programas direcionados as avaliações externas nas escolas para auxiliar professores e gestores no uso dos resultados para a melhoria do ensino e aprendizado?

Entende-se que buscar as respostas destas inquietações é o caminho a ser percorrido durante todo o desenvolvimento desta pesquisa, com isso, tornando-se a base da cientificidade da avaliação externa para o desenvolvimento da educação.

Em Brasil (2001) coloca que os documentos normativos que buscam tratar da educação, são ferramentas que proporcionam o meio de chegar a uma possibilidade, e esses

são conhecidos como as leis, os parâmetros curriculares, as diretrizes e as avaliações, estão relacionadas com a construção do ensino de qualidade, dando a elas ênfase de ferramentas que proporcionam o meio de chegar a uma possibilidade.

Luckesi (2013), comenta que:

Até finais dos anos 1980 e inícios dos anos 1990, predominantemente, na prática educativa, considerávamos que o responsável pelo fracasso escolar era o educando. Era ele que não desejava ou não investia em sua aprendizagem, por isso era eventualmente ou sucessivamente reprovado. (Luckesi, 2013, p. 32).

No entanto, durante a construção de novas pesquisas sobre o tema, descobriu-se que os processos negativos sobre o fracasso escolar não estavam somente concentrados nas questões dos educandos. Deste modo, Luckesi (2013) comenta que:

Então, timidamente, para além da avaliação da aprendizagem, iniciamos a pensar e ensaiar práticas avaliativas que fossem para além da aprendizagem em sala de aulas, chegando, hoje, às práticas de avaliação institucional e de larga escala. (Luckesi, 2013, p. 33).

Deste modo, percebeu-se que o sistema de ensino poderia está envolvido diretamente com o fracasso escolar. Com isso, a avaliação externa poderia está apoiando, como um elemento a mais, buscando a interação de um novo repensar, com planejamento voltado para as ações pedagógicas. Assim, pesquisa voltada para área de educação tem-se mostrado que o sistema de ensino está ligado para a responsabilidade do aluno por seu sucesso e insucesso.

Dando continuidade aos comentários, Luckesi (2013) diz que as práticas de avaliações, que vão muito além de sua implantação em sala de aula, são de plena importância, e também coloca que qualidade do ensino-aprendizagem do aluno, está ligada a uma parte para a instituição que oferece o ensino.

PARTE I
REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO I

AS ORIGENS DA AVALIAÇÃO EXTERNA

Este capítulo fará um resumo da origem da Avaliação Externa. Deste modo, fará uma abordagem que mostra que depois que se buscou enfatizar as mudanças que ocorreram durante a proposição das políticas públicas, tendo a papel do Estado com efetivação de sua reforma educacional nos anos 90, onde foi possível utilizar a prática da avaliação externa. Assim, neste capítulo foi desenvolvido um contexto dos caminhos percorridos durante as questões políticas sobre o processo de avaliação.

1.1 Avaliação Externa

Assim, inicia-se o item, comentando que avaliação externa chamada também de avaliação em larga escala, pelo motivo de sua amplitude contingencial de participantes, resultando em uma longa lista de informações, que ajudam os gestores a desenvolverem várias ações de ordem políticas educacionais.

Através da pesquisa direcionada por Barreto e Pinto (2001, p. 57), onde os autores descrevem as avaliações realizadas nos anos 90, que descrevem seus objetivos onde comentam que o “delinear o perfil cognitivo da população com base em informações de caráter censitário, permitindo reconstituir detalhes da trajetória escolar de populações que frequentam a escola e identificar a transição de um estágio cognitivo dos sujeitos para outro”.

As autoras do artigo colocam sua visão de preocupação, destacados pelos novos modelos de produção organizacional, como também de competência de mão de obra, que está sendo montada para a construção de uma tecnologia moderna, com isso, o papel da avaliação tem um destaque especial, pois terá como objetivo de aferir essa competência.

Conforme Freitas (2007) comenta que, o Estado tem a intenção de realizar estudos na área de planejamento educacional desde a década de 30, porém a autora fala que:

Foram necessárias mais ou menos cinco décadas para que a avaliação (externa, em larga escala, centralizada e com foco no rendimento do aluno e no desempenho dos sistemas de ensino) viesse a ser introduzida como prática sistemática no governo da educação básica brasileira. (Freitas, 2007, p. 51).

Bonamino (2002) comenta que o final dos anos 80 foi marcado pelas implementações do sistema nacional de avaliação para a educação básica, desenvolvida pelo Ministério da Educação, onde o Inep por meio de organização, construção e execução foi pioneiro no desenvolvimento das atividades. Assim, através do Saep (Sistema de Avaliação do Ensino Público) em 1987, teve como um dos seus objetivos de realizar avaliação do Programa de Educação Básica, direcionado para o Nordeste do Brasileiro, este também conhecido na época como Edurural.

Assim Pilati (1994) comenta que:

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), cuja primeira edição ocorreu em 1990 tinha, segundo os dirigentes do MEC, dentre outros, os seguintes objetivos: regionalizar a operacionalização do processo avaliativo para possibilitar a gestão direta pelas instâncias locais; conhecer e construir parâmetros do rendimento dos alunos em relação às propostas curriculares; disseminar, na sociedade, ideias em relação à qualidade desejada e a obtida, considerando o conhecimento a ser democratizado, perfil e prática dos professores e diretores e construir uma base de dados sobre o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas. (Pilati, 1994, p. 15).

Diante do exposto, podemos comentar, através dos objetivos do Saeb, que durante a etapa de implantação do sistema de avaliação externa, visava uma menor obtenção dos subsídios para desenvolvimento de políticas, dando mais ênfases na produção de dados e informações a respeito da educação nacional, buscando aferir de modo real, os resultados de desempenhos de alunos e das escolas.

Deste modo, Barreto e Pinto (2001) destaca em seus estudos que buscou-se analisar o estado da arte da avaliação no período dos anos 90, colocam que:

Esse tipo de avaliação ganhou relevo no país nos anos 90, tendo predominado, nesse grupo de artigos, o discurso que se preocupa com o esclarecimento das características e finalidades dos sistemas de avaliação e busca as justificativas para adotá-los. Esse discurso servirá, de certo modo, como substrato à fala oficial. (Barreto e Pinto, 2001, p. 65).

Conforme Coelho (2008), passados cinco anos de sua implantação, a partir de 1995, o Saeb foi reformulado, onde duas grandes alterações foram adicionadas no seu contexto. Sendo a primeira, relacionada com os seus objetivos, incluindo o estudo e análises dos alunos matriculados no ensino médio nas escolas particulares, onde buscava-se incluir dados sobre as características voltadas para a cultura e o ambiente socioeconômicos e hábitos dos alunos. Deste modo, foram definidas que as séries que seriam avaliadas por amostragem estariam

contidas nas séries da quarta a oitava, assim constituindo uma parte do ensino fundamental I e outra do II e também, buscando medindo a terceira série do ensino médio.

Sendo a segunda, realizada uma revisão sobre a metodologia das provas aplicadas, onde foram utilizados a metodologia conhecida como a Teoria de Resposta ao Item, ou TRI, que tem como objetivo, medir o desempenho dos alunos durante toda a sua trajetória histórica de conhecimento adquirido nas aferições de provas obtidas nas escolas. Onde, segundo Sousa e Arcas (2010, p. 182) que “comparações entre as diversas aplicações, criando-se, assim, uma série histórica, permitindo a elaboração de políticas públicas a longo prazo”. Assim, durante essa fase, avaliação externa buscou a produção de informações adquiridas pelo desempenho dos alunos, com intuito de traçar toda a sua trajetória histórica dos resultados apresentados pelas escolas. Com isso, possibilitou-se o desenvolvimento de políticas pedagógicas voltadas para elevar a aprendizagem, que, durante a sua fase escolar demonstraram maiores dificuldades e, deste modo, se pôde entender que através desta ação foram implementados novos processos visando desenvolver com qualidade a educação brasileira.

Com isso, na metade da década de 2000, o Saeb foi reformulado, marcando assim como um importante acontecimento, pois foi introduzido na metodologia duas avaliações que proporcionou a elevar o controle do rendimento escolas. Assim, a primeira continuou-se trabalhando com a Aneb, que depois ficou conhecida como a prova do Saeb, e pôr fim a introdução da prova Nacional de Rendimento Escolar – Anresc, popularmente conhecida, como a Prova Brasil.

Utilizando-se de informação obtida pelo site do MEC (<http://portal.mec.gov.br/>, recuperado em 12 de setembro de 2019), faz uma relação entre a diferenças e semelhanças de ambas, isto é, da Prova Brasil e Saeb, esclarecendo que “são dois exames complementares que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica”. Assim, o texto deixa claro, semelhanças entre si, destacando-se também, para entendimentos que as duas avaliações são aplicadas em períodos bianual, sendo assim, os alunos são avaliados com provas, que buscam avaliar suas performances na língua portuguesa e nas questões de matemática. Sendo que, para as avaliações da Prova Brasil, são realizadas em alunos matriculados no quinto ao nono ano, em todas as escolas públicas do ensino fundamental II, espalhadas na região brasileira. Quanto a prova do Saeb, detém das mesmas características da primeira, sendo incluído também para avaliação os alunos matriculados no ensino médio, em seu terceiro ano. Também o MEC em sua divulgação nacional, deixa claro que, apesar do Sistema utilizar duas provas avaliativas, nenhum aluno fará duas provas.

Para a gestão das escolas, realizar duas avaliações tem uma grande importância, pois existem diferenças em suas metodologias e resultados que podem ser trabalhados em prol de melhorias. Assim, entende-se que avaliação do Saeb é realizada de forma amostral, enquanto a Prova Brasil é realizada em todos os alunos de cada escola do Brasil. Com isso, não há possibilidade de alguma escola não existir resultados, pois todos os alunos do ensino fundamental e parte do médio são obrigados a constituir o público alvo avaliado. Isso de certo modo, não acontecia nas avaliações amostrais do Saeb.

Conforme os autores Sousa e Lopes (2010), consideraram nas suas análises interpretativas, que a diferença contida nas avaliações externas que mostram que uma tem características de somente amostral e a outra censitária, assim, de certo modo, realizado a justificativa para a inclusão de um outro sistema avaliativo, onde também deixam claro, que não pode se limitar somente a estes processos avaliativos, pois nos entendimentos de Sousa e Lopes (2010, p. 55) mostram que “à necessidade de fazer da avaliação um instrumento de gestão para/das unidades escolares [que] levou à proposição da Prova Brasil, cujos resultados estão disponíveis para cada uma das redes e para cada escola”.

Assim, buscando ampliar esse debate, Alavarse, Bravo e Machado (2012) colocam que:

Nesses novos tempos de avaliação, possíveis alegações de não reconhecimento das especificidades de cada rede nos resultados das avaliações por amostragem, como o SAEB, não encontram mais eco na sociedade, uma vez que a Prova Brasil e o Ideb produzem e disponibilizam uma fotografia da qualidade do ensino de cada sistema de ensino da federação. (Alavarse, Bravo e Machado, 2012, p. 45).

Durante o estudo de Bonamino e Sousa (2012) os autores encontraram dados que possibilitaram em evidenciar as diferenças reais entre as duas avaliações, extensivas para o Saeb e a Prova Brasil, assim os autores destacam que:

a introdução da Prova Brasil em 2005 e sua repetição, a cada dois anos, permitem a comparação, ao longo do tempo, entre as escolas que oferecem o ensino fundamental. Em sua primeira edição, ela avaliou mais de 3 milhões de alunos em aproximadamente 45.000 escolas urbanas de 5.398 municípios; foi muito além, portanto, do Saeb, que avalia, em média, uma amostra de 300.000 alunos. (Bonamino e Sousa, 2012, p. 379).

Após alguns anos da implantação da Prova Brasil, o governo já, em 2007, criou o Ideb¹, que possibilitou desenvolver Metas para o monitoramento das escolas públicas,

¹ É o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, uma das primeiras iniciativas brasileiras para medir a qualidade do aprendizado nacionalmente e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

utilizando com isso, as análises dos dados obtidos pelas notas levantadas pela Prova Brasil e também do Censo Escolar² realizado em 2005. Assim, Reynaldo Fernandes (2007, p. 06), na época presidente do Inep, fez comentários a respeito do índice, pois afirmava que estavam sendo criados para ser “um indicador de qualidade educacional” buscando deste modo, o “monitoramento permanente e medição do progresso dos programas em relação às metas e resultados fixados” para a construção de uma qualidade efetiva na educação brasileira.

Com isso, a cada dois anos o MEC, disponibiliza os dados do Ideb para os estados, municípios e escolas, que mostram a evolução das taxas de aprovação, reprovação e a performance dos alunos que participaram da prova Brasil. O MEC, através destas notas, faz suas projeções para serem alcançados pelos segmentos institucionais. Deste modo, os resultados divulgados das avaliações da Prova Brasil e o Ideb, permite mostrar um ranking das melhores escolas e sistemas de educação desenvolvidos em todo o país.

Entende-se que a apropriação dos dados, estão ligados para o estabelecimento de melhorias no sistema de educação, assim, desatrelar para outras análises é uma posição equivocada, podendo atrelar para questões de competição e não para uma análise voltada para a gestão e melhoria do ensino da escola ou região. Desta forma, defende-se que o processo de avaliação, deve buscar ser utilizada, buscando somar com outro modelo de referencial. Vianna (2005) coloca que:

A avaliação não é um valor em si e não deve ficar restrita a um simples rito da burocracia educacional; necessita integrar-se ao processo de transformação do ensino/aprendizagem e contribuir, desse modo, ativamente, para o processo de transformação dos educandos. (Vianna, 2005, p. 16).

Assim, o Ideb junto com o Plano de Metas e Compromisso de Todos, surge através do Decreto 6.074/2007, sendo enfatizado pelo PDE³ como o mais relevante para o desenvolvimento da educação brasileira. Sendo que o PDE foi desenvolvido pelo Ministro da Educação da época de Fernando Haddad (2008). Assim, Saviani (2007) coloca nos seus comentários o que,

Confere caráter diferenciado ao IDEB é a tentativa de agir sobre o problema da qualidade do ensino ministrado nas escolas de educação básica, buscando resolvê-lo. E isso veio ao encontro dos clamores da sociedade diante do fraco desempenho das

² O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado anualmente. Com ele, o Inep verifica desde o número de matrículas e rendimento dos alunos até a infraestrutura das escolas e funções docentes.

³ O PDE – Plano de Desenvolvimento Escolar - é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão

escolas, à luz dos indicadores nacionais e internacionais do rendimento dos alunos. [...]. Esses clamores adquiriram maior visibilidade com as manifestações daquela parcela social com mais presença na mídia, em virtude de suas ligações com a área empresarial. Tal parcela só mais recentemente vem assumindo a bandeira da educação, em contraste com os educadores que apresentam uma história de lutas bem mais longa. (Saviani, 2007, p. 1242-3).

Também, buscando-se analisar com outros autores, sobre essa mesma perspectiva, Weber (2008) comenta que:

Além disso, a fixação de metas em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb –, mediante consulta a banco de dados e visitas de inspeção, conduzirá evidentemente ao acompanhamento contínuo do processo escolar, não sendo possível antever em detalhes o seu formato, embora fique patente a importância atribuída às condições escolares, tanto materiais como pedagógicas. Ora, condições materiais dependem, certamente, das condições socioeconômicas de onde estão localizadas as unidades escolares, ou seja, primordialmente elas dependem de fatores extraescolares. As condições pedagógicas, se bem também se relacionem com o contexto social, remetem, por sua vez, a complexo aparato de formação docente – inicial e continuada, Acompanhamento e crítica da prática pedagógica, mas, sobretudo, à valorização da atividade docente, consubstanciada em remuneração condizente e condições de trabalho adequadas – número de alunos por turma, jornada de trabalho, material didático disponível, incentivo ao intercâmbio, entre outros aspectos. (Weber, 2008, p. 312).

Deste modo, utilizando-se como indicador, o Ideb cria através da combinação dos resultados obtidos pelas provas do Saeb, utilizando taxas de aprovação de cada escola e, deste modo, tem-se seu cálculo final. Assim, o Instituto Anísio Teixeira que é uma representação nacional para estudos e pesquisa educacionais, é o responsável para cálculos e divulgações. Sendo que o decreto 6.094/2007, apresenta em seus pareceres, todo o sentido da qualidade da educação, e nele o Ideb expressa em seu artigo:

Art. 3- A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). (Lei n. 6.094, 2007).

Assim, conforme Fernandes e Gremaud (2009, p. 213) buscam enfatizar a importância das avaliações externa e assim colocam que:

Embora a conceituação do que seria a qualidade da escola, na literatura e nas políticas educacionais, não tenha ainda um consenso somos, contudo, crescentemente,

testemunhas de inflexões importantes a respeito do lugar que as avaliações externas passaram a ocupar nas políticas educacionais, destacadamente no plano federal, os quais sinalizam com a necessidade de medidas de *accountability* – expressão inglesa traduzida mais comumente como responsabilização – para que houvesse incidência dos resultados dessas avaliações nas escolas. (Fernandes e Gremaud, 2009, p. 213).

Apesar da concepção apresentada do Ideb ser um tanto reducionista, quanto o aspecto de qualidade, pois os aspectos relevantes do processo pedagógico não são contemplados de forma plena no seu programa, mas pode-se considerar fatores importantes observados em duas de suas características, sendo estes elementos articuladores do processo educacional, assim, podemos destacar o aumento da aprovação e do desempenho. Entende-se então que estes dois elementos compõem o processo escolar em busca da qualidade pretendida.

Com isso, avaliando de forma vaga as características e metodologias usadas para as questões de formulação do Ideb, Franco, Alves e Bonamino (2007, p. 991) definem como princípios fundamentais “de que qualidade da educação pressupõe que o aluno aprenda e passe de ano”.

Entende-se, a partir desse princípio, que a qualidade apresentada pelas diretrizes do Ideb, não está voltada plenamente para o desempenho da leitura, bem como a resolução de problemas, apesar que estas questões não se podem deixar de ser avaliada, pois detém sua importância dentro desse processo que busca a qualidade na educação. Deste modo, configuram-se, suporte essencial a todos os conhecimentos que abordam as questões relevantes sobre o tema de qualidade na escola.

Para as questões que envolvem indicadores, o Ideb acaba sendo uma ferramenta gerencial, que busca dimensionar o potencial das escolas e, deste modo, abrindo subsídios para equacionar e enfrentar as tarefas do planejamento educacional que estarão sendo envolvidas, pois conforme projeções definidas que vão até 2020 as escolas serão acompanhadas na sua evolução na busca da qualidade almejada para a educação brasileira.

Portando, o conceito e o dimensionamento da qualidade pretendida para a educação escolar, constituem de forma ampla, em um complexo problema político e também pedagógico, pois interligam leituras da sociedade com as das escolas e com as relações externas que são estabelecidas. Assim, Oliveira e Araújo (2005) comentam que o debate é desenvolvido através do debate sobre a incorporação dos resultados da avaliação externa com as questões relacionadas a gestão interna da escola, estabelecendo as questões deterministas que envolve diretamente o trabalho dos professores. Onde apontam que os mesmos estão ligados plenamente nos resultados escolares.

Continuando o debate sobre as questões de envolvimento e responsabilidade, que autores pregam para os professores, pelos resultados obtidos das escolas com notas avaliativas do ideb, também Castro (2007, p. 61) defende que a qualidade da educação expressada pelos seus resultados, com provas padronizadas, expressando sua preocupação com a precariedade da estrutura que a classe docente está passando nos últimos anos com salários reduzidos e, desta forma, sustenta as questões de melhoria para a classe, onde falara que “implantação de salários diferenciados mediante desempenho. Para isto, o ideal seria estabelecer sistemas de avaliação dos professores vinculados aos resultados das escolas”. Assim, avaliando dentro deste contexto, que as avaliações externas que trabalha de forma mecânica entre as questões do desempenho, com provas e trabalho docentes, com isso, desprezando situações que envolvem estes resultados, assim, acaba sendo confundido com o modelo de gerenciamento para as relações humanas e não avaliando o potencial pedagógico que está por trás deste processo.

Também nessas discussões, Oliveira (2011, p. 137) em sintonia com Nevo (1998), aponta para as questões da avaliação externa, desenham formatos somente para a produção de dados, para orientação da tomada de decisão a gestão escolar “do que para ajudar os professores a analisarem os resultados buscando rever seus métodos de ensino e práticas de avaliação”. Assim, a autora debate que “as comunicações de resultados das avaliações com foco na escola devem promover uma articulação com o trabalho pedagógico escolar, de maneira a aprimorá-lo”.

Conforme Gimeno Sacristán (1998, p. 320), comenta sobre a existência definitiva da ultima palavra, dada para os resultados das avaliações externas, portanto, podendo comprometer todo o sistema educativo, o autor comenta que deve haver um maior debate sobre o assunto, levando-o para as questões educacional e também aos procedimentos desenvolvidos, para os pontos que expressão responsabilidade aos professores deixa claro que todas as questões debatidas de forma negativa sobre assunto, acaba deixando aberto para as questões de pressões externa “subtraindo-lhes a autonomia profissional” e, desta forma, impedindo-os de desenvolverem trabalhos pedagógicos mais bem aproveitáveis pelos seus alunos.

Diante dos comentários, entende-se que é necessário buscar um processo mais amplo que possa envolver de forma transparente e coordenada as avaliações das escolas, que não só possam utilizar provas padronizadas e seus resultados serem um ponto final nas questões de qualidade de ensino, com isso, deve-se buscar um sentido mais amplos nas questões que envolvem as políticas da educação escolar. Assim, reconhecer a dinâmica desse processo para

evolução que se quer chegar com a educação, implica no reconhecimento de todos os agentes envolvidos, pois precisam ser considerados as questões gerais que envolve as avaliações externas, com isso, é necessário, mas responsabilidades sem omissões, materializando deste modo, tarefas integradas em prol da educação e seus resultados finais.

Conforme Stobar (2010) ressalta para os efeitos negativos, indesejáveis para esse tipo de modalidade expressadas pelas avaliações externas conduzidas para as políticas educacionais, pois afirma que tal modelo afasta toda pretensão de uma avaliação voltada para a aprendizagem, constituindo num ponto de inclusão para resultados negativo de todos os alunos.

1.2 Sistema Nacional de Avaliação da Escola Básica (SAEB)

Como objeto de discussão entre pesquisadores e professores pedagógicos, envolvendo todos os setores da política educacional, a avaliação externa, principalmente de década de 90, ampliou-se, de forma hegemônica essa prática, internamente nas escolas públicas, envolvendo proposição e condução através do Estado para o direcionamento da educação. Com isso, Franco e Bonamino (2007, p. 990) relata que nesse período “o Brasil passou a contar com a avaliação nacional para acompanhar a qualidade da educação”.

Os autores Bonamino e Franco (1999, p.102) comentam que desde “1988 vêm sendo tomadas iniciativas voltadas à implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Avaliação da Escola Básica – SAEB”. Também para Bonamino e Franco (1999) ressaltam que o Saeb está relacionado com as questões do Banco Mundial e, deste modo, aos interesses do Ministério da Educação, assim:

Relaciona-se com demandas do Banco Mundial referentes à necessidade de desenvolvimento de um sistema de avaliação do impacto do Projeto Nordeste, segmento Educação, no âmbito do VI Acordo MEC/Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Tal demanda, aliada ao interesse do MEC em implementar um sistema mais amplo de avaliação da educação, levou a iniciativas que redundaram na criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau - SAEP. Já

Em 1988, houve uma aplicação piloto do SAEP nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte, com o intuito de testar a pertinência e adequação de instrumentos e procedimentos. No entanto, dificuldades financeiras impediram o prosseguimento do projeto, que só pôde deslanchar em 1990, quando a Secretaria Nacional de Educação Básica alocou recursos necessários à viabilização do primeiro ciclo do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico. (Bonamino e Franco, 1999, p. 102).

Com isso, durante as primeiras ações que proporcionaram a implementação do sistema nacional de avaliação, autores como Bonamino e Franco, (1999, p.108) afirmavam que as questões de qualidade onde ao “verificar não apenas a cobertura de atendimento educacional oferecido à população, mas, principalmente, o desempenho dos alunos dentro do sistema. Tais ações levaram à subsequente institucionalização do Saeb”.

Deste modo, estabelecido conforme Portaria 931/2005, o SAEB tem em sua composição dois processos bem difundidos sendo: a ANEB, depois voltou a ser SAEB, que está ligada com Avaliação da Educação Básica e ANRESC, depois em Prova Brasil, essa avalia o rendimento escolar. Com isso, Aneb é formatada para cálculo por amostragem da rede de ensino de cada região da federação, sendo seu foco ligado para a gestão do sistema educacional.

Também, para entendimentos, conforme a Portaria 931/2005, houve alteração do nome, já conhecido de forma histórica nos exames de Avaliação Nacional desde a década de 90 o SAEB, passando assim a ser o ANEB, havendo várias discussões sobre esta alteração de siglas, optaram para a tradição anterior, ficando definitivo o SAEB com publicações nos seus materiais de divulgação.

Como primeira iniciativa brasileira, o Saeb tem seu campo de atuação a nível nacional, objetivando a desenvolver a coleta e conhecer os dados relativos à qualidade da educação no país. Também se entende que o sistema, busca conhecer, de certo modo, as condições que interferem no ensino e aprendizagem no âmbito interno e externo das escolas, aplicando questionários aos alunos, professores e gestores escolares, coletando informações das condições de infraestrutura das escolas, como também dos seus recursos disponíveis.

Assim, podemos entender que ao longo dos anos, desde da década de 90, o sistema passou por várias estruturas e depois foi consolidado com melhorias condicionadas por representantes da classe educacional. Com isso, a avaliação externa encontra-se praticamente sendo desenvolvida por todos os níveis de ensino. Onde, tem-se encontrados sistemas regionais que a escola participa com duas provas. No Estado do Maranhão, este fato já é considerado questão verdadeira, pois, nas escolas estaduais são realizadas avaliação do estado, onde, também realizam a Prova Brasil, avaliação federal e a SEAMA⁴ avaliação Estadual.

⁴ Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (Seama), criado pelo Governo do Estado, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), como política de acompanhamento das escolas, seus indicadores educacionais e melhoria na aprendizagem dos estudantes maranhenses.

Buscando analisar o ENEM⁵ na ótica de Avaliação Externa, onde alunos do ensino médio, fazem suas inscrições e suas notas são utilizadas como porta de entrada para o ensino superior. Já no ensino superior, é realizada outra avaliação, chamada de ENADE, que avalia o desempenho dos estudantes, integrando o SINAES que avalia o ensino superior no Brasil. Segundo nota no site do INEP/MEC (http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-taxas-de-rendimento-escolar-numericos-mostram-tendencia-historica-de-melhora/21206 recuperado em 12 de setembro de 2019) fala que o ENADE “tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências”

1.3 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

Com a criação do INEP, criado pelo Instituto Anísio Teixeira, em 2007, onde tem como objetivo desenvolver estudos nas áreas de Pesquisa Educacional e também o IDEB, onde busca, através de seus índices, avaliar a educação básica. Deste modo, Adrião e Borghi (2008, p. 81) acrescentam que o IDEB é um índice com mecanismo criado para “fotografar a situação de escolas e sistemas de ensino, tendo em vista uma tentativa de articulação entre desempenho acadêmico em provas nacionais e taxas de reprovação e evasão com metas de melhoria”.

Deste modo, o índice reúne dois conceitos pioneiros como iniciativas da melhoria do processo de avaliação, onde podemos considerar o fluxo escolar, distribuído pela promoção, repetência e evasão, e também pelas pontuações obtidas pelos exames padronizados que são aplicados a cada final de etapa do sistema de ensino. Seus cálculos são realizados através de dados levantados pelo Censo escolar, com realização anual, feito pelo INEP, calculando com a média do desempenho obtidos pelas avaliações do INEP e o SAEB, estes aplicados em todo o país, sendo para os municípios, a aplicação da Prova Brasil. Assim, os dados do IDEB, são agregadores para o desenvolvimento de melhorias nas questões pedagógicas, onde, seus dados permitem desenvolver novas diretrizes e assim traçar metas buscando a qualidade dos sistemas de ensino.

O IDEB, além de indicativo estatístico é orientador para melhoria de políticas públicas, voltadas para a qualidade da educação, possibilitando o desenvolvimento de metas para o cumprimento das escolas brasileiras. Tendo como ferramenta governamental de gestão,

⁵ O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) avalia o desempenho escolar ao final da Educação Básica. Realizado anualmente pelo Inep, desde 1998, o Enem colabora para o acesso à Educação Superior

o acompanhamento de metas do PDE, que está ligado com o desenvolvimento da educação. Deste modo, o PDE estabeleceu como meta para 2022, que o IDEB apresentado no Brasil, deverá ter como nota igual ou superior a 6,0. Como justificativa da meta estabelecida, comenta-se que este número está compatível com o índice de qualidade comparável com os países participantes da OCDE, isto é, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Com isso, pode-se considerar grande possibilidades de escolas bem ranqueadas melhorarem seus índices de qualidade da educação, sem que essa “qualidade” seja efetiva na realidade, pois essa ocorrência se torna realidade, na medida que o IDEB começa a medir dados do fluxo escolar. Isto é, caso uma escola tenha um índice de muitas reprovações, a mesma para de reprovar os alunos e passa a melhorar os dados de fluxo escolar, assim, o IDEB acaba considerando uma melhoria, sua média eleva-se, com isso, o desempenho será maquiado. Deste modo, a escola acaba eliminando as reprovações, sem que haja de verdade uma melhoria no desempenho dos alunos.

CAPÍTULO II

AVALIAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo, estará apresentando de modo geral, ponderações de autores, sobre as questões da avaliação da política públicas no contexto da educação brasileira, deste modo, será observado, as questões da relação das propostas históricas e a política atual adotada. Assim buscaremos desenvolver um contexto do referido tema, visando entender as questões no Brasil e mostrar as avaliações desenvolvidas no Estado do Maranhão com o programa da Escola Digna, caracterizando a macropolítica atual na educação da rede Estadual.

2.1 Contexto a avaliação da política pública

Na América Latina, a avaliação das políticas públicas na área de educação, ganhou relevância na década de 90, principalmente nos países do ocidente. Deste modo, a versão neoliberal do capitalismo que aconteceu nos meados do século XX, provocaram a reforma dos estados nacionais, onde a modernização da gestão pública, foi uma necessidade e, assim as questões de avaliações das políticas públicas foram primordiais nesse processo de mudanças. Assim, diante uma visão tradicional, pode-se afirma que avaliação política pública está contida como etapa final no ciclo das políticas. Deste modo, Saraiva e Ferrazi (2006) aponta que:

Começando pela inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda de políticas; seguido da elaboração que consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade e a determinação de alternativas para sua solução; a formulação que inclui a seleção da alternativa considerada mais conveniente; a implementação que é constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar a política; execução que é o conjunto de ações destinadas a atingir os objetivos estabelecidos para uma determinada política; o acompanhamento que é o processo sistemático de supervisão da execução; e por fim, a avaliação que consiste na mensuração, bem como, na análise dos resultados produzidos. (Saravia e Ferrarezi, 2006, p. 32).

Fazendo uma breve afirmação sobre as questões das avaliações públicas, Faria e Filgueiras (2007, p. 229), apontam que durante as décadas de 80 a 90, “a avaliação foi colocada a serviço da reforma do setor público”. Demonstrando uma certa associação entre as

práticas avaliativa com os processos de decisão na gestão educacional, assim dando uma ênfase maior para as questões de melhorias e com isso reformulando os programas e políticas conforme os resultados das avaliações.

Para ampliar uma maior compreensão sobre o assunto, Silva (2013) coloca que:

A avaliação de políticas e programas sociais passa a se caracterizar como um esforço consciente dos governos para mudar o comportamento ou o desempenho de uma política ou programa cujo objetivo mais destacado é oferecer informações para decisores políticos sobre o impacto de medidas públicas [...] numa perspectiva de cidadania, a avaliação pode vir a se constituir em instrumento eficaz para o controle das políticas sociais por parte da sociedade. (Silva, 2013, p. 40).

Assim, Lima (2011) comenta que a prática avaliativa, busca reportar de forma direta e de julgamento final, o mérito ou não de uma política, determinada através de critérios. Assim, Nemes (2001, p. 09) afirma que “Avaliar é julgar, atribuir valor”. Diante a essa questão, a avaliação emite uma certa valorização, diante as políticas e os programas em desenvolvimento, gerando resultados, dentro dos princípios éticos, políticos e ideológicos, fundamentados pela atuação do avaliador. Com isso, o processo como todo, não se caracteriza destituído e neutralizado.

Nemes (2001) comenta que, avaliação além de ter a função de julgamento, ela precisa mostrar os aspectos e pressupostos de forma transparente do programa. Colocando também, as questões de atendimento aos padrões, buscando afirmar que avaliação não se pode levar a restringir questões que levam a sua eficiência, eficácia e efetividade, mas deve apresentar elementos que estejam relacionados também ao seu fracasso e êxito de suas ações no contexto das mudanças na realidade. Buscando entender sobre essas questões, Carol Weiss, (1998, p. 4) afirma que “a avaliação é uma análise ponderada e sistemática da operação e/ou dos resultados de uma política ou um programa, em confronto com um conjunto de padrões implícitos ou explícitos”.

Desse modo, a concepção considerada de Soto e Ecurra (2014, p. 121), remete uma relevância, quanto a questão de avaliar, pressupondo que é “[...] conhecer os efeitos de decisões e ações que se tomaram, revisando os processos que os geraram.” Assim entende-se que avaliação de políticas públicas, não estão voltadas somente para alinhar as ações, mas um produto, também ao reconhecimento da atuação do Estado, deste modo, sem desconsiderar as questões envolvendo sua história, as questões políticas, econômicas e social que foram construídas dentro de um contexto, mas amplo.

Assim, avaliação de políticas públicas em sua trajetória histórica, foi caracterizada inicialmente e comentada por Faria e Filgueiras (2007, p. 228), sendo um movimento “iniciado nos Estado Unidos na década de 1960 em que a avaliação era vista quase exclusivamente como uma ferramenta de planejamento destinada aos formuladores de políticas e aos gerentes dos escalões superiores”. Onde a proposta concentrava-se diretamente ao processo avaliativo na geração de produção dos conhecimentos gerados pelos resultados das ações do programa governamental, que visavam buscar a racionalização dos processos decisórios.

Faria (2005, p. 99), coloca que “o processo de institucionalização da avaliação ocorreu apenas na década de 1990, tendo prevalecido a perspectiva de instrumentalização da pesquisa avaliativa para o sucesso da reforma do Estado”.

Assim, para Afonso (2009) o Brasil, foi caracterizado por um processo avaliativo em sua política, utilizando modelos privados de gestão, que estão fundamentadas com os princípios da lógica de mercado. Com isso, ajustes são necessários, pois o foco são os resultados independente do processo. Deste modo, busca-se a redução das despesas públicas, utilizando ferramentas de controle e responsabilidade, contudo as avaliações das políticas públicas, foi o mecanismo perfeitos para essa atuação.

2.2 Avaliação de políticas educacionais no brasil

Com o caráter centralizador, a avaliação das políticas educacionais no Brasil, é demonstrada através de suas instâncias da esfera federal, estadual e municipal. Deste modo, são consideradas ações governamentais, a implementação de indicadores da avaliação das políticas educacionais, onde estas são pautadas por processos desenvolvidos através dos próprios governos.

As reformas da educação básica no Brasil, voltaram-se para a implementação de processos avaliativos que utilizaram exames nacionais a todos os níveis do ensino. Onde estes são focados nas diretrizes da qualidade do ensino ofertado pela rede pública e também aos níveis de aprendizagem dos alunos, obtidos através da implantação das diretrizes curriculares. Desta forma, Bonamino refere (2002, p. 143), “a monitoração centralizada da educação básica, com vistas a subsidiar políticas voltadas para a equidade, qualidade e eficácia do sistema escolar”.

Com isso, avaliando-se a conjuntura deste processo de avaliação, na década de 90, ocorreu a criação de um sistema avaliativo, com intuito a princípio de somente buscar a

regulamentação e o monitoramento da qualidade da educação no Brasil. Assim Brandalise (2010) afirma que esta política avaliativa adotada, pela política brasileira, centrou-se especificamente para os resultados finais, sem mostrar interesse nas questões, mas ampla do processo educacional.

Contudo, a regulação educacional em sua concepção, levou a integrar o controle com as questões voltadas aos resultados educacionais, dando-o resposta a sociedade. Deste modo, buscou-se elaborar e implementar diretrizes com visão transnacional, com intuito de atender o capital e suas necessidades, legitimado pelo Estado e sua autoridade local. Assim, são destaque os exames nacionais, que visam a desenvolver práticas de avaliação externa ao ensino brasileiro.

Deste modo, houve um avanço considerável na implantação dos sistemas avaliativos no Brasil, voltados para a política educacional em todos os seus níveis de ensino. Onde desenvolveu-se uma grande estrutura, para absorver cada processo constituído pelo programa de avaliação externa, com intuito de gerar recursos necessários para ofertar, serviços educacionais de boa qualidade enquanto política pública. Deste modo, foram constituídos no Brasil vários seguimentos avaliativos como o SAEB, ENEM, ENADE, ENCEJA, SINAES e por fim o IDEB.

Conforme Castro (2009), todos os sistemas desenvolvidos e integrados com avaliação da Pós-Graduação que envolve a Capes, este considerado o mais antigo sistema avaliativo no país, ligado ao setor de educação, assim considerados como um macrossistema avaliativo para acompanhar a qualidade educacional do Brasil. Outro ponto importante salientado pelo autor é a participação brasileira nas avaliações de programas internacionais, onde o PISA que é Programme for International Student Assessment, que busca avaliar os estudantes com aplicação de um sistema avaliativo aos jovens da faixa etária dos quinze anos de idade. O programa é desenvolvido pela OCDE que é conhecida como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, onde detém sua coordenação internacional.

Assim, reforçando as questões da avaliação, os autores Ovando e Freitas (2011, p. 318) coloca que “a avaliação é tendência no delineamento das políticas educacionais nacionais pelo entendimento de que o sucesso escolar está relacionado ao alcance de bons resultados nos testes em larga escala, sejam eles internacionais, nacionais, locais”. Deste modo, os avanços nos indicadores que as redes de ensino em todo o Brasil, buscam para alcançar resultados positivos na proficiência da leitura, e também na escrita, com isso, os mesmos estão condicionados para alcançar os bons resultados, pelos exames do programa do SAEB e ENEM no Brasil.

Conforme Brasil (2013) diante da conjuntura apresentada pelo processo avaliativo no Brasil, observa-se que os desempenhos dos alunos estão atrelados na conformação do currículo, baseado dentro dos preceitos estabelecidos pela legislação nacional. Deste modo a CF/88 nos seus artigos 206 coloca que deve haver no ensino oferecido pelo sistema adotado no Brasil, com uma garantia mínima de padrão de qualidade para o ensino. E deste modo, Freitas (2007) deixa seu comentário quando:

Afirmava-se assim, o caráter instrumental da avaliação para o controle e fiscalização centralizada da educação básica. Além da definição de um padrão mínimo de qualidade de ensino e de oportunidades educacionais, são propostas, a avaliação como instrumento de gestão da educação na esfera de sistemas de ensino; a introdução da avaliação de rendimento escolar pela União, em escala nacional. Foi acentuada a avaliação de resultados e a regulação avaliativa fora da unidade escolar, ou seja, em larga escala institucionalizada nos anos seguintes. (Freitas, 2007, p.79).

As questões das políticas educacionais brasileiras, voltadas para os indicadores, resultados de avaliações externas e deste modo é caracterizado por Alves (2013) como sendo de grande relevância, assim comenta que:

[...] avaliação em larga escala, um dos principais instrumentos para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares. Seu foco é o desempenho da escola e o seu resultado é uma medida de proficiência que possibilita aos gestores a implementação de políticas públicas, e às unidades escolares um retrato de seu desempenho. (Alves, 2013, p. 52).

Assim, entende-se que os instrumentos avaliativos da política da educação básica atual no Brasil, tiveram como objetivo, garantir a eficiência e a eficácia dos resultados da rede pública de ensino brasileiro. Deste modo, a tríplice combinação entre a medida, avaliação e informação, possibilita ao sistema avaliativo a possibilidade da regulação estatal do sistema. Assim Silva (2013) coloca que:

A avaliação externa é realizada por pessoas que não integram o quadro da instituição agente do programa. Supostamente, são especialistas com experiência e conhecimento de metodologia de avaliação. Este tipo permite comparar resultados de diferentes avaliações, mas pode apresentar o inconveniente de os envolvidos não dominarem satisfatoriamente a realidade objeto de avaliação. (Cohen e Franco, 1993 apud Silva, 2013, p. 52).

Piletti (2010), comenta que diante a conjuntura atual, as normas legais atuam diretamente nas avaliações externas de larga escala nas unidades escolares. Deste modo, os instrumentos possuem respaldos e são pautados através dos censos, índices, resultados e

metas escolares. Com isso, é necessário ficar atentos para os possíveis impactos da avaliação externa, diante aos campos e dimensões que fazem a composição do cotidiano escolar, percebendo deste modo, a diversidade do contexto da educação para a singularidade homegênea na busca vinculada nos indicadores. Com isso, percebe-se a estreita relações da avaliação com os aspectos relacionados com a política, o social, a gestão voltada a conhecimento, o currículo etc.

2.3 A avaliação externa no contexto das políticas públicas

Entende-se que a atividade da avaliação não pode ser considerada, simplesmente isolada e também autossuficiente como afirma alguns autores. Considerada a etapa do processo de planejamento de grande relevância para o desenvolvimento dos programas do governo. Com isso, busca a geração informações que possibilitam em novas escolhas, analisando resultados, que levam a desenvolver melhorias, reorientando as novas ações na busca das metas traçadas conforme objetivos a serem alcançados.

Desde modo, busca-se entender diante deste processo, porque a existência de várias atividades avaliativas no Brasil e também, muitas pessoas envolvidas com o processo de avaliação? Também outra indagação a ser levantada e discutidas é entender, qual o motivo, nesse momento da história da importância da avaliação e seu sentido de implantação? Assim, Dias Sobrinho (2002) afirma que nesses novos tempos avaliação virou febre no Brasil, existem em todo momento alguém falando no termo. Isto é, a questão de avaliação está espalhada em quase tudo, deste as avaliações de aprendizagem, avaliações de políticas públicas, de sistemas, programas e outros tantos mais. Diante desse fato, entende-se que falar de avaliação, requer primeiramente entender todo o contexto da complexidade que envolve esse tema.

Com isso, Dias Sobrinho (2002) comenta que avaliação, buscando entende-la em um amplo sentido, que a mesma faz parte da vida humana, deste modo, está envolvida de certo modo direta e indiretamente em nosso dia a dia. Porém levando a questão para o conceitual, avaliação está envolvida em uma construção histórica, onde na linha do tempo, transforma-se quase em paralelo a linha do tempo, das mudanças ocorridas pelos fenômenos sociais. Também o autor aponta o fato que a alguns mil anos atrás, a China já desenvolvia testes, para selecionar pessoas para o serviço público e também na Grécia a utilização do método de docimasia, onde esse consistia em fazer uma espécie de verificação nas aptidões morais dos indivíduos que buscavam funções públicas. Com isso, no século XVIII, chamados de tempos

modernos, avaliação tomou rumos em sua prática de forma, mas estruturada. Entende-se que através da institucionalização da educação houveram fatos de grande relevância para as questões de complexidade da sociedade, assim de certo modo, coincidindo com a história das escolas. Com isso, Dias Sobrinho (2002) coloca que:

A expressão “avaliação educacional” apareceu somente em 1934, usado pela primeira vez por Tyler. A tarefa básica da educação era cumprir os objetivos que eram previamente estabelecidos, com base nos recursos e crenças da ciência positivista da época e em função das necessidades econômicas e sociais que, de modo especial, os Estados Unidos experimentavam. A avaliação deveria averiguar o quanto os estudantes individual e coletivamente conseguiam demonstrar, isto é, segundo a concepção de educação então dominante, que mudanças de comportamento se podiam observar ao final de um determinado processo, tendo em vista os objetivos estabelecidos. (Dias Sobrinho, 2002, p. 21).

Para Dias Sobrinho (2002) avaliação teria uma dedicação exclusiva para o processo eficaz da escolarização, significando o comprometimento ideológico e social eficiente. Com tudo é importante salientar que o autor afirmava que avaliação estava voltada as dimensões tecnológicas, tendo um caráter da cientificidade e trabalhando com os métodos voltados aos procedimentos operacionais.

Saul (2001) comenta sobre a trajetória da aprendizagem, com a visão Tyler, onde conta, que está teve como prosseguimento nos Estados Unidos, sendo que no Brasil houve uma distribuição geral desse processo, e não somente privilegiado o ambiente acadêmico, mas o procedimento envolveu toda a legislação brasileira sobre avaliação, deste a esfera federal e a estadual, com isso foram estabelecidos leis, decretos e outros documentos legais, que normatizavam as avaliações nas escolas.

Sousa (1997) apontou características em seus estudos sobre avaliação da aprendizagem, envolvendo instrumentos de apoio pautados na:

Defesa do princípio de objetividade na avaliação, com destaque à fidedignidade e à validade dos instrumentos de coleta e análise de dados; o método privilegiado é o hipotético-dedutivo, sendo o tratamento estatístico dos dados e a quantificação das observações comumente utilizadas como apoio empírico para formulações teóricas; a ênfase maior da avaliação está quase totalmente nos produtos e resultados; o modelo experimental busca a informação quantitativa mediante meios e instrumentos objetivos. (Sousa, 1997, p. 268).

Assim Sousa (1997) destaca que o foco sobre avaliação da aprendizagem, está ligada nas definições de mudanças do comportamento dos indivíduos esperados, que possam de

certo modo, serem identificados diante das objetividades e neutralidades do avaliador. Com isso, Dias Sobrinho (2002, p. 20) comenta que “a avaliação de modo algum pode ser considerada neutra e ingênua. Ela transforma, isto é, produz efeitos, tanto para a vida individual como para a sociedade e para o Estado”.

Pesquisadores nos anos 80 que estavam ligados a área de estudo avaliativo, indicaram uma possível necessidade do haver uma ruptura dos modelos da avaliação que demonstravam autoritarismo, e deste modo, foram realizadas transformações com apoio de investimentos na direção de uma nova concepção de avaliação escolar, que mostraria comprometimento com as questões da democracia dentro do ensino.

Assim, vários autores levantaram críticas como: Luckesi (2002), Saul (2001), Sousa (1993), Dias Sobrinho (2002) e Freitas (2003) sobre a cultura demonstrada pelo processo avaliativo brasileiro. Estes apresentando, intensa influências positivistas marcadas pelas características da neutralidade, da quantificação e objetividade, e também pelo fato, que o processo se tornou uma ferramenta burocrática, atendendo aos gestores envolvidos nos sistemas de ensino e de certa maneira apresentando um processo também punitivo para os alunos. Desse modo, apresentando um revestimento de caráter autoritário.

A avaliação da aprendizagem definida como uma das dimensões do papel do professor, transformou-se numa verdadeira “arma”, em um instrumento de controle que tudo pode. Através deste uso exacerbado de poder, o professor mantém o silêncio, a “disciplina” dos alunos, ganha a “atenção” da classe, faz com que os alunos executem as tarefas de casa, não esqueçam os materiais... (Saul, 2001, p.48-49).

Conforme ressalta a autora, apesar de existir a presença de questões autoritária diante ao contexto da avaliação no que diz avaliação de aprendizagem, também é observado de modo geral em outras ferramentas educacionais como currículos, programas de educação etc.

Avaliação apontadas por autores, vista com presença de questões de cunho autoritário, são objeto de comentário e deste modo, Soares (1978), coloca que:

a avaliação, sob falsa aparência de neutralidade e objetividade, é o instrumento por excelência de que lança mão o sistema de ensino para o controle das oportunidades educacionais e para a dissimulação das desigualdades sociais, que ela oculta sob a fantasia do dom natural e do mérito individual conquistado. Sua utilização, tal como se dá na maior parte dos países e, particularmente, nos países subdesenvolvidos, não incrementa as oportunidades educacionais e sociais..., mas, ao contrário, restringe-as e orienta-as no sentido mais conveniente à manutenção da hierarquia social. (Soares, 1978 como citado em Saul 2001, p. 49).

Assim, Saul (2001), comenta a necessidade desenvolver, novas questões que abordam para o processo de avaliação, onde o autor levanta a proposta de paradigma alternativo. Onde esse paradigma levantado, propõem uma versão inspirada em três pilares metodológicos, onde estão caracterizadas em: avaliação democrática, criação coletiva, voltada para crítica institucional e por fim, a pesquisa participante. Onde Saul (2001) aponta que:

A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem as suas próprias alternativas de ação. Os conceitos básicos envolvidos nessa proposta são: emancipação, decisão democrática, transformação e crítica educativa. (Saul, 2001, p.61).

Sousa (1997) comenta que as pesquisas realizadas nos anos 80, levantaram questões sobre a visão técnica realizadas pelo processo avaliativo, onde os reflexos da sobreposição da perspectiva de classificação do aluno, está ligado a análise do trabalho redirecionado com as iniciativas do poder público para a realização de checagem no desempenho escola.

Assim, avaliação externa ou sistêmica é conhecida como uma forma de avaliação de larga escala, que é desenvolvida pelos sistemas de ensino no país, com intuito de controlar e desenvolver políticas públicas da área educacional. E deste modo, foi intensamente desenvolvida com as reformas implantadas partir dos anos 90, com início do processo, desde a Conferência Mundial de Educação.

Com isso, a partir das diretrizes em caminhadas pela conferência, as reformas dos sistemas de ensino foram empreendidas por vários países. Sendo consolidadas como o elemento, mas significativo para estruturar a implementação das políticas públicas. Assim, a avaliação de grande escala torna-se como um elemento indispensável para elevar a qualidade do ensino e deste modo, os programas de avaliação são essenciais, tanto no âmbito do sistema nacional com as provas do SAEB, isto é a Prova Brasil, e no Estado do Maranhão aprova do Avalia Maranhão.

2.4 Avaliação de políticas educacionais no Maranhão e o programa Avalia Maranhão

Nos países de diferentes culturas que estão utilizando as avaliações externas, como dinâmica dos seus processos educacionais, tem-se tornado uma constante na busca da geração

de resultado positivos e de qualidade, por, mas que suas ideologias governamentais sejam opostas.

Com isso, Estados e Municípios, desenvolvem sua gestão em paralelos aos sistemas nacionais, implantando sistema de controle regionais que possibilitam a construção de indicadores de acompanhamento das ofertas e serviços dos seus sistemas educacionais. Estas iniciativas, mostram o compromisso e a progressividade da institucionalização das avaliações, tornando-as um mecanismo imprezível para atender a formulação e o monitoramento das políticas voltadas para a educação.

Em Maranhão (2015) mostra que as avaliações nacionais desenvolvidas pelo MEC e conduzidas pelo Instituto INEP, tem levado as redes estaduais e também as municipais à implantação de suas próprias avaliações externas. Com isso no Estado do Maranhão, o Programa Escola Digna, tem destacando-se pela sua importância no apoio a gestão das escolas públicas estaduais e também a Secretaria de Educação do Estado, possibilitando maior controle e antecipação das informações escolares no Estado.

Como iniciativa da Secretaria do Estado de educação o Programa Avalia Maranhão, tem como intuito, desenvolver um sistema do Estado que busca ser referência de Excelência em Gestão Avaliativa Externa para o Governo Federal, atuando também nas suas unidades regionais de educação em todo o Estado, nas escolas e profissionais. Com questões avaliativa nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, buscando avaliar a performance dos alunos nas questões de leitura e raciocínio lógico, base da matriz avaliativa da prova do SAEB do governo federal.

Conforme Maranhão (2015) o Programa Avalia Maranhão, busca conhecer a realidade das unidades de ensino do Estado, com os diagnósticos da aprendizagem dos alunos, ligado as duas disciplinas básicas e obrigatórias do sistema de ensino brasileiro. Deste modo, suas finalidades é subsidiar informações essenciais para o controle e o gerenciamento das políticas educacionais, desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado, com objetivos desenvolver estratégias pedagógicas, alimentando a gestão escolar para garantir melhoria do ensino-aprendizagem no Estado.

A proposta do Programa é gerar os indicadores de proficiência das avaliações regional, onde dados do rendimento escolar e da eficiência da gestão escolar, integram informações, gerando com isso, o Índice Estadual do Desenvolvimento Educacional – IEDE. Com isso, o indicador é uma referência estatística que traduz a realidade da gestão, do ensino-aprendizagem nas escolas estaduais.

Todo o processo avaliativo é construído pela aplicação de testes, que são desenvolvidos no período de cada 12 meses, sendo realizados pelos profissionais externos da rede estadual, com apoio da FSADU – Fundação Sousaândrade, efetuados em turmas do 5º e 9º ano, do ensino Fundamental II, com a inclusão do último ano do ensino médio. Com intuito de gerar dados da proficiência da leitura e do ensino da matemática. Assim, é construindo o IEDE por escola, que são integrados a outros indicadores escolar. Sendo ainda, parte do processo Avalia Maranhão, aplicação de questionários aos professores, gestores e coordenadores pedagógicos, com objetivo de montar uma avaliação pedagógica e socioeconômica, buscando também conhecer as estruturas das escolas e as dimensões da gestão escolar.

O programa também estabelece Metas a serem alcançadas, com objetivo de alinhar analiticamente os indicadores nacionais da educação. Entende-se que o Programa Avalia Maranhão, está integrado na proposta do programa maior que é Escola Digna, que tem em sua estrutura eixos de ações, onde um desses, está a proposta de implantação de avaliação externa da política educacional do Estado. Assim entende-se que o programa Escola Digna está voltado para a macropolítica estadual, sendo desenvolvida através da Secretaria de Educação do Estado – SEDUC, regimentada através da colaboração dos municípios.

Em Maranhão (2015), fala que o programa está alinhado com a plataforma de governo, do mandato do governador atual Flávio Dino, assim tem-se sua implementação, envolvida com as políticas públicas voltadas para área de educação, alinhada com a proposta da legislação federal, garantindo deste modo, a todos os maranhenses a educação pública de qualidade. É importante entender que o programa também, tem-se focado na infraestrutura das escolas, eliminando em 100% todas as escolas que estavam improvisadas com precária infraestrutura, sendo observadas paredes de taipas e galpões, sendo este inadequados para o ensino-aprendizado conforme o Ministério da Educação informa. Deste modo, o programa tem construídos e reformadas várias escolas no Estado, com o propósito de melhorar a qualidade do ensino maranhense.

Acreditamos que a escola dos sonhos de todos os maranhenses propicia a alunos e educadores um ambiente acolhedor, em que eles possam se desenvolver com liberdade, consciência e que sejam estimulados a transformar o mundo. No Maranhão, nosso desafio é progressivamente melhorar o ambiente escolar e dar condições de bom desempenho da missão de educar, propagar vida e formar cidadãos livres [...] Também integrando esse conjunto de medidas voltadas à melhoria constante dos índices educacionais do Maranhão, fizemos o aumento do salário dos professores; a progressão na carreira de mais de 11 mil educadores; e a instituição de eleições para a

escolha dos diretores das unidades estaduais de ensino e a avaliação da Educação Básica oferecida na rede estadual [...] São provas concretas de que, ao longo de quatro anos, vamos empenhar todos os esforços para imprimir na Educação Pública do Maranhão o selo da qualidade, da decência e da humanização (Dino, 2016, p. 32).

Em Maranhão (2015) comenta que o Programa Escola Digna, tem como objetivo específicos, desenvolver a institucionalização das ações técnicas-pedagógicas da Secretaria de Educação em eixos estruturantes e orientadores, com intuito de fortalecer a política macro da educação do Estado do Maranhão. Também se inclui neste contexto os princípios da teoria metodológica de inclusão social, a diversidade com respeito, a formação escolar de forma integral, o comprometimento do ensino com aprendizagem o ensino a pesquisa e também o uso das tecnologias.

Entende-se que o Programa Escola Digna, constitui-se de ações que estão diretamente ligados para o fortalecimento dos indicadores da Educação do Estado, no seu Sistema de Ensino Estadual com a integração das Secretarias Municipais dos 30 municípios que estão na zona de calamidade, onde seus IDH⁶ – Índice de Desenvolvimento Humano, mostra suas situações de vida nessas cidades. Com isso, a SEDUC promove aos municípios assessoria na elaboração dos seus processos avaliativo e apoio direto as escolas ligadas ao seu sistema estadual de ensino com a prática avaliativa. Outro ponto em destaque, são as orientações constantes aos gestores escolares, ligado ao padrão de organização para o processo de melhoria contínua dos indicadores.

Em Maranhão (2015, p. 04) a palavra avaliar é “verificar em que medida o direito à aprendizagem está sendo garantido.” Assim, entende-se que a prática a ser utilizada na investigação dos dados, são geradas para a tomada de decisões dentro do campo político da educação, promovida para aprendizagem de qualidade.

A partir de sua proposta, o Programa busca fazer a previsão com os resultados dos dados obtidos pelo censo, do rendimento escolar e as notas do Programa Avalia Maranhão, assim toma as decisões cabíveis para a estruturação das escolas de sua rede estadual, dentro de categorias descrita, conforme Maranhão (2015) sendo a:

Categoria A: Escolas com bom índice de Aprovação e controle dos índices de Reprovação e abandono. Categoria B: Escolas com alto índice de Reprovação. Categoria C: Escolas com alto índice de Abandono. Categoria D: Escolas com altos

⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

índices de Reprovação e Abandono. Categoria E: Escolas cujos índices de Reprovação e Abandono agregados são iguais ou superior 13%. (Maranhão, 2015, p. 17).

Com isso, feito a categorização das escolas estaduais pelo Programa Avalia Maranhão, é emitido documentos as escolas, por categoria conforme Maranhão (2015) as seguintes proposições são indicadas:

Categoria A: carta às escolas com reconhecimento às bem-sucedidas e incentivo para que mantenham seus bons indicadores; Categorias B, C, D e E: carta às escolas com advertência às com baixos indicadores e guia de orientação por categoria; (Maranhão, 2015, p. 19).

Assim, sua perspectiva de avaliação definida pelo seu documento norteador, defini os termos da rede de ensino estadual mostrada pelo autor Firme (2013, p. 04) que “Uma verdadeira avaliação é aquela que é útil à tomada de decisões, viável e prática na sua condução, ética no respeito a pessoas, grupos, instituições e precisa, ou seja, tecnicamente correta no uso de instrumentos adequados”.

Conforme Cabral (1984) durante o século XX, várias reformas educacionais levaram para ampliação da oferta do ensino, mas os níveis da escolaridade do Estado do Maranhão, estiveram bem abaixo das médias brasileiras. Assim, no IDEB de 2013, os indicadores apontavam para essa realidade. Deste modo, no G1 em 2014, (<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/09/ideb-de-escolas-maranhenses-fica-baixo-da-meta-no-ensino-medio.html>, recuperado em 30 de setembro de 2019) mostrava essa realidade que:

O Maranhão não atingiu a meta proposta pelo (MEC) para ser alcançada em 2013 no ciclo final do Fundamental e no Ensino Médio, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Em 2013 no ciclo final foi de 3,6 pontos, abaixo da meta de 3,9 esperada. No Ensino Médio, o Ideb do Estado foi de 3,0 pontos. A meta projetada no ciclo inicial do ensino fundamental foi superada. Em 2013 foi de 4,1 acima da meta projetada (4,0). O desempenho das escolas públicas maranhenses caiu em 2013 em relação a 2011. Há três anos, o índice chegou a 3,9. No ano passado reduziu para 3,8. As escolas privadas registraram Ideb 0,2 melhor do que em 2011 (5,8). A meta projetada para 2013 foi de 5,9 para as escolas particulares. (G1 MA, 05 set 2014).

Conforme os índices de avaliações externas realizadas em 2017 pelo IDEB, o Estado do Maranhão, continua sendo apontado restrições no seu desempenho educacional. Sendo o ensino fundamental nas séries iniciais, apontam avanços de forma crescente, diante das

políticas do governo federal, visando pela idade certa para alfabetização. Com isso o ensino fundamental nas séries finais, junto com o ensino médio parece ter congelado no tempo, pois continuam sem chegar próximo as metas estabelecidas pelo governo, sendo a carência da formação continuada e políticas de melhoria ao ensino sem resultados positivos para esta categoria. Ainda no Estado o ensino público é superado com avaliações muita, mas significativas vindo do ensino particular.

Com base no contexto apresentado, entende-se que avaliação externa do Programa Avalia Maranhão, tem-se considerado em suas análises que os indicadores apresentados estão apenas na visão técnica, isto é, na relação de causa e efeito. Para isso, o Programa Escola Digna deve passar por melhorias nos seus processos de gestão, redimensionando suas ações e consideração que as avaliações sejam de fato um processo da política educacional, baseada na criticidade. Isto é, não se pode tratar os índices somente visando acompanhar a fragilidade do ensino, é necessário avaliar como um todo as problemáticas da educação do sistema estadual.

Entende-se que no Estado do Maranhão, a educação diferenciada pelo nível do intelecto do estudante está vinculada com as condições socioeconômicas da população, sendo que o ensino público, o atendimento e de maior relevância em número de alunos matriculados em relação ao ensino privado. Deste modo, é fundamental buscar uma maior reflexão sobre as questões de oferta de ensino, dentro do contexto social no Estado.

CAPÍTULO III.

PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Este capítulo nos dará uma visão rápida, sobre as questões ligadas a gestão escolar com as avaliações externa. Deste modo, entende-se que a gestão das escolas é uma ligação de ações desenvolvidas pela participação do coletivo escolar, assumindo responsabilidades para a condução das atividades escolares. Assim, a gestão escolar está diretamente envolvida no compromisso da transformação social e a democracia do ensino escolar. Com isso, a expressão da avaliação externa com a gestão escolar, leva-nos a discutir sobre a importancia da política educativa dentro desse contexto e ambas estão ligadas na busca da melhoria da qualidade do ensino público.

3.1 Gestão escolar e as avaliações externas

A gestão escolar é compreendida como uma expressão utilizada para o uso gerencial nas dimensões da educação de forma democrática e participativa, tendo como intuito, direcionar os educadores, onde detém funções definidas em cada processo interno das escolas com objetivo específico de cumprir sua missão, que está ligada aos princípios conforme a LDB/96 de uma educação de qualidade, onde o aprendizado dos saberes e valores estão sistematizados pelos currículos escolares. Diante deste fato avaliação externa insere-se nesse contexto como, uma das ferramentas, mas importantes para o apoio da tomada de decisões na educação escolar.

Conforme estudos, apontam para a origem da expressão denominada de “gestão escolar”, de uso novo no Brasil, com sua fase inicial, deve-se ao momento em que o país esteve vivenciando na época dos anos 80, uma ampla mobilização da sociedade, que lutava para ampliação de uma participação mais próxima da população nas decisões educacionais, fato que coincide com o aumento da democracia brasileira.

Assim, a palavra “gestão escola” integra-se no cotidiano dos educadores, substituindo de vez a palavra “administração escolar” que se identifica de expressão com postura rígida e autoritária de ações implantadas e controladas no interior das escolas. Tal postura, voltava-se a direção da escola, tornando-o como uma figura centralizadora, com características militar e tomada de decisões sem encaminhamentos democráticos.

Paro (1987) comenta que a gestão escolar democrática, está envolvida por questões utópicas, sendo na sua visão, que a expressão utopia, seja algo alcançável, possível, inexistente, mas preocupante, quando o autor chama atenção em suas consequências de níveis danoso, para a futura conquistas da democracia participativa nas escolas. Pois na sua concepção este processo de poder no interior da escola poderá ter resultados negativos, destacando com isso, a figura do diretor e sua atuação. Pois segundo Paro (1987):

O que nós temos hoje é um sistema hierárquico que pretensamente coloca todo o poder nas mãos do diretor. Não é possível falar das estratégias de se transformar o sistema de autoridade no interior da escola, em direção a uma efetiva participação de seus diversos setores, sem levar em conta a dupla contradição que vive o diretor de escola hoje. (Paro, 1987, p. 52).

Assim, Paro (1987) deixa claro, que ao mesmo tempo em que a direção da escola, detinha o poder de todas a prerrogativas da escola, tonando-se assim, um agente deste poder, com isso, sem possibilidades de proporcionar melhorias e oportunidades aos participantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar pertencente.

Deste modo, o autor mostrava o processo frágil de ação dupla do diretor, levando-o a conduzir para um destino incerto das escolas. Assim, Paro (1987) comenta que:

Esse diretor, por um lado, é considerado a autoridade máxima no interior da escola: e isso, pretensamente, lhe daria um grande poder e autonomia; mas, por outro lado, ele acaba se constituindo, de fato, em virtude de sua condição de responsável último pelo cumprimento da Lei e da Ordem na escola, em mero preposto do Estado. Esta é a primeira contradição. A segunda advém do fato de que, por um lado, ele deve deter uma competência técnica e um conhecimento dos princípios e métodos necessários a uma moderna e adequada administração dos recursos da escola, mas, por outro, sua falta de autonomia em relação aos escalões superiores e a precariedade das condições concretas em que se desenvolvem as atividades no interior da escola tornam uma quimera a utilização dos belos métodos e técnicas adquiridos (pelo menos supostamente) em sua formação de administrador escolar, já que o problema da escola pública no país não é, na verdade, o da administração de recursos, mas o da falta de recursos. (Paro, 1987, p.52).

Machado (2012) em suas discussões no contexto do uso dos resultados das avaliações externas, utilizadas pela gestão escolar, busca entender através das expressões da origem da mesma, com autores como Freitas (2007) e Paro (2000) o seu significado.

Assim em Freitas (2007) já deixa claro que essa expressão surgiu com o momento de críticas de caráter conservadora e autoritária vinda da administração escolar. Deste modo, a

autora evidencia através da gestão escolar o compromisso da transformação social e a construção da democratização da gestão escolar.

Conforme, Paro (2000, p. 123) o termo gestão escolar, nasceu da origem conceitual de administração escolar e foi muito usado no início dos anos 80. A expressão é compreendida como a “utilização racional dos recursos para realização de fins”. Também o autor reforça que o termo está ligado com a participação e o compartilhamento das responsabilidades direcionadas com as dimensões que a gestão escolar.

Também, Paro (2000) ressalta que na década de 80 até o momento atual, o Brasil passou por várias mudanças na vida da sociedade em todos setores. Assim, avançando e consolidando de vez o ambiente democrático, reduzindo por partes as desigualdades sociais encontradas em toda a região do país.

Assim, pode-se afirmar que as políticas implantadas, por geração de lideranças governamentais, mudaram de forma significativa o acesso da população a escola pública, principalmente as pessoas vindas das camadas, mas pobres. Sendo assim, na década de 90, houve um crescimento substancial do ensino fundamental, alcançando um percentual amplo no atendimento as crianças e jovens. Com isso, já nos anos 2000, houve a universalização desta escolaridade. Sendo atualmente o grande desafio da educação básica é a realização de se fazer a educação pública de qualidade e também que o acesso do ensino médio e a educação infantil, seja universalizado, com a possibilidade do alcance do extremo na educação básica brasileira.

Nessa evolução temporal, pode-se afirmar de forma compreensiva que o significado de escola evolui também, de forma paralela com a gestão escolar. Com isso, tratando de sociedade contemporânea atual, as instituições escolares podem ser conhecidas como um ambiente cheio de riquezas de informação, ocasionadas pelas trocas de experiência, deste modo, garantindo o verdadeiro ensino-aprendizagem. Deste modo, podemos entender, que a escola seja o espaço que busca reunir pessoas, com histórias de persistências para a busca do conhecimento pleno a sociedade.

Pode-se afirmar que a convivência que a escola oportuniza está ligada com a influência do contexto momentâneo que a mesma está inserida. Assim, podemos colocar que a escola faz parte do mundo e não o contrário. Deste modo, pode-se afirma que a mesma é uma parte integrante e importante deste, onde sofre todo o tipo de influências e gerando também suas influências. Sabe-se que a escola não é autônoma perante o mundo, mas acredita-se que a mesma não seja de fato.

Assim, Laval (2004), comenta sobre a relação da escola com o mundo onde em seu livro coloca que:

“A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público”, afirma que: “Embora a escola seja essa instituição especializada na transmissão de saberes, ela participa da educação ‘fato social total’ que engaja todas as dimensões humanas e que é o domínio, por excelência, do complexo”. (Laval, 2004, p. 122).

Assim Laval (2004) fala que a escola, ao longo de sua vida, acabou legitimando de fato e verdade seu espaço de ensino-aprendizagem com a formação de pessoas. Com isso, o Estado percebeu que a escola tem um papel estratégico para a consolidação de sua estrutura na política educativa, pois detém o poder de inculcar ideias, com isso harmonizando os interesses dos grupos sociais que a mesma está inserida.

Tais características, fazem da escola um complexo espaço de conhecimento, balizadora de suas ações à formação de pessoas. Deste modo, pode-se indagar questões como: Que proposta de formação? Que conhecimento serão necessários para essa formação? Que interesses estão pautados para as ações? Entende-se que essas questões são de fato importantes para uma reflexão, mas aprofundas sobre esta linha de raciocínio.

Com isso, na sociedade contemporânea, não existe, mas espaço, para praticar o modelo de gestão escolar, voltada ainda pelas práticas conservadoras e autoritária, sendo essas praticadas por direções escolares regadas ainda por metodologias do passado e que atualmente o contexto da democracia vem superando-a. Sabe-se que este modelo centralizador, bloquear de certo modo, a comunidade escolar com sua participação efetiva.

Assim, é questionável administração escolar, centralizadora de todos processos de decisão, onde o diretor era o hegemônico, dono das situações gerais da escola, sendo essa, não evoluída e deixada para traz pela dinamicidade e as múltiplas demandas ocasionadas pela dimensão existente da gestão escolar hoje existente no interior da escola.

A sociedade assim, evidenciou aos poucos a importância que cada cidadão possui na vida da comunidade, com isso, mostrou-se a necessidade da participação da mesma, na comunidade escolar com todos os sujeitos que a integra, deste modo, participando efetivamente para o planejamento escolar e sua implementação. Assim atuando nos processos avaliativos das atividades do dia a dia da escola.

Deste modo, afirma-se que o processo da gestão escolar, está envolvido por um conjunto de ações de um grupo, estas assumindo responsabilidades que conduz as unidades escolares. Assim, pode-se entender que esta postura que mobiliza a comunidade escolar, está envolvida através de responsabilidade e determinação com a gestão escolar, e com tudo com o

compromisso para a qualidade da educação seja definida por uma gestão compromissada com os resultados positivos, definidos nas metas de avaliação externa.

Afinal entende-se, que a responsabilidade de milhares de crianças e jovens, que passam boa parte do dia interagindo-se construindo os saberes e os valores, desenvolvendo com isso, suas atitudes para uma formação plena, não pode ser uma tarefa que deva ser monitorada por métodos centralizadores de uma pessoa. Isso certamente conforme autores, seja uma tarefa do coletivo, pois quanto mais amplo os envolvidos com o comprometimento das pessoas, melhores são os resultados.

Assim para Vieira (2009) a gestão constitui-se em materializar a práticas da execução das políticas governamentais, e deste modo, as intenções do poder público são implementadas e controladas. Também Vieira (2007) comenta que a gestão escolar é o envolvimento do ambiente na escola e a gestão educacional está relacionada com as ações do governo com a Educação. Assim Vieira (2009) qualifica a gestão educacional e também a gestão escolar como:

A gestão educacional diz respeito a um amplo espectro de iniciativas desenvolvidas pelas diferentes instâncias de governo, seja em termos de atividades compartilhadas na oferta de ensino, ou que desenvolvem em suas áreas específicas de atuação. A gestão escolar, por sua vez, situa-se no plano da escola e trata de atribuições sob sua esfera de abrangência. [...] A gestão educacional situa-se na esfera macro, ao passo que a gestão escolar localiza-se na esfera micro. Ambas articulam-se mutuamente, dado que a primeira justifica-se a partir da segunda. (Vieira, 2009, p. 26).

Vieira (2009) comenta que a gestão, não se pode realizar de forma sozinha, pois refere-se nas dificuldades que a mesma está inserida. Assim o autor afirma, que a necessidade de tomada de decisão é algo normal e rotineira para o ofício do gestor, assim na escola, as decisões envolvem pessoas, onde são mudadas constantemente de suas funções e até mesmo são levadas a executar novas atividades por outras que foram remanejadas, não agradando a maioria das vezes os sujeitos envolvidos. Com isso, o exercício constante do diálogo e capacidade da negociação coletiva, são pontos fundamentais para que o gestor escolar possa de forma positiva cultivar na sua gestão.

Conforme Machado (2012) a direção e também a coordenação pedagógica, são reconhecidas pelas pela gestão escolar como funções estratégicas. Entende-se que as funções de saber dirigir uma instituição de forma positiva e coordenar os recursos são tratados como a base desta gestão.

Assim em Libâneo (2004, pp. 215-219) comenta que para caracterizar as tarefas que são específicas para à direção escolar e para a coordenação pedagógica, “[...] dirigir e coordenar são tarefas que canalizam o esforço coletivo das pessoas para os objetivos e metas estabelecidos”. Assim, o diretor como gestor da escola “é o dirigente principal responsável pela escola, tem a visão de conjunto, articula e integra os vários setores”. Já o coordenador pedagógico “responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico-didático em relação direta com os professores, em função da qualidade de ensino”. Assim Koetz (2010) compreende que a tarefa do gestor da escola é:

Procurar mecanismos que possibilitem a superação dos obstáculos, muitos decorrentes da própria estrutura e organização dos sistemas de ensino e das unidades escolares, bem como dos conflitos gerados pela diversidade cultural existente no cotidiano escolar. (Koetz, 2010, p. 16).

Vieira (2009) comenta que a respeito da complexidade do ambiente da escola e a grande demanda de formação que a escola está envolvida ao longo do tempo, com atribuições postas a ela, citadas pela CF/88 e reforçada pela LDBEN/96. Também ressalta, pelas expectativas que a instituição oferece a sociedade, ou seja, uma educação de qualidade. Assim entende-se que a escola deva por parte do governo uma atenção especial na implantação de políticas educacionais, pois entende-se que a escola seja local de materialização das políticas governamentais, através da gestão escolar.

Com isto, pode-se afirmar que a gestão escolar tem como objetivo específico de cuidar das relações variadas, que envolvem os vários atores atuantes no interior da escola e esses são fundamentais para o seu fortalecimento, no cumprimento de sua missão.

Desta forma, as expressões centradas na avaliação externa e também na gestão escolar, leva-nos a entender e possibilidades de abrir novas discursões sobre a importância da política educativa, voltada para a avaliação externa e está tendo uma importante tarefa para direcionar os rumos das escolas com apoio da gestão escolar.

Para uma fundamentação, mas categórica a respeito da Gestão Escolar, é importante lembrar sobre sua trajetória inicial e consolidação definitiva no país, tornando-a conforme ressalta Peroni (2001, p. 286) “um dos pilares da materialização da redefinição do papel do Estado nos anos de 1990 no Brasil”, sendo assim, um instrumento de grande relevância para as políticas estratégicas da educação brasileira nos últimos anos.

Diante do contexto, levantados nos discursões acima relatados sobre a gestão escolar, assim percorrendo através da evolução e compreensão do seu significado que foram expressados pela administração escolar e identificados pelas suas características até o

surgimento da expressão da palavra “gestão escolar”, essa incorporada por conceitos e valores que sendo desenvolvidos no período dos anos 80. Com essas reflexões e avaliando o espaço escolar com a integração da gestão compromissada com a formação de pessoas, considera-se diante deste contexto, a supra importância da Avaliação Externa para consolidação das melhorias do ensino-aprendizagem de qualidade nas escolas.

3.2 Usos dos resultados das avaliações externas pelos gestores

Barreto (2001) comenta que a produção para os estudos e pesquisa sobre temas de obras científicas e trabalhos pedagógicos do uso dos resultados das avaliações externas, em especial na área da gestão escolar, são relativamente recente.

Conforme estudos desenvolvidos com temas ligados ao sistema educacional conduzidos por autores Sousa e Oliveira, (2010, p. 813) que retratam sobre cinco sistemas estaduais que ocorreram nos anos de 2005 a 2007, evidenciando nas suas discussões que o uso dos resultados “por parte dos gestores é escasso ou inexistente”, sendo também reconhecidos que “as escolas têm dificuldade até mesmo de ler e compreender os resultados produzidos”. No entanto, os resultados oferecem subsídios aos gestores para a tomada de decisões a respeito de melhorias de estratégias pedagógicas.

Neste caso, entende-se como uma conclusão meio preocupante para a equipe de gestores e pesquisadores, pois os estados onde foram realizadas a pesquisa, são pioneiros da criação de sistemas próprios de avaliação, assim percebe-se que ainda não conseguiram chegar nos propósitos que o programa de avaliação objetiva. Sendo no Estado do Ceará, já no início dos anos 80, marca suas experiências pela implementação de seu próprio sistema.

Também, em trabalho desenvolvido e coordenado por Werle (2010), onde trata de estudos com relatos de pesquisas já desenvolvidas com o tema de avaliação na educação básica, que foram realizados nos municípios centralizados no Estado do Rio Grande do Sul, onde os focos dos estudos adentravam nas questões da gestão de sistemas educacionais e das escolas.

Levando estudos para o interior das escolas, os autores Adrião e Borghi (2008) destacaram algumas características que influenciaram no desempenho diferenciado no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, de uma escola pública localizada na zona rural do Estado. Deste modo, os autores constataram através dos resultados da avaliação, que a escola implantou melhorias no seu projeto pedagógico, assim, foram unidos equipes de sujeitos pertencentes a várias gremiações escolar, em torno do

objetivo fundamental, que era naquele momento fazer melhorar o seu processo de ensino-aprendizagem. Com isso, foram redenidas novas prioridades e metas da escola, onde houve um impacto direto nas práticas pedagógicas dos professores em sala de aula, na construção de novas habilidades voltadas para a leitura e a escrita, com alunos de baixo rendimento.

Assim, os autores Adrião e Borghi (2008, pp. 91-92) reconhecem que “para a escola o sistema de avaliação tem servido como mecanismo de indução e alteração de práticas educativas no cotidiano”, mas percebem algumas contradições, “dentre os professores entrevistados não há consenso sobre a pertinência da escola em direcionar seu trabalho em função dos resultados no Saresp.”

Em pesquisa realizada por Gewehr (2010), onde focou seus estudos em seis escolas, localizadas na zona rural do Estado do Paraná, onde buscou analisar em sua pesquisa de campo o olhar dos gestores e professores, diante os possíveis impactos das políticas de avaliação para a educação básica nas escolas. Sendo observados nas entrevistas que 84% dos gestores, afirmam ter revisados seus processos, após resultados da Prova Brasil.

Conforme Gewehr (2010, p. 96) percebe-se uma preocupação constante dos gestores, referente aos resultados do IDEB, com isso, acabam voltando-se para executar práticas de gestão voltada para os resultados, com isso, os professores acabam desenvolvendo seus planejamentos de sala de aula, voltados para o desempenho nas avaliações externas, não percebendo “mudança na concepção dos processos avaliativos.”

Desse modo, em estudo muito similar desenvolvido por Garcia (2010) onde o mesmo investigou uma escola pública da zona rural da Cidade de São Paulo, com intenção de entender como os trabalhos pedagógicos são organizados pela equipe gestora e os professores, com um olhar voltado para o processo de avaliação externa da escola. Assim percebeu-se através das observações e entrevistas que a equipe da escola, possui um trabalho interno de estímulo e preparo para a prova do SARESP, sendo que o trabalho dos professores são realizados, com intuito do aprendizado dos alunos, sem esforços e preocupação com as provas das avaliações externas. Assim conforme Garcia (2010, p. 86) adverte mostrando que “essa liberdade dos professores pode não ser caracterizada como uma autonomia ou consciência crítica, revelando, ao contrário, um desejo de não querer participar ou, inclusive, falta de profissionalismo.”

Assim, com os estudos de Martins (2010), onde buscou-se analisar questões ligadas a melhoria da qualidade do ensino, através das avaliações externas com apoio do coordenador pedagógico da escola. Deste modo, foram realizadas entrevistas com quatro profissionais ligados a escolas públicas municipais do interior paulista. Os resultados apontaram grandes

dificuldades dos coordenadores em ter, uma definição, mas clara, sobre avaliação externa e como utilizar os resultados da escola em prol de melhorias nos trabalhos pedagógicos, que buscam constantemente a qualidade do ensino. Também foram observados que a nenhum momento, houve por parte dos entrevistados, colocação sobre o trabalho desenvolvidos pelos professores a partir dos resultados das avaliações externa, e nem pontos como são realizados com estes profissionais o processo da escola com a implementação da avaliação externa.

Com isso, buscando-se analisar, mas especificamente essas questões das amostras utilizadas por Martins (2010), percebe-se que os quatro coordenadores selecionados para as entrevistas, possuem vasto conhecimento de suas funções e obrigações, pois estão na casa de 15 (quinze) anos de profissão atuante, assim reforçando ainda, mas uma preocupação com a avaliação externa e seus processos diante das diretrizes governamentais. Pois entende-se que este profissional, detém de uma responsabilidade bem definida na escola, onde imagina-se que deva conseguir uma maior apropriação de questões do cotidiano da escola e do setor educacional como um todo, a cada ano de experiências, sendo que isto na verdade, não ocorreu nesse estudo. Com isso, pode-se afirmar que as pesquisas e estudos aqui mencionados, mostram pelos seus resultados que é necessário fortalecer a premência de uma profunda reflexão sobre o verdadeiro significado do uso dos resultados das avaliações externas.

PARTE II
ESTUDOS EMPÍRICOS

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, será apresentado de forma específica e detalhada todo o percurso metodológico desenvolvido durante o desenvolvimento da pesquisa exploratória, como também será exposto, bases de trabalhos acadêmicos que sustentaram fundamentação do planejamento executado em todo o período da pesquisa. Com isso, utilizou-se de teses, dissertações e artigos com temas ligados ao proposto por este trabalho. Neste capítulo fará parte deste plano, instrumentos utilizados no período da investigação, utilizando-se de ferramentas e métodos para coleta de dados e análise textuais.

4.1 Introdução

Buscando atender os objetivos da pesquisa, inicialmente buscou-se a realização de uma pesquisa de natureza bibliográfica, realizada pela internet, buscando site da esfera federal e estadual. Com isso, buscou-se copilar estudos ligados ao processo de avaliação educacional, suas políticas públicas, bem como a qualidade do ensino público, e por fim buscou-se entender sobre as desigualdades sociais que envolvem toda a educação do país. Já na fase seguinte, buscou-se através de estudos de natureza empírica, analisar documentos oficiais ligados às escolas, município e governo estadual, tendo como ponto de partida a utilização para análise preliminar, os documentos das escolas como Plano Pedagógico, Plano de Educação do Município e do Estado, bem como os Planos Nacional de Educação e os índices de IDEB de 2017. Assim, em seguida foi planejado e executado a pesquisa de campo, com entrevista semiestruturadas, sendo iniciadas no período de novembro de 2019 e finalizadas em março de 2020. Conforme autores como Lüdke & André (1986, p. 34) esse tipo de entrevista “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”.

Bogdan e Biklen (1982), Lüdke e André (1986) ressaltam sobre as questões de abordagem qualitativa, sendo este, alvo de abordagem do pesquisador para o tratamento deste trabalho dissertativo. Sendo assim, entende-se que esse tipo de abordagem, buscou se preocupar com todo o processo que está envolvido o tema, isto é, procurou-se nas suas questões uma formulação abrangente e resposta dentro de sua complexidade, buscando

valorizar todas as perspectivas possíveis dos participantes e o ambiente de sua produção, assim, tornando todo o processo investigativo, mas indutivo.

Com isso, para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se em selecionar duas escolas estaduais, em municípios diferentes, mas de localização próxima uma da outra, com isso possuindo características semelhantes, quanto números de alunos e origem social quase idênticas, estas localizadas na zona urbana, com estrutura e espaços físicos semelhantes em seus projetos arquitetônicos, mas, resultados obtidos na avaliação externa do governo federal IDEB 2017 bem diferentes.

Por fim, este estudo foi caracterizado por uma pesquisa exploratória-descritiva. Que para Oliveira (2012) esse tipo de pesquisa, objetiva a dar uma melhor explicação de forma geral, de um determinado fato. Assim, através do estudo delimitado e integrado com a pesquisa descritiva, o mesmo busca compreender e analisar os fatos e fenômenos, onde descreve de forma detalhada, a apresentação dos dados coletados pelas entrevistas semiestruturada.

4.2 Lócus da Pesquisa

4.2.1 Estado do Maranhão

Com a localização de sua região ao Nordeste do Brasil, sendo o único estado desta região possuir uma parte localizada de seu território com a Floresta Amazônica. O Estado detém uma costa litorânea com aproximadamente 640 km.

Conforme sua história, a região teve como os primeiros bravadores, os espanhóis. Após alguns períodos o território também teve a presença de colonizadores de outras regiões, como os franceses, em longo período, portugueses que em duas vezes, juntos com o brasileiro expulsaram franceses e holandeses, logo no início da colonização brasileira pelos portugueses.

Com uma extensão territorial de aproximadamente de 332 mil km², e, conforme Censo Demográfico de 2010 o mesmo é dividido em 217 municípios, confirmado pelo IBGE (2015), deste modo, totalizado 6.574.789 habitantes.

O Estado possui importantes municípios que agregam o desenvolvimento sócio econômico, sendo a capital a cidade de São Luis, conta com importantes polos situados nos municípios de Imperatriz, Timom, Caxias, São José de Ribamar, Açailândia, Bacabal, Paço do Lumiar e, por fim, Barra do Corda.

O Estado também, possui importantes rios que travessam sua região, sendo os mais destacados os rios de Itapecuru, Mearim e Pindaré.



Figura 01 – Mapa de Localização o Estado do Maranhão - Brasil

Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2007) e IBGE (2001).

Com uma culinária revestida de misturas de raças entre colonizadores, índios e negros da África, o Maranhão é destacado pelos pratos rústicos, coloridos de cultura própria, conta também com a existência de uma grande variedade de doces portugueses, que, integrado com a frutas regionais (maracujá, jenipapo e o tamarindo) dividem a mesa do maranhense. Tendo seu litoral apreciados pelo povo, assim como os pratos com mariscos, carangueijos e peixes da água salgada de várias espécies.

Como patrimônio cultural brasileiro, o estado cultiva a festa do bumba meu boi, considerada como a maior manifestação cultural, sendo assim aclamada pela sua beleza e tradições do povo indígena, tendo também como destaques o tambor de crioula, cultura africana, assim como o tambor de menina. Com isso, é a festa de maior tradição nos arraiais, nas temporadas juninas, em todos os municípios, que traz a lenda indígena com danças e músicas.

O Estado é considerado como um dos principais estados com maior índice de pobreza e, com isso, reflete altos índices sociais de criticidade humana. Desse modo, elava o seu índice de mortalidade infantil, com altas taxas de mortalidade infantil. Apesar de melhorias neste índice, referentes aos anos anteriores, mostra-se ainda com a pior taxa do Brasil, ficando apenas na frente do Estado de Alagoas.

O Estado apresenta, em alguns dos seus setores econômicos, um desenvolvimento bem acentuado, mas, aparece nas estatísticas brasileiras como o estado mais pobre e carente do

Brasil. Assim, ocupando no ranking nacional a penúltima posição no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

4.2.2 Região Geográfica Imediata de Pedreiras

Segundo o quadro vigente de 1989 e 2017, o estado do Maranhão, teve sua divisão geográfica revisada, onde anteriormente abrangia 21 microrregiões.

Conforme o IBGE (2017) houve a extinção das mesorregiões e microrregiões, conforme mostra na figura 2. Deste modo, se criou um novo modelo de representação regional, assim, possuindo novas divisões geográficas, denominadas de imediatas e intermediárias, conforme mostra figura 3.

Mesorregião ^{[1][2]} ⇅	Código ⇅	Número de municípios ⇅	Localização ⇅	Microrregiões ⇅	Código ⇅
Centro Maranhense	03	42		Médio Mearim	010
				Alto Mearim e Grajaú	011
				Presidente Dutra	012

Figura 02 - Mesorregiões do Maranhão – Centro Maranhense

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). «Divisão Regional do Brasil». Consultado em 03 de setembro de 2019.

Portanto, o Maranhão é constituído por 217 municípios, onde são distribuídos nas 22 regiões, hoje como são conhecidas, geográficas imediatas, sendo agrupadas por regiões intermediárias, conforme citada pelo IBGE vigente desde 2017.

Deste modo, houve uma atualização regional no Brasil, correspondendo a uma divisão conhecida até em 2017 de mesorregiões, que ficou em vigor desde a divisão de 1989. Com isso, as novas regiões conhecidas como geográficas imediatas, estão vigorando em sua substituição. Conforme IBGE de 2017, no Maranhão vigorava vinte e uma microrregiões com cinco mesoregião.

A nova divisão ocorrida em 2017, objetivou acompanhar as novas transformações existentes da rede urbana e sua hierarquia, que ocorreram durante as divisões anteriores, assim, entende-se que esta nova visão, deve ser utilizada em ações do planejamento com a gestão de políticas públicas com intuito de realizar as divulgações de estudos estatísticos do

Estado e também do IBGE. Desse modo, anteriormente, foram utilizados divisão com agrupamentos de municípios em mesorregiões e depois separados com municípios em microrregiões. Com isso, apartir de 2017 houve mudanças contrárias, sendo criados em primeiro lugar regiões geográficas imediatas, para depois montar agrupamentos e regiões intermediárias.

Região geográfica imediata ^[1] ⇅	Código ⇅	Municípios ⇅
Pedreiras	210012	Bernardo do Mearim
		Capinzal do Norte
		Esperantinópolis
		Igarapé Grande
		Joselândia
		Lago do Junco
		Lago dos Rodrigues
		Lima Campos
		Pedreiras
		Poção de Pedras
		Santo Antônio dos Lopes
		São Raimundo do Doca Bezerra
		São Roberto
Trizidela do Vale		

Figura 03 - Regiões geográficas imediatas por regiões intermediárias - Pedreira

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). «Divisão Regional do Brasil». Consultado em 03 de setembro de 2019.

Entende-se que as regiões imediatas, são formadas por agrupamentos de municípios, que possui referência na sua rede urbana e detém uma centralização urbana, como base a outros municípios, conforme analisado pelo IBGE. Assim, para sua formação foram consideradas sua conexão com outras cidades em sua proximidades, que adotam certa dependência no deslocamento da população para este centro maior, na busca de aquisição de bens, serviços e trabalho. Para as regiões intermediárias, foram constituídas por agrupamentos de municípios que são influenciados por uma ou mais metrópoles ou capitais, neste caso no Maranhão, centros urbanos que possuem maior representatividade dentro do conjunto.

4.2.3 Local de investigação – Município de Pedreiras

A cidade de Pedreiras, com o mesmo nome do município, pertencente ao Estado do Maranhão, sendo seus habitantes chamados de pedreirenses. Sua área de abrangência geográfica está em torno de 288,4 km² e no último censo em 2017, contava com 39.448

habitantes. Possuindo 136,8 habitantes por km² em sua densidade demográfica. Na sua proximidade, consta como municípios vizinhos: Trizidela do Vale, Lima Campos, Bernardo Mearim, situando estes a 44 km entre sul e leste do município de Bacabal, considerada a maior cidade mais próxima. Com altitude a 37 metros, o município de Pedreiras consta com coordenadas geográficas de Latitude: 4° 34' 28" Sul, Longitude: 44° 35' 55" Oeste.



Figura 04. Mapa de Localização do Município de Pedreiras - Brasil
Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2007) e IBGE (2001).

A cidade de Pedreiras é considerada o centro geográfico imediato, com inclusão de quatorze municípios, formando o agrupamento intermediário, concentrando órgãos regionais do Estado, como o Detran, a Justiça Eleitoral do Estado e Trabalho, Defensoria Pública, FUNASA, CAEMA, OAB e outros órgãos importantes do governo.

A região de Pedreira tem como principal negócio o comércio e os agronegócios, esses resultaram no desenvolvimento do comércio varejista e tem como principal atividade o atacadista, em sequência a distribuição de gênero atacadista. Na região à grande movimento de produtos extrativista vindo do uso da palmeira de babaçu. Com isso, na região existem

pequenas industriais que trabalham no processamento do óleo, com a venda de sabão e produtos para a limpeza. Já na produção rural a criação de bovino e caprinos é bastante utilizada e comercializada.

4.2.4 Local de investigação – Município de Trizidela do Vale

Trizidela do Vale, cidade vizinha com a cidade de Pedreiras, que se situa a 3 km a Nordeste-Oeste, ambas no Estado do Maranhão, conhecidos como trizidelenses. Com 223 km² de extensão geográfica, o município conta com 18.951 habitantes, informado pelo censo de 2017. Com 85 habitantes por km² em sua densidade demográfica, mostra-se pouco povoado em seu território. Também tem como vizinhos próximos os municípios de Lima Campo e Bernardo do Mearim. O município situado a 64 metros de altitude com coordenada geográfica de Latitude: 4° 34' 0" Sul, Longitude: 44° 37' 37" Oeste.



Figura 05. Mapa de Localização do Município de Trizidela do Vale - Brasil

Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2007) e IBGE (2001).

Trizidela é considerada uma cidade com características do interior do Brasil, sendo pequena e tranquila para se viver, para famílias que gostam de sossego. A cidade também,

possui alguns atrativos ao turismo, pois existem restaurantes simples, mas bem acomodados no beira-rio, com deliciosa culinária local. E em sua estrutura arquitetônica antiga, tem-se a construção de sua Paróquia, conhecida por pelo nome de Santo Antonio de Pádua.

Também em destaque, nos seus atrativos turísticos, a famosa Pedra Grande, que conta com lendas e encantos, formada por rochas de grandes tamanhos, bem próximo da cidade, com quinze minutos de carro até o bairro de Transwal onde a mesma encontra-se

A Lei Estadual nº 6164, de 10-11-1994, elevou a cidade para município, que antes era distrito do município de Pedreiras.

Para o Estado do Maranhão, o município não tem uma importância significativa e nem sua cidade, pois seu comércio e produção é muito desconsiderável para a economia do Estado.

4.2.5 Escolas investigadas

Campos de investigação serão as escolas da rede pública estadual do ensino médio do Maranhão, Brasil, pertencentes à Unidade regional de Pedreiras.

➤ Município de Trizidela do Vale - Centro de Ensino Newton Bello

O Centro de Ensino Newton Bello, localizado na Rua Santo Antônio, 324, Centro da cidade. Tem Funcionamento de turmas nos turnos matutino, vespertino e noturno. A parte estrutural da escola é formada por 01 laboratório de Informática, 01 laboratório de Química, Física e Biologia, 01 Biblioteca e 01 Auditório; o Centro de Ensino Oscar Galvão a segunda escola está localizada na cidade de Pedreiras, na Av. Edilson Carvalho Branco s/nº, Bairro Goiabal, Pedreiras, que funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, e é formada por 01 sala de vídeo, 01 laboratório de ciências, 01 rádio escola, 01 biblioteca, 01 auditório e por último.

➤ Município de Pedreiras - Centro de Educação Integral Olinda Nunes Freire

Centro de Educação Integral Olindina Nunes Freire, localizado na Avenida Zeca Branco, s/n, Engenho, Pedreiras, constituído por 05 laboratórios, Informática, Matemática, Biologia, Química e Física, 01 Biblioteca e 01 Auditório. Na instituição 99.12% dos professores tem ensino superior completo.

Avaliação Externa – Provas do ENEM em 2018 a escola esteve com seu rendimento bem abaixo da média das escolas do município, mas acima dos média nacionais. Assim, com a Média em Ciências Humanas - A escola teve média de 472.13 na área de Ciências Humanas. É uma média maior 15.28% do que a média brasileira. Na Média em Ciências Naturais - A escola teve média de 483.64 na área de Ciências Humanas. É uma média maior 2.10% do que a média brasileira. A escola teve média de 471.22 na área de Ciências Humanas, que compreende as disciplinas de Português, Artes, Educação Física, Inglês e Espanhol. É uma média maior 13.33% do que a média da cidade de Pedreiras. E a Média em Matemática - A escola teve média de 473.23 na área de Ciências Humanas, que compreende as disciplinas de Matemática. É uma média maior 13.16% do que a média brasileira.

4.3 Questões de investigação

O passo inicial para se começar uma investigação científica é a definição e a contextualização do problema da pesquisa, para qual se propõe a encontrar uma resposta ou uma solução para o problema. Em uma pesquisa o problema é responsável pela consornância do processo científico, uma vez que afasta a divergência e composição errônea da argumentação. Paviani (2005, p. 207), fala que o problema de pesquisa é “o ponto de partida [...] ele é delimitado e formulado em relação a uma situação que pressupõe, de um lado, o conhecimento já produzido e, de outro, o conhecimento a ser produzido”.

A elaboração das questões de investigação se fez de forma muito criteriosa e direcionada para que toda a contextualização e desenvolvimento do problema fosse fundamentado com base nas questões produzidas, tendo em vista que, para o conhecimento ser considerado científico o pesquisador não pode ser leviano e apenas supor ou comentar sobre opiniões frívolas sem fundamentos científicos, e sim executar uma pesquisa que possa analisar e comprovar suas argumentações e fudamentações.

Detectado o problema, é que se delibera o melhor método a ser aplicado para a obtenção do resultado aguardado, por isso o problema precisa expor uma característica de cientificamente viável, ou seja, necessita apresentar meios de obter uma conclusão plausível.

Dessa forma as questões elaboradas foram direcionadas ao foco do evento investigado já citado no decorrer desta pesquisa onde buscou-se através de observação e entrevista aos colaboradores envolvidos nos processos resultados para as seguintes questões:

Desta forma temos como a indagação principal da pesquisa o seguinte ponto: Quais as implicações e os desafios das Avaliações Externas na Região Geográfica Imediata de

Pedreiras, nos municípios intermediários de Pedreiras e Trizidela do Vale, tem produzido nos cotidianos das escolas estaduais do ensino médio e nas Políticas Educacionais da Região?

Deste modo algumas perguntas ainda foram levantadas para madurecer o entendimento sobre o tema proposto, assim a pesquisa também buscará entender os seguintes pontos:

- Até que ponto as avaliações em larga escala contribuem de forma efetiva para a aprendizagem dos alunos na região geográfica imediata de Pedreira no Estado do Maranhão?
- Como esses dados da avaliação externa estão sendo utilizados na visão dos professores e dos gestores (diretor e coordenador pedagógico) nas escolas para contribuição da melhoria da qualidade da educação na região imediata de Pedreiras - MA?
- Existem programas governamentais direcionados as avaliações externas nas escolas para auxiliar os professores e gestores no uso dos resultados para a melhoria do ensino e aprendizado?
- Quais as implicações e os desafios para o processo das avaliações externas contribuir efetivamente para o ensino-aprendizagem nas escolas da região geográfica Imediata de Pedreiras – MA?

Diante dessa premissa, foi elaborada as questões acima a fim de se obter a fundamentação necessária para esta investigação fosse embasada na cientificidade de estudos de obras bibliográficas e para que possa contribuir de forma satisfatória com resultados positivos sendo norteadora de outros trabalhos científicos.

4.4 Objetivos

As definições dos objetivos se deram em decorrência da problemática investigada e as possíveis soluções encontradas pela Região Geográfica Imediata de Pedreiras – MA, objeto de estudo desta pesquisa.

4.4.1. Geral

Analisar as implicações e os desafios das Avaliações Externas na Região Geográfica Imediata de Pedreiras, nos municípios intermediários de Pedreiras e Trizidela do Vale, tem

produzido nos cotidianos das escolas estaduais do ensino médio e nas Políticas Educacionais da Região.

4.4.2. Específicos

- Verificar como os dados da avaliação externa estão sendo utilizados nas escolas para contribuir na melhoria da qualidade da educação das escolas dos municípios de Pedreiras e Trizidela do Vale;
- Analisar quais as implicações e os desafios para o processo das avaliações externas contribuir efetivamente para o ensino-aprendizagem nas escolas da região geográfica Imediata de Pedreiras - MA.
- Entender como são direcionadas as avaliações externas nas escolas para auxiliar, professores e gestores no uso dos resultados e melhorias no processo de ensino e aprendizado.
- Entender como as avaliações externas, contribuem de forma efetiva para aprendizagem dos alunos das escolas de ensino médio dos municípios de Pedreiras e Trizidela do Vale;

4.5 Hipóteses e variáveis

Entende-se que os desafios atuais da avaliação externa na área de educação da região geográfica Imediata de Pedreiras - MA, estão ligados diretamente com os resultados das Notas do IDEB, com isso, impacta diretamente no ensino-aprendizado, gerando potencialidade na contribuição e a elucidação dos seus limites, induzindo com isso, em melhores políticas educacionais na região.

A maioria dos educadores no Brasil, acreditam que o processo de avaliações externas adotado pelo governo federal, são ferramentas de controle, que servem apenas para gerar uma nota com o resultado final do processo de ensino-aprendizagem nas escolas. O grande desafio, está na forma de utilização destes resultados, cabendo os gestores montar estratégias locais para melhoria da educação de sua região ou escola.

Conforme o autor Luckesi (2013) existem, vantagens para utilizar os resultados em prol da escola, sendo esses divididos em 03 pontos fundamentais.

1 – Promove uma avaliação mais ampla e significativa - A avaliação externa vem de fora da escola, oferecendo uma visão distanciada e potencialmente mais crítica do seu funcionamento e processos pedagógicos. Tais avaliações podem ser realizadas

com o auxílio de ferramentas altamente elaboradas e uso intensivo de tecnologia. Dessa forma são capazes de fornecer subsídios concretos para processos de mudança. A comunidade escolar percebe que algo não vai bem e entende que a mudança é necessária, e não resultado de uma decisão arbitrária do diretor.

2 – Promove melhorias ao longo do ano - Embora a maioria das avaliações externas se atenha a diagnósticos pontuais, já existem opções no mercado que vão além disso. Com plataformas de uso de dados, por exemplo, é possível acompanhar a evolução do desempenho dos estudantes em exames realizados no começo e no fim do ano — eles têm um grau de dificuldade comparável em virtude do uso da Teoria de Resposta ao Item (TRI). O resultado da primeira avaliação já indica os pontos nos quais o aluno tem deficiências, o que permite desenvolver um trabalho individualizado para corrigi-las. Quando extrapolados para classes e séries, esses dados dão ao gestor a capacidade de identificar deficiências estruturais e promover ações para solucioná-las.

3 – Melhorar o desempenho em avaliações oficiais - Definitivamente o sistema de avaliação oficial mudou a rotina das escolas. Indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por exemplo, viraram referência de educação de qualidade. Resultados ruins da escola em qualquer um dos dois provocam críticas e pressão dos pais. Com a avaliação externa independente, como as elaboradas por empresas especializadas, a escola pode antecipar o desempenho que terá nos testes oficiais e agir para melhorar sua performance. (Luckesi, 2013, p. 121).

4.6 Caracterização e critérios da amostra

A fim de atingir seu objetivo central, desse estudo lança mão da pesquisa exploratória em duas escolas da rede pública estadual de educação do Maranhão, localizadas nos municípios de Pedreiras e Trizidela do Vale, ambas pertencentes a Microrregião do Mearim, fazendo uso da observação, entrevistas através da aplicação de questionário semiestruturado aos membros da gestão escolar e seus professores das referidas escolas.

Sendo assim a pesquisa realizou-se com professores do ensino médio de língua portuguesa e matemática e equipes gestoras (coordenador da URE regional, diretores e supervisores pedagógicos) de duas escolas da rede estadual de ensino médio da URE de Pedreiras, (municípios de Pedreiras e Trizidela do Vale), Justifico a escolha dos sujeitos de pesquisa pela importância do professor como o gestor da aprendizagem, do ensinar e aprender; do diretor e o coordenador da URE regional, como o líderes central do processo educacional da região; e do supervisor educacional como o mediador e articulador do processo educativo, sendo todos imprescindíveis para a construção de uma escola de qualidade. doze professores foram investigados, seis de língua portuguesa, seis de matemática, isto é, seis de cada escola, dois diretores e dois supervisores, sendo um de cada escola. Como também convidado o coordenador da URE – Unidade Regional de Educação. A pesquisa tem caráter qualitativo, com entrevistas semiestruturadas e abertas. Os

fundamentos da metodologia de análise de conteúdo foram usados para a leitura, análise e interpretação dos dados, por apresentarem possibilidades eficazes para as pesquisas qualitativas, conforme os pressupostos teóricos da francesa Bardin (2009)

A distribuição da amostra, segundo o gênero e grupo etário, pode ser analisada de forma esquemática nas tabelas seguintes.

Tabela 01.

Escolas selecionadas para as entrevistas

ESCOLA MUNICIPAL	MUNICÍPIO	LETRA representativa
<i>Centro de Ensino Newton Bello</i>	Trizidela do Vale	A
<i>Centro de Educação Integral Olinda Nunes Freire</i>	Pedreiras	B

Nota: Controle do autor

Amostra das escolas foram selecionadas buscando avaliar sua importância nos municípios, sendo que no Município de Trizidela do Vale - Centro de Ensino Newton Bello é a única escola de ensino médio. No município de Pedreiras o Centro de Educação Integral Olinda Nunes Freire, considerada a maior e importante escola da região.

Fonseca (2002) comenta que é importante evidenciar toda a pesquisa por amostragem, utilizando critérios, isto é o tipo de plano exposto.

Tabela 02.

Campo da amostra – população total dos entrevistados

PESQUISADO	QUANT.	SEXO MASC.	SEXO FEM.
Coordenação URE de Pedreiras	01	01	00
Coordenador pedagógico	02	00	02
Professor de matemática	05	02	03
Professor de português	04	01	03
Total	12	04	08
%	100%	33%	67%
Total amostra	35% efetivo		

Nota: Controle do autor

Tabela 03.

Campo da amostra – professor (turno/disciplina)

PROFESSORES	TURNO	QUANT.	TURMAS	DISCIPLINA
Professor – Escola A	MATUTINO	01	1º ANO	MATEMÁTICA
		01		PORTUGUES
	VESPERTINO	01	2º ANO	PORTUGUES
		01		MATEMÁTICA
	NOITE	01	3º ANO	MATEMÁTICA
	Professor – Escola B	MATUTINO	01	1º ANO
VESPERTINO		01	2º ANO	PORTUGUES
		01		MATEMÁTICA
NOITE		01	3º ANO	PORTUGUES

Nota: Controle do autor

4.7 Instrumentos de recolha e análise de dados

Para a obtenção dos dados necessários para o desenvolvimento desta pesquisa foi necessário o uso de técnicas e instrumentos adequados ao tipo de pesquisa aqui apresentada.

4.7.1 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

Também, caracterizamos esse estudo como exploratório-descritivo. Para Oliveira (2012), na pesquisa exploratória temos como objetivo dar uma explicação geral sobre um determinado fato, através da delimitação do estudo que, juntamente com a pesquisa descritiva, busca analisar os fatos e/ou fenômenos fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses dados coletados.

Ainda de acordo com o autor a pesquisa descritiva é abrangente e permite uma análise do problema de pesquisa em relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos, comunidades, entre outros aspectos. Logo, entendemos que a pesquisa exploratório-descritiva é a abordagem mais apropriada para o desenvolvimento deste trabalho uma vez que o nosso trânsito no meio escolar nos possibilita perceber os aspectos sociais, políticos, econômicos, além da diversidade de percepções construídas pelos gestores escolares das escolas dos municípios de Pedreiras e Trizidela do Vale.

Ainda no aspecto da pesquisa exploratório-descritiva, Triviños (1987, p. 110) nos aponta que “o foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, seus agentes, seus problemas [...]”.

Assim, para que pudéssemos realizar a ampliação do objeto de estudo, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas com os diretores e coordenadores e professores das escolas municipais urbanas dos municípios selecionados, destacando que a escolha pelos gestores das escolas estaduais e urbanas se deu pela necessidade de realizarmos uma delimitação da população de pesquisa, tendo em vista que não teríamos tempo e recursos para que pudéssemos abranger maior amostra.

Para Flick (2013, p. 115), nas entrevistas semiestruturadas são elaboradas várias perguntas com o intuito de responder à todas as questões envolvidas na pesquisa. Além disso, nas entrevistas semiestruturadas os entrevistadores “não ficam necessariamente presos à formulação inicial exata das perguntas quando as formulam”. Dessa forma, diferencia-se dos questionários nos quais as perguntas são inflexíveis e, ainda, oferecem opções de respostas aos entrevistados sem que haja uma reflexão sobre a pergunta.

Logo, entendemos as entrevistas semiestruturadas como um protocolo de perguntas flexíveis nas quais o entrevistador acaba por tornar a conversa mais informal, devendo realizar as perguntas previstas, mas também alternando com outras que acabam por surgir no decorrer da conversa. Assim, as entrevistas semiestruturadas exigem do entrevistador um conhecimento profundo do tema para que não permita o afastamento dos objetivos da entrevista por parte do entrevistado.

Em consulta realizada no sitio eletrônico das prefeituras dos Município selecionados, foram identificadas 04 escolas estaduais, urbanas do ensino médio. As entrevistas versaram sobre: a) a compreensão do diretor e coordenadores e professores a respeito avaliações externas, tal como a Prova Brasil e do IDEB; e b) os impactos e implicações dessas avaliações na organização pedagógica das escolas. As entrevistas foram realizadas conforme a disponibilidade dos sujeitos selecionados, totalizando, ao final, a participação de 17 entrevistados pertencentes as escolas dos municípios.

Bardin (1977) comenta que após a realização desta primeira etapa, as entrevistas foram transcritas e analisadas por meio da Análise de Conteúdo. A Análise de Conteúdo se estrutura a partir das etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise consiste na organização do esquema de investigação em um plano de análise: a organização das entrevistas que foram analisadas, a formulação das hipóteses e a elaboração

de indicadores que fundamentem a etapa da interpretação, a partir da leitura fluente das entrevistas. Trata-se de reconhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e percepções.

A segunda fase, exploração do material, consiste na realização de operações de codificação, permitindo uma descrição das características do texto para proceder às unidades de análise e registro e de contexto. A unidade de registro é a menor parte do conteúdo, como a palavra ou o tema, e a unidade de contexto vincula-se à compreensão da unidade de registro, buscando a significação daquela. Bardin (1977) comenta a partir dessa análise inicial emergem as categorias que incidem na operação de classificação de um conjunto de elementos constitutivos. Por fim, a terceira fase consiste na análise dos resultados considerados significativos para o estudo, pois através desta são estabelecidos quadros de resultados, diagramas, figuras e modelo, que condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise.

Organizamos, também, uma reunião com um grupo focal pertencentes as escolas, para que ao término das análises das entrevistas, as Escolas recebessem um retorno da pesquisa realizada, não sendo utilizadas apenas como fonte de dados. Além disso, entendemos que essa prática se faz necessária para que tenhamos um avanço nas discussões, acerca do tema estudado, no interior das escolas. Da mesma forma, esclarecer eventuais dúvidas em relação às compreensões dos relatos das entrevistas. De acordo com Dias (2000), o grupo focal passa a ser aliado à pesquisa qualitativa por trazer os atores da investigação para discutir os resultados obtidos na análise dos dados coletados durante as entrevistas.

Para Flick (2013), os grupos focais podem ser elaborados a partir de várias formas de organização do grupo. No nosso caso, optamos por organizar um grupo homogêneo em relação à profissão e à atuação das pessoas nas escolas. Para organização do grupo focal, encaminhamos uma carta convite para as escolas selecionadas, com duas semanas de antecedência, para que pudessem se organizar da melhor forma possível.

Ao realizarmos a reunião com o grupo focal compareceram 80% dos sujeitos convidados, representantes das duas escolas. Com isso, tivemos um bom resultado do feedback de retorno às escolas assim, foi realizada a discussão com a equipe. As informações que obtivemos, por meio das entrevistas, foram confirmadas no grupo focal, ou seja, também externaram dificuldades de compreensão dos processos que desencadeiam os resultados do IDEB, a dificuldade de integração entre a escola e as famílias e de acompanhamento do que é trabalhado na escola.

Com base nesse grupo focal, podemos compreender o quanto os gestores necessitam de conhecimento sobre o que é cobrado nas avaliações externas e sobre a utilização dos

resultados obtidos como prática de autoavaliação institucional. Compreendemos, ainda, que as escolas possuem uma defasagem em termos de conhecimento dos objetivos das avaliações externas, como poderá ser percebido nas análises das entrevistas.

4.7.2 Técnicas e instrumentos de análise de dados

Como instrumento de leitura e análise de dados das informações colhidas através do questionário aplicado, e entrevista semi-estruturada e da técnica de observação sistemática, os dados foram processados separadamente foi utilizado à técnica de tabulação gráfica sob a forma de tabelas e gráficos circulares “gráfico de pizza”, pois esse tipo de gráfico requer uma melhor compreensão dos dados levantados.

Dentro deste contexto foi utilizada também a análise de conteúdo, pois foram usadas como matéria prima de análises correlacionais as respostas oriundas dos questionários e dados colhidos na observação sistemática, material este que serviu para a interpretação do conteúdo investigado delimitando assim, os dados significativos para esta pesquisa, pois conforme Laville e Dione apud Oliveira (2011, p. 48) “por meio da análise de conteúdo, procura-se desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo, com vistas a esclarecer suas diferentes características e significação”. Dessa forma, o uso das técnicas e instrumentos de análise de dados escolhidos foi de extrema valia para se chegar aos resultados desta pesquisa.

4.8 Dimensões e critérios de seleção da amostra

A escolha dos entrevistados e os critérios utilizados para a seleção da amostra deu-se inicialmente pelo fato que o investigador está inserida nas instituições de ensino, como professora do Estado.

Outro critério importante dessa amostra foi a investigação direcionada com gestores da educação que estão diretamente envolvidos com o processo da gestão escolar, onde tem a responsabilidade de receber os resultados das provas externas e implementar um planejamento em busca da melhoria do ensino da região. Para os alunos matriculados e professores, é importante entender suas reais dificuldades para o ensino e o aprendizado em sala de aula, como também analisar os métodos de ensino utilizados em busca de gerar resultados positivos com as avaliações externas.

Fonseca (2002) diz que cabe evidenciar que foi por amostragem criterial onde o tipo de plano foi *Ex post facto* que é uma pesquisa responsável pelo estudo das variáveis de causa e efeitos após um fato ou fatos.

4.9 Ética da Pesquisa

Conforme a Fundação Oswaldo Cruz (2019), diz a ciência e a ética caminham juntas, em busca do crescente progresso sempre em benefício da humanidade e do planeta. A pesquisa científica é a base fundamental de quase todo o conhecimento humano, em função dela podemos vivenciar o alto grau de desenvolvimento científico e tecnológico alcançado em nossos dias.

A ética na pesquisa não se restringe à relação entre pesquisador e os sujeitos ou os participantes da pesquisa. Segundo Gauthier (1987), a ética perpassa todo o processo investigativo. Diz respeito desde a simples escolha do tema ou da amostra, ou ainda, dos instrumentos de coleta de informações. Estas opções exigem do pesquisador um compromisso com a verdade e um profundo respeito aos sujeitos que nele confiam. Da mesma forma, a análise das informações e a produção das conclusões exigem do pesquisador cuidado ético.

O mesmo acontece com a fase da publicação do relato da pesquisa, pois seus resultados têm implicações sociais, tanto no que diz respeito à omissão quanto à divulgação dos mesmos.

Assim, a dimensão ética é parte intrínseca de qualquer pesquisa e refere-se às relações de boa convivência, respeito aos direitos do outro e ao bem-estar de todos.

A ética na pesquisa não se restringe à relação entre pesquisador e os sujeitos ou os participantes da pesquisa. A ética perpassa todo o processo investigativo. Diz respeito desde a simples escolha do tema ou da amostra, ou ainda, dos instrumentos de coleta de informações. Estas opções exigem do pesquisador um compromisso com a verdade e um profundo respeito aos sujeitos que nele confiam. Da mesma forma, a análise das informações e a produção das conclusões exigem do pesquisador cuidado ético. (Gauthier (1987) como citado por Fiorentini & Lorenzato, 2009, p. 02).

Outro ponto não menos importante é a forma como o trabalho científico é elaborado, Fiorentini & Lorenzato (2009), falam que o mesmo deve ser embasado em cientificidade de obras reconhecidas no meio científico, ainda que esse certame ético percorra todas as abordagens metodológicas de pesquisa, a ética é mais evidente nas abordagens qualitativas, que buscam, mais que as outras, observar a intimidade da vida privada dos informantes ou de pequenos grupos.

Ainda sobre a concepção dos autores no parágrafo acima citados, onde defendem que na questão da pesquisa, o questionamento ético tem relação entre outros com os direitos, respeito e bem-estar dos envolvidos na pesquisa, a preservação de suas identidades, ao uso e

abusos de informações e citações feitas de outros autores, assim como a veracidade das informações.

Diante desse pressuposto, podemos observar que a ética é fator primordial em uma pesquisa onde requer a verdade dos fatos e os princípios éticos devem ser seguidos para que se cumpra um trabalho limpo, devidamente referenciado e embasado em fatos científicos.

4.10 Procedimentos estatísticos

A pesquisa qualitativa é uma modalidade de investigação não estatística, e deste modo, utilizamos procedimento de análise textual. Assim este tipo de pesquisa é largamente utilizado para testar a reação das pessoas antes de um produto, serviço ou político ir para as ruas. A pesquisa qualitativa não tem o objetivo de quantificar, mas sim de conhecer a fundo o pensamento de um determinado grupo de pessoas, que representa uma camada da população.

A pesquisa quali, não se baseia metodologia estatística, como no caso das pesquisas quantitativas. No método qualitativo são conduzidos grupos focais, ou focus groups, para discutir e explorar as reações e sentimentos do público a determinada ação ou produto.

Para Crocco (2006, p. 45). A pesquisa qualitativa “é uma metodologia não estruturada, exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam insights e compreensão do contexto do problema”. Essa metodologia é utilizada para coleta de dados de natureza primária.

A pesquisa qualitativa não tem foco estatístico e o seu resultado proporciona um entendimento inicial a respeito do problema de pesquisa. As informações são obtidas por meio de uma análise do discurso do entrevistado e sua postura global diante das perguntas apresentadas pelo pesquisador. O resultado não é conclusivo e não pode ser utilizado para fazer generalizações.

CAPÍTULO V

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCURSÕES

Os dados textuais apresentados e discutidos com fundamentação através dos principais autores citados nos capítulos I, II e III. Deste modo as análises textuais são oriundas da investigações realizadas nas duas escolas estaduais selecionadas, ligadas aos municípios de Pedreiras e Trizidela do Vale, objeto de estudo desta pesquisa, cujo instrumentos utilizados para coleta de dados foram da entrevista semi-estruturada devidamente amparada pela cientificidade dos referenciais teóricos pesquisados cuja contribuição foi de suma importância no momento do levantamento de dados investigativos e por conseguinte na construção desta referida pesquisa.

5.1 Apresentação dos resultados da pesquisa

Ao analisar os dados coletados na escola por meio das entrevistas semi-estruturadas, complementares ao estudo bibliográfico e à legislação que aborda a temática da avaliação. Durante a observação e estudo bibliográfico, incluímos questões referentes a gestão dos dados da avaliação, implicações e desafios da avaliação externa, referente a região de estudo, a melhoria do ensino-aprendizado com avaliação externa e apoios recebidos pelo governo federal e estadual, para política das avaliações externas na região. Estas questões estão diretamente relacionadas com os objetivos do trabalho com o processo das avaliações externas na região geográfica Imediata de Pedreira. Desse modo, as entrevistas foram organizadas com foco nessas temáticas. Os entrevistados responderam às mesmas questões pois se referiam ao trabalho e relações da escola, revelando diferentes percepções e posicionamentos diante de uma mesma realidade. Foi necessário criar categorias de análise para contemplar as dimensões das falas e da prática no interior da escola. Assim, o conteúdo deste capítulo foi organizado de acordo com as categorias.

5.1.1 *O Perfil dos atores educacionais*

A realização da pesquisa iniciou-se por meio da temática envolvendo as avaliações externas, deste modo, teve como objetivo analisar as implicações e os desafios das Avaliações Externas na Região Geográfica Imediata de Pedreiras, nos municípios intermediários de

Pedreiras e Trizidela do Vale, tem produzido nos cotidianos das escolas estaduais do ensino médio e nas Políticas Educacionais da Região.

Esse questionamento levantado objetivou conhecer como está ocorrendo todo o processo gerados com os resultados de avaliações externas nas escolas do ensino médio. Toda a estrutura planejada e aplicada das entrevistas foram organizadas com intuito de mostrar a visão dos profissionais envolvidos diretamente.

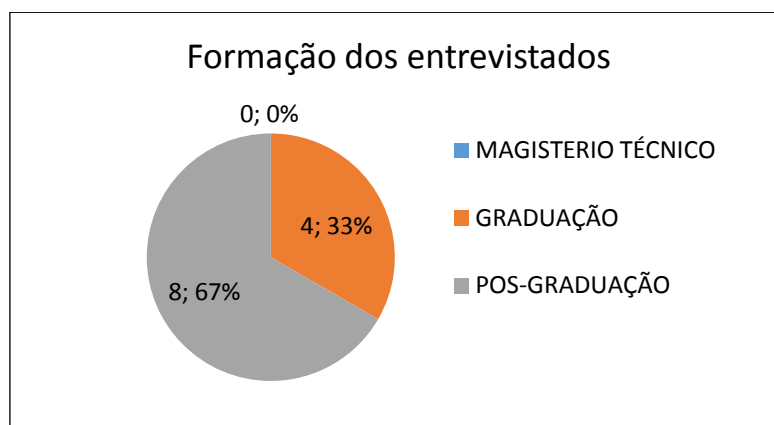


Figura 06. Formação dos entrevistados

Fonte: dados da pesquisa

Esse subitem mostra a trajetória acadêmica, formação, experiência profissional, e tempo de trabalho ao cargo que ocupado e em seguida nas entrevistas sequencial buscou-se entender quais as principais responsabilidades dos sujeitos entrevistados no processo das informações geradas com os resultados das avaliações externas dentro e fora da escola.

Assim, buscando facilitar um melhor compreensão sobre a caracterização básica dos entrevistados, apresenta-se a figura 6 e 7, com informações necessárias para cohecimento resumido dos profissionais.

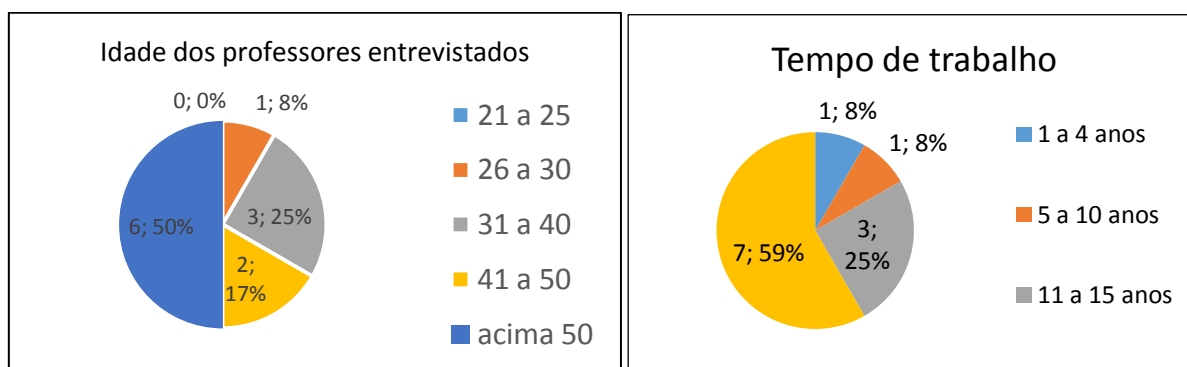


Figura 07. Idade dos entrevistados e tempo de trabalho

Fonte: dados da pesquisa

A figura 6, mostra que os entrevistados tem em 67% cursos de graduação na área pedagógica e gestão e 33% possuem graduação em licenciatura nas áreas específicas de matemática e português. Sendo observado que a coordenação pedagógica bem como o gestor regional de Pedreiras possuem especialização em cursos de gestão escolar. Com isso, pressupõem-se que ambos possuem entendimentos sobre o tema da pesquisa.

Diante do exposto, pode-se concluir com esses dados que a formação vem combinar com o trabalho desenvolvidos pelos coordenadores e o gestor regional na prática de suas funções. Para entendimento sobre esse ponto, Lück (2009, p. 88) diz que “a capacitação profissional estabelece um processo detalhista e organizado com a melhoria do desenvolvimento dos conhecimentos, das habilidades e das atitudes indispensáveis para o correto exercício das práticas profissionais”.

Também mostra a figura 7, que 50% dos entrevistados possuem idades acima de 50 anos, 25% entre 31 a 40 e 17% entre 41 a 50. Esses dados mostram que apesar da idade relativa está na casa de 40 e acima de 50 anos com 75% dos entrevistados, afirmando terem experiências e formação necessárias para expor informações precisas sobre o tema em estudo. Quando buscou-se conhecer o tempo médio de trabalho na área do ensino médio, 59% afirmam está atuando entre 5 a 10 anos e 25% de 11 a 15 anos com ensino de jovens.

5.1.2 Gestão dos Dados da Avaliação – Melhoria da Qualidade das Escolas

De modo geral, entende-se que as avaliações externas não só possibilita aos gestores, professores, coordenação e famílias fazerem o acompanhamento da evolução e desempenho dos estudantes, como também torna possível contruir um diagnóstico da rede de informações identificando as desigualdades efetivas entre as escolas e até mesmo na mesma escola. Portanto, o uso de modo gerencial das avaliações é de grande relevância para uma gestão escolar engajada com a qualidade e comprometida com a educação.

Diante desse contexto, é importante considerar algumas críticas realizadas por alguns autores sobre essas avaliações, esse entendimento é necessário para que haja aprimoração deste processo. Pesquisa mostra resultados que embora tenha-se ainda que muito avançar com esse cenário, elas acabam tendo um papel de grande relevância para atual política educacional na região, isto é, examinar se de fato os direitos da aprendizagem estão sendo garantido nas escolas de Pedreiras e Trizidela do Vale.

Tabela 4.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 1 a 3) Melhoria da Qualidade de Ensino - 1º parte

AVALIAÇÃO EXTERNA – Melhoria na Qualidade de Ensino	
1. A atual política educacional de avaliação externa mudou seu modo de coordenar as ações pedagógicas da escola? Em que aspectos?	
Gestora Regional	Sim, pois há uma maior preocupação com a aprendizagem dos alunos, visto que, serão avaliados por órgãos externos.
Coordenador 1	SIM - Nos aspectos Pedagógicos e também financeiros, pois as ações da escola são alinhadas para a melhoria do resultado.
Professor 1	Sim - Devemos sempre está à procura de novas ferramentas de ensino, para aprimorar e facilitar assim a aprendizagem.
Professor 2	Sim - Saber analisar e compreender os resultados das avaliações externas é o primeiro passo. Mas, é preciso também utilizar esses dados. E ao fazer isso eu passei a refletir sobre a forma como conduzo minhas práticas pedagógicas e me ajudou a aprimorar a maneira como ensino.
Professor 3	Sim. Nos aspectos que se referem à forma de avaliação dos alunos, principalmente no que se refere às adversidades e o cotidiano de cada discente.
2. Qual sua opinião sobre o IDEB?	
Gestora Regional	É um índice que nos dá uma visão em relação à aprendizagem; Fazendo-nos ver possíveis falhas.
Coordenador 1	É um indicador que possibilita avaliar a eficiência do processo ensino-aprendizagem
Professor 1	O IDEB é uma boa forma de avaliar, mas infelizmente está caminhado muito lentamente.
Professor 2	Ótimo instrumento de avaliação. Embora ainda estejamos a passos lentos, Serve para melhorar significativamente a forma que o sistema avalia e indo, além disso, a forma como nós professores ensinamos.
Professor 3	Uma forma de analisar o andamento da educação ofertada da instituição, analisar quais aspectos precisam ser analisados e se preciso corrigidos.
3. Você sabe os resultados das últimas avaliações externas ocorrida na sua escola? Sim (X) Não (), Em caso positivo, você poderia apontar ações/iniciativas estaduais e da própria escola que têm contribuído para esse resultado?	
Gestora Regional	SIM - Os aulões oferecidos pelo governo do estado; Aulas extras oferecidos pela própria escola.
Coordenador 1	SIM - Programa Mais IDEB
Professor 1	SIM - O C.E. Newton Bello adota os programas do governo mais IDEB desenvolvido pelo governo estadual.
Professor 2	SIM - Além do programa mais IDEB desenvolvido pelo governo estadual, na escola do CEMONF temos desenvolvido iniciativas de reforços através de aulões e simulados e também adotado o uso de paradidáticos e sequencias didáticas contendo exercícios baseados nos descritores que mais são cobrados nas avaliações externas.
Professor 3	Na própria escola, por exemplo, empenho dos professores com o auxílio da direção como os aulões, por exemplo.

Nota: dados da pesquisa

Nas últimas décadas, as iniciativas de avaliação externa têm se revelado centrais à compreensão da formulação e implementação de políticas educacionais no Brasil. Instituídas em nível nacional e estadual em distintos períodos, sua configuração multifacetada representa um campo fértil de análise. Desse modo, foi perguntado para os entrevistados se a atual política educacional de avaliação externa mudou seu modo de coordenar as ações pedagógicas da escola e em que aspectos? Todos os participantes foram unânimes ao dizerem que “sim”, mas, o que se notou é que apenas uma parcela dos participantes tem o conhecimento do que se trata e o que se pretende com essa avaliação externa na política educacional.

Diante da resposta do Gestor Regional, de que na avaliação externa há uma maior preocupação com a aprendizagem dos alunos, visto que, os mesmos serão avaliados por órgãos externos, nesse comentário existe uma forma errônea de interpretação, pois para

Freitas et tal. (2009), dizem que, quando a avaliação externa é conduzida com metodologia adequada, podem trazer importantes informações sobre o desempenho dos alunos, dados sobre os professores, condições de trabalho e funcionamento da escola. Segundo o autor, os dados da avaliação externa devem servir para a consulta dos professores e do coletivo da escola, visando a formulação e reformulação do seu PPP e não para outros fins. Ainda segundo Freitas et tal. (2009), faz-se necessário que as escolas se reconheçam nos resultados, refletindo o que a escola pode fazer, bem como suas demandas e seus compromissos.

Já o coordenador participante, foi feliz em seu comentário ao mencionar que os aspectos pedagógicos influenciam as ações da escola, e que essas ações alinhadas ajudam na melhoria do resultado.

A respeito do entendimento sobre a avaliação externa se observou uma confusão entre os docentes entrevistados, pois os mesmos confundem gestão com metodologias de ensino, como é observado na fala do Prof. 1 “Devemos sempre está à procura de novas ferramentas de ensino, para aprimorar e facilitar assim a aprendizagem”, e na opinião do Prof. 3, ao se referir sobre “os aspectos que se referem à forma de avaliação dos alunos, principalmente no que se refere às adversidades e o cotidiano de cada discente”.

Somente o Prof. 2, que demonstrou algum entendimento a respeito do que seja a avaliação externa, e segundo o mesmo “Saber analisar e compreender os resultados das avaliações externas é o primeiro passo. Mas, é preciso também utilizar esses dados”. O referido professor, proferiu que a partir dos resultados da avaliação externa, ele reflete sobre a forma como conduz as suas práticas pedagógicas e que a mesma o ajuda a aprimorar a maneira como ensina.

É sabido que uma atividade de avaliação não é uma atividade isolada e auto-suficiente. Ela é uma das etapas do processo de planejamento das políticas e programas governamentais, como gerar informações que devem possibilitar novas escolhas e analisar resultados que podem sugerir a necessidade de orientação das ações para o alcance dos objetivos traçados. Portanto, a avaliação externa é uma modalidade de avaliação em larga escala, desenvolvida no âmbito de sistemas de ensino visando, especialmente, a subsidiar políticas públicas na área educacional.

Perguntado sobre o IDEB, os entrevistados demonstraram bom entendimento a respeito do mesmo, resposta como é um índice que nos dá uma visão em relação à aprendizagem, fazendo-nos ver possíveis falhas; é uma forma de analisar o andamento da educação ofertada da instituição, analisar quais aspectos precisam ser analisados e se preciso corrigidos, ou, é um indicador que possibilita avaliar a eficiência do processo ensino-

aprendizagem, remetem que a análise mencionadas indica que os entrevistados ressaltaram a importância do índice para conhecer melhor a escola, além de indicar como instrumento fundamental para realizar considerações acerca da qualidade de ensino da escola, as metas a serem colocadas em prática, bem como as tomadas de decisões. O que segundo Fernandes (2010) e Ribeiro E Pimenta (2011), ressaltam que o IDEB também permite aos gestores visualizar em que aspectos a escola pode ser melhorada.

Diante do contexto, Dourado (2007) explana que o IDEB trabalha essas variáveis em suas avaliações e, a partir disso, define critérios para melhorar o processo de aprendizado, levando em consideração a individualidade de cada escola, possibilitando identificar os pontos negativos, tendo respaldo no crescimento gradual da média, que significa alunos com frequência escolar adequada e um aprendizado eficiente.

Perguntados se os entrevistados sabem os resultados das últimas avaliações externas ocorrida na sua escola, os mesmo assinalaram que sim e apontaram como ações/iniciativas estaduais e da própria escola que têm contribuído para esse resultado os aulões oferecidos pelo governo do estado, bem como aulas extras oferecidas pela própria escola. O programa mais IDEB, desenvolvido pelo governo estadual, foi apontado pelos entrevistados, e que as escolas têm desenvolvido iniciativas de reforços através de aulões e simulados, como também adotado o uso de paradidáticos e sequenciam didáticas contendo exercícios baseados nos descritores que mais são cobrados nas avaliações externas.

Para Mesquita (2012), a qualidade da educação proposta pelo mais IDEB estaria focada no fato do aluno saber os conteúdos passados pelo professor e passar de ano. O que seria suficiente para alcançar as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE), pois a partir desse ideário de qualidade, a distorção idade-série seria resolvida, bem como a evasão e a repetência seria minimizada.

Tabela 5.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 4 a 6) Melhoria da Qualidade de Ensino - 2º parte

AVALIAÇÃO EXTERNA – Melhoria na Qualidade de Ensino	
4. Como essas iniciativas/ações foram definidas? Quem participou dessas definições?	
Gestora Regional	Foram definitivas porque levaram a um maior interesse da equipe escolar em unir esforços na melhoria da aprendizagem do aluno. Algumas orientações foram repassadas pelos órgãos superiores, enquanto outras foram decididas pela equipe escolar.
Coordenador 1	Foram definidas pela rede estadual de ensino
Professor 1	Através de reuniões com direção geral, gestão pedagógica, professores, colocou-se a problemática sobre os resultados anteriores. A partir daí foi definido ações para sanar esses problemas
Professor 2	Através de reuniões com direção geral, gestão pedagógica, professores de Matemática e Português colocou-se a problemática sobre os resultados anteriores. A partir daí foi definido ações para sanar esses problemas. Em seguida foi feita reuniões com os líderes das salas de cada ano e repassado as ideias aos mesmos que puderam opinar sobre e depois levaram os resultados às suas respectivas salas.
Professor 3	Por meio de reuniões, auxiliadas pela direção e executadas pelos professores Por meio de reuniões. Professores e direção.
5. Você recebeu alguma orientaçãocurso sobre como interpretar e utilizar os resultados das avaliações externas em sua escola (para se elaborar o plano de trabalho da escola, para acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos)? Se sim, como foi?	
Gestora Regional	SIM - As orientações ocorreram em reuniões pedagógicas na URE e na escola.
Coordenador 1	SIM - As orientações ocorreram em reuniões pedagógicas na URE e na escola.
Professor 1	Não
Professor 2	Não
Professor 3	Sim, orientações por meio da direção.
6. Os professores de sua escola debateram sobre como fazer a aplicação da Prova Brasil? Se sim, como foi?	
Gestora Regional	Sim
Coordenador 1	Sim
Professor 1	Sim! Foi realizada uma reunião entre os aplicadores e para explicada as regras de como aplicar
Professor 2	Sim. Informações recebidas por meio da direção
Professor 3	Sim. Informações recebidas por meio da direção

Nota: dados da pesquisa

Perguntado para os entrevistados como estas iniciativas/ações foram definidas e quem participou dessas definições, o Gestor Regional e o coordenador foram bem evasivos em suas respostas, optando somente em dizer que as iniciativas foram definidas pelos órgãos superiores, sem fazer menção quem participou dessas definições, o que frustrou a perspectiva da pesquisadora.

Diante do questionamento, os professores que participaram da pesquisa apresentaram maior comprometimento com o assunto abordado. Segundo os entrevistados as iniciativas foram definidas por meio de reuniões com a direção geral da escola e que houve a participação da comunidade escolar, como as que participam da gestão pedagógicas e os professores em geral.

Apenas o professor 2 foi mais detalhista em sua resposta, apontando os participantes, como se deu a referida iniciativa e como foi abordado a problemática, bem como a definição

das ações para sanar os problemas existente, com repasse das informações solicitadas por completo.

Com relação às formas e especificidades de empreender as atividades na escola, autores como Lima (2011) têm sinalizado a diferença entre o plano das orientações para a ação organizacional (que está relacionado às orientações legais) e o plano da ação organizacional (que ocorre a partir das práticas dos atores).

Nesta perspectiva, na organização escolar, e de acordo com Lima, (2011, p. 39), “por mais poderosos que os controles político-administrativos possam ser, mesmo no contexto de uma administração burocrática centralizada, os atores educativos gozam sempre de uma certa autonomia”.

Esta autonomia, a qual se refere o autor, tem relação com a própria cultura organizacional da escola. Esta se revela nos modos de agir, nas crenças e valores partilhados entre os atores que compõem a unidade de ensino e se manifestam nas interações dos sujeitos, nas rotinas das atividades educativas, nas formas de empreender a gestão da escola.

Questionados sobre a elaboração do plano de trabalho da escola para o acompanhamento e a avaliação do desempenho dos alunos, se os mesmo receberam alguma orientação ou capacitação sobre a interpretação e a utilização desses resultados, somente o gestor regional e o coordenador afirmaram que sim, receberam orientação e que essa orientação ocorreram por meio de reuniões pedagógicas na URE e na escola; um dos professores entrevistados afirmou que sim, recebeu orientação por parte da direção da escola que atua. Os outros participantes responderam que essa orientação ou capacitação não chegou aos conhecimentos deles.

Quanto aos conhecimentos e competências que tem recebido destaque nos currículos dos cursos de capacitação, Souza (2008) aponta para uma mudança paradigmática quanto a capacitação, em consonância com as transformações sociais e com a necessidade de que toda a comunidade escolar participe e atue, e, quando isso ocorre há uma modificação no rendimento escolar quanto aos conhecimentos necessários em todas as suas dimensões.

Perguntado sobre se na escola que os entrevistados atuam houve debates a respeito de como fazer a aplicação da Prova Brasil e como aconteceu esse debate, todos os participantes responderam que sim, e que essa discussão foi realizada por meios de reuniões entre a direção e aqueles que iriam fazer a aplicação da prova e repassada todas as informações necessárias e regras de como aplicar a referida prova.

A Prova Brasil é realizada a cada dois anos, fornecendo as médias de desempenho para o Brasil de todas as escolas participantes, portanto permite que haja comparação entre as

unidades de ensino, muito embora cada escola ou município tenha características e particularidades peculiares.

Para o Ministério da Educação (2008) a Prova Brasil é um importante instrumento utilizado, pois contribui para dimensionar os problemas da educação básica brasileira e orientar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas educacionais que conduzam à formação de uma escola de qualidade. Já o professor pode fazer uso deste instrumento para refletir sobre sua prática escolar e sobre o processo de construção do conhecimento dos alunos, considerando a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento das habilidades necessárias para o alcance das competências exigidas na educação básica.

Tabela 6.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 7 a 11) Melhoria da Qualidade de Ensino - 3º parte

AVALIAÇÃO EXTERNA – Melhoria na Qualidade de Ensino	
7. A escola tem adotado ou planejado ações para analisar os resultados e melhorar o desempenho nas avaliações? Se sim, quais ações e em quais momentos?	
Gestora Regional	Não. Acredito que seria muito relevante analisar os resultados para buscar estratégias de melhoria.
Coordenador 1	SIM - Houve reuniões pedagógicas com orientações sobre a aplicação e sua função para definição de ações e metas na escola
Professor 1	Sim. A escola tem adotados todas as ações, do programa mais IDEB desenvolvido pelo governo estadual.
Professor 2	Sim. Como citado anteriormente as ações são, além do programa mais IDEB desenvolvido pelo governo estadual, na escola temos desenvolvido reforços através de aulões e simulados e também adotado o uso de paradidáticos e sequencias didáticas contendo exercícios baseados nos descritores que mais são cobrados nas avaliações externas. A aplicação dos simulados são feitas no cotidiano de cada professor de matemática e português, onde os mesmos definem o dia de acordo com seu horário. Os paradidáticos e os nivelamentos são trabalhados em dias definidos por horários sendo os mesmos trabalhados dentro da carga horária de cada professor de matemática e de português.
Professor 3	Sim, através de discussões durante reuniões.
9. Quais as relações entre o planejamento escolar e os resultados da avaliação?	
Gestora Regional	Todo o planejamento da escola é feito com base no currículo estadual e sempre trabalhamos os descritores para melhorar leitura, compreensão e interpretação do aluno.
Coordenador 1	A escola neste contexto de pandemia tem procurado monitorar o rendimento dos alunos com a busca ativa e constantes reuniões pedagógicas on-line.
Professor 1	O planejamento é algo que precisa ser feito, como processo de organização e coordenação, é necessário antes de planejar conhecer a realidade do educando, para assim identificar onde estamos e qual o objetivo que queremos alcançar, e de que forma chegar até lá.
Professor 2	O planejamento é algo que precisa ser feito, como processo de organização e coordenação, é necessário antes de planejar conhecer a realidade do educando, para assim identificar onde estamos e qual o objetivo que queremos alcançar, e de que forma chegar até lá, e é esta prática de avaliar previamente que garantirá as bases que garantirão a construção de um planejamento de sucesso.
Professor 3	Andam de forma complementar uma à outra
10. Quando e como a escola recebe os resultados da avaliação?	
Gestora Regional	O resultado foi acessado na internet no mês de janeiro.
Coordenador 1	Os resultados das avaliações definem as metas e as ações educativas para a intervenção e melhoria dos resultados
Professor 1	Após ser divulgado o resultado, a escola acessa o site. Ou a Secretaria estadual entra em contato com a escola e os envia por e-mail.
10. Quando e como a escola recebe os resultados da avaliação?	
Professor 2	A escola acessa o site. Ou a Secretaria estadual entra em contato com a escola e os envia por e-mail.
Professor 3	Através de órgãos governamentais

11. Qual o seu ponto de vista, referente aos dados emitidos pelos órgãos governamentais de avaliações externas realizadas na escola, isto é, como são utilizados estes dados pelos gestores da escola (Diretor/Coordenador Pedagógico)? Professores? Coordenador regional? Para a melhoria da qualidade da educação.	
Gestora Regional	Para a melhoria da qualidade da educação. Sinto falta da utilização desses dados em uma análise profunda, para buscar a melhoria da qualidade do ensino.
Coordenador 1	Na Internet especificamente no site do INEP e na URE onde os resultados de cada escola são analisados.
Professor 1	O IDEB é calculado a partir dos índices de fluxo e de proficiência dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática. Não avalia, portanto, outras disciplinas que fazem parte do currículo, nem outras dimensões, que são também essenciais na preparação dos jovens para a vida adulta. O que acaba acarretando muita responsabilidade para os professores das disciplinas
Professor 2	Existe limitações dos indicadores à mensuração do que se entende por qualidade do ensino. O IDEB é calculado a partir dos índices de fluxo e de proficiência dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática. Não avalia, portanto, outras disciplinas que fazem parte do currículo, nem outras dimensões, que são também essenciais na preparação dos jovens para a vida adulta. O que acaba acarretando muita responsabilidade para os professores das disciplinas avaliadas. Outro ponto sensível a se tomar cuidado, principalmente por parte da gestão, é uso dos resultados para elaboração de rankings.
Professor 3	São analisados de forma que possam sempre ser melhorados

Nota: dados da pesquisa

Foi perguntado para os entrevistados se a escola tem adotado ou planejado ações para analisar os resultados e melhorar o desempenho nas avaliações? Se sim, quais ações e em quais momentos?

O gestor regional alegou que não tem adotado nenhum tipo de planejamento ou ação para realizar a análise dos resultados objetivando uma melhora no desempenho durante a avaliação de seus alunos, mas, acredita que essas ações podem ser importantes, pois com o resultado das avaliações é possível traçar estratégias para uma melhoria no aprendizado.

Todos os outros entrevistados alegaram que sim, que a escola na qual atuam trabalhou em cima de uma ação planejada e coordenada para que houvessem um bom desempenho dos alunos. Os entrevistados expuseram que houve reuniões pedagógicas com orientações sobre a aplicação e sua função para definição de ações e metas na escola. As ações abrangeram o programa mais IDEB, desenvolvido pelo governo estadual, onde, também, na escola foi desenvolvido reforços através de aulões e simulados e também adotado o uso de paradidáticos e sequencias didáticas contendo exercícios baseados nos descritores que mais são cobrados nas avaliações externas. Houve também aplicação de simulados, que foram realizados no cotidiano de cada professor de matemática e português, onde os mesmos definiram o dia de acordo com seu horário. Os paradidáticos e os nivelamentos foram trabalhados em dias definidos por horários, sendo os mesmos trabalhados dentro da carga horária de cada professor de matemática e de português.

Diante do exposto, o que se observou é que a abordagem tradicional adotada pelos professores de Língua Portuguesa e Matemática é apenas instrumental, o ensino é subsidiado por um conjunto de regras que devem ser rigorosamente seguidas. Isso fez com que o ensino do Português e Matemática se torne uma prática mecânica.

Neste sentido Sadovsky (2007, p. 18) afirma que “não basta ser interdisciplinar para ser interessante, nem fazer parte do cotidiano para ser pertinente, a escola deve ser encarada como um espaço de trabalho e de reflexão”.

Segundo o que Saviani (2008) explana, é que, embora a Prova Brasil seja um importante instrumento de apoio à escola para aprimorar seu projeto pedagógico e rever práticas didáticas ineficazes, ainda são tímidas as iniciativas de uso de seus resultados para melhorar a sala de aula e a formação de serviço dos professores. O grande desafio para a melhoria da qualidade nas escolas está na capacidade da instituição, nas competências técnicas para dar vida e finalidade à Prova Brasil.

Foi perguntado aos entrevistados quais as relações entre o planejamento escolar e os resultados da avaliação? De acordo com o gestor regional todo o planejamento da escola é feito com base no currículo estadual e sempre se trabalha com os descritores para melhorar leitura, compreensão e interpretação do aluno. O coordenador expôs que a escola, nesse momento em que se enfrenta uma pandemia, tem procurado monitorar o rendimento dos alunos com a busca ativa e constantes reuniões pedagógicas on-line. Os professores participantes declararam que o planejamento é algo que precisa ser feito, como todo um processo de organização e coordenação, porém, é necessário antes de planejar conhecer a realidade do educando, para assim identificar onde se está e qual o objetivo que se quer alcançar, e de que forma chegar até lá, e é esta prática de avaliar previamente que garantirá as bases que garantirão a construção de um planejamento de sucesso.

Diante das respostas obtidas, ficou claro que os entrevistados têm consciência de que para o desenvolvimento desta prática avaliativa, é exigido do docente uma visão ampla e detalhada de sua disciplina, de modo que lhe permita estabelecer relações entre as hipóteses formuladas pelo aluno e a cientificidade do conhecimento.

Para Hoffmann (2011), a avaliação consiste numa observação constante de aprendizagem para e assim proceder a uma ação educativa que de fato melhore a condição do aluno. A avaliação deve caminhar junto com o processo de aprendizagem, constituir uma ferramenta auxiliadora do professor para verificar o progresso do aluno, e também um momento de reflexão sobre o seu trabalho, no sentido de verificar se, de fato, está a contento em relação ao que foi proposto

Portanto, se pensarmos em avaliação como prática pedagógica ela não poderá apenas servir para mensurar o aprendizado do aluno, mas também para avaliar o professor na sua prática e assim averiguar o trabalho de ambos

Para Perrenoud (1999) avaliação é um instrumento que auxilia o professor a verificar os resultados que estão sendo obtidos, assim como fundamentar as decisões que devem ser tomadas para que bons resultados sejam construídos. Quando isto não acontece, ou seja, quando a avaliação é executada fora do processo de ensino e com objetivo exclusivamente de atribuição de notas e conceitos, podemos dizer que os alunos inseridos neste contexto, muito provavelmente podem acabar fracassados no âmbito escolar. Se a avaliação não for diagnóstica ela não terá como objetivos a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno e em consequência não auxiliarão o seu crescimento.

Por esse prisma, avaliar é uma postura de julgamento valorativo, desde as ações mais complexas às mais corriqueiras que são conduzidas a partir de uma análise e de um juízo qualitativo sobre a realidade. Avaliar é uma prática tipicamente humana, na medida em que ao observar o meio, tendo em vista modificá-lo ou conservá-lo, permite, aproximativamente, conduzir uma situação próxima ao ideal esperado. O erro deve servir como mapa com novos caminhos e a abertura para novas possibilidades até o aprendizado.

Quando questionados sobre quando e como a escola recebe os resultados da avaliação, os entrevistados responderam que após o resultado ser divulgado, a escola acessa o site, ou a Secretaria Estadual de Educação entra em contato com a escola e os envia por e-mail.

Outro ponto que os entrevistados foram questionados se refere aos dados emitidos pelos órgãos governamentais de avaliações externas realizadas na escola, sendo perguntado como os gestores utilizam estes dados para a melhoria da qualidade da educação. Para o espanto da pesquisadora, todos os entrevistados não responderam corretamente o que estava sendo analisado. As respostas obtidas fugiram da temática que estava sendo abordada. Nenhum participante soube dizer quais melhorias na qualidade da educação seriam possíveis alcançar, dentro do contexto de aprendizagem, baseadas nos resultados das avaliações realizadas pelos alunos.

O que observou diante do questionamento feito, é que os entrevistados demonstram não ter ideia de que a avaliação é um dos vários momentos de coleta de dados a ser realizado dentro do processo ensino - aprendizagem, capaz de lhe proporcionar um subsídio para um juízo de valor, que permita a tomada de uma decisão sobre o trabalho pedagógico que vem sendo desenvolvido e o conseqüente progresso ou não do aluno.

Tabela 7.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 4 a 6) Melhoria da Qualidade de Ensino - 4º parte

AVALIAÇÃO EXTERNA – Melhoria na Qualidade de Ensino	
1. A atual política educacional de avaliação externa, mudou seu modo de coordenar as ações pedagógicas da escola? Em que aspectos?	
Professor 6	Sim, as avaliações externas são instrumentos que balizam as ações da escola. São feitas análises dos resultados com a equipe. Essa discussão é feita por área de conhecimento, permite à escola e aos professores de áreas específicas comparar dados, situar entraves e planejar a ação para aquela área que regrediu ou que não houve evolução dos dados coletados na avaliação.
Professor 7	Todos os parâmetros fazem com que procurei novas formas de redirecionar as práticas pedagógicas.
Coordenador 2	Sim, busco sempre direcionar as questões de provas baseando-me nos modelos das questões das avaliações externas
Professor 8	Sim, as avaliações externas são instrumentos que balizam as ações da escola. São feitas análises dos resultados com a equipe. Essa discussão é feita por área de conhecimento, permite à escola e aos professores de áreas específicas comparar dados, situar entraves e planejar a ação para aquela área que regrediu ou que não houve evolução dos dados coletados na avaliação.
Professor 9	Sim, na organização e realização de ações propostas pela Secretaria de Estado da Educação e da própria instituição de ensino.
2. Qual sua opinião sobre o IDEB?	
Professor 6	Sem dúvida, é o melhor instrumento de avaliação externa que se tem no sistema educacional atualmente. Porém, a de se destaca uma subestimada importância na comunidade escolar para a relevância do que se coleta em cada edição.
Professor 7	Creio que deve continuar
Coordenador 2	Penso ser uma avaliação necessária mas que ainda não é compreendida por alunos e professores (na grande maioria) e por isso ainda não dão a devida importância
Professor 8	Sem dúvida, é o melhor instrumento de avaliação externa que se tem no sistema educacional atualmente. Porém, a de se destaca uma subestimada importância na comunidade escolar para a relevância do que se coleta em cada edição.
Professor 9	Necessário, para que possamos conhecer a realidade da educação brasileira.
3. Você sabe os resultados das últimas avaliações externas ocorrida na sua escola? Sim (X) Não (), Em caso positivo, você poderia apontar ações/iniciativas estaduais e da própria escola que têm contribuído para esse resultado?	
Professor 6	A rede estadual, e conseqüentemente a escola, mobilizam e são mobilizadas para entender os procedimentos de aplicação e as competências à serem avaliadas e os dados coletados. Após esses entendimentos faz-se um planejamento de atividades voltadas especificamente para a preparação e o desenvolvimento de competências que serão avaliados nos exames.
Professor 7	SIM - gestão os índices e por meio dele discute-se melhorias educacionais tanto no campo interno da escola quanto no campo externo, famílias.
Coordenador 2	Temos seguido as orientações estaduais como simulados e aulas destinadas somente ao estudo dos descritores
Professor 8	A rede estadual, e conseqüentemente a escola, mobilizam e são mobilizadas para entender os procedimentos de aplicação e as competências à serem avaliadas e os dados coletados. Após esses entendimentos faz-se um planejamento de atividades voltadas especificamente para a preparação e o desenvolvimento de competências que serão avaliados nos exames.
Professor 9	SIM - O mais ideb foi uma das ações Estaduais que contribuíram para o melhor resultado de nossa escola como também iniciativas da instituição em realizar mais simulada e na realização de oficinas sobre a temática.
4. Como essas iniciativas/ações foram definidas? Quem participou dessas definições?	
Professor 6	Essas iniciativas são planejamentos na rede de ensino, e implementadas nas unidades de ensino com o corpo docente da escola.
Professor 7	A gestão, os entes envolvidos no processo educacional (professores/pais/alunos)
Coordenador 2	Recebemos as orientações da seduc – via ure, passamos para os professores e adequamos as condições da escola
Professor 8	Essas iniciativas são planejamentos na rede de ensino, e implementadas nas unidades de ensino com o corpo docente da escola.
Professor 9	As estaduais foram definidas pela secretaria de Estado da Educação e as escolares pela gestão escolar, pela coordenação pedagógica juntamente com os professores das áreas afins.
5. Você recebeu alguma orientação/curso sobre como interpretar e utilizar os resultados das avaliações externas em sua escola (para se elaborar o plano de trabalho da escola, para acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos)? Se sim, como foi?	
Professor 6	Sim, A secretaria estadual de Educação, através da Unidade Regional de Educação orienta, planeja e acompanha as ações voltadas para a aplicação a prova Brasil.
Professor 7	apenas da gestão escolar local

5. Você recebeu alguma orientaçãocurso sobre como interpretar e utilizar os resultados das avaliações externas em sua escola (para se elaborar o plano de trabalho da escola, para acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos)? Se sim, como foi?	
Coordenador 2	SIM, houve uma reunião que passaram as informações de acesso as notas e desempenho por descritor e por questão. desta forma, conseguimos descobrir nossos pontos fracos a fim de melhorarmos
5. Você recebeu alguma orientaçãocurso sobre como interpretar e utilizar os resultados das avaliações externas em sua escola (para se elaborar o plano de trabalho da escola, para acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos)? Se sim, como foi?	
Professor 8	Sim, A secretaria estadual de Educação, através da Unidade Regional de Educação orienta, planeja e acompanha as ações voltadas para a aplicação a prova Brasil.
Professor 9	Sim, houve oficinas para apresentação dos resultados e consequentemente como aplica-los a nossa pratica pedagógica.
6. Os professores de sua escola debateram sobre como fazer a aplicação da Prova Brasil? Se sim, como foi?	
Professor 6	Sim. Recebidas as normativas da SEDUC/URE PEDREIRAS a equipe docente reuniu-se para implementar ações de planejamento, execução, aplicação, analise e divulgação à comunidade escolar dos resultados obtidos na avaliação externa da escola.
Professor 7	na escola todas as informações ão dadas pela gestão.
Coordenador 2	NÃO
Professor 8	Sim. Recebidas as normativas da SEDUC/URE PEDREIRAS a equipe docente reuniu-se para implementar ações de planejamento, execução, aplicação, analise e divulgação à comunidade escolar dos resultados obtidos na avaliação externa da escola.
Professor 9	Sim, através de reuniões com orientações de como realizar a aplicação da melhor forma possível.

Nota: dados da pesquisa

Sobre os questionamentos a respeito da atual política educacional de avaliação externa, foi perguntado aos entrevistados se a mesma mudou o seu modo de coordenar as ações pedagógicas da escola, e em que aspectos? Todos os participantes responderam de prontidão que sim. A resposta dada pelo coordenador participante teve uma concepção lógica, pois, segundo ele, busca sempre direcionar as questões de provas se baseando nos modelos das questões das avaliações externas, o que se notou é que o coordenador tem uma posição bem consistente diante contexto em que está inserido.

Os P6 e P8 articularam de uma forma ampla e de comum acordo de que as avaliações externas são instrumentos que balizam as ações da escola, onde, são feitas analises dos resultados com a equipe, e que essa discussão é feita por área de conhecimento, permitindo à escola e aos professores de áreas especificas comparar dados, situar entraves e planejar ações para aquela área que regrediu ou que não houve evolução dos dados coletados na avaliação. Como já foi dito anteriormente, os entrevistados não mencionaram de uma maneira particular as suas ações diante dos resultados das avaliações, deixando claro que as suas ações estão em conformidade com o que a escola determina.

O P7, diante do questionamento alegou que todos os parâmetros fazem com que o mesmo procure novas formas de redirecionar as suas práticas pedagógicas. O P9 expôs que a organização e realização de suas ações são propostas pela Secretaria de Estado da Educação e da própria instituição de ensino que atua.

Frente as respostas obtidas, se notou que a maioria dos entrevistados estão em uma posição de acomodação diante dos resultados das avaliações externas, e que as suas ações dependem da indicação de uma instância superior. Os entrevistados demonstraram que são indiferentes a atual política educacional, e isso é preocupante diante do contexto contemporâneo.

Oliveira (2011, p. 137), apoiando-se em Nevo (1998), destaca que as avaliações externas parecem ter sido desenhadas muito mais para produzir informações para os gestores de redes educacionais “do que para ajudar os professores a analisarem os resultados buscando rever seus métodos de ensino e práticas de avaliação”. De acordo com a autora, “as comunicações de resultados das avaliações com foco na escola devem promover uma articulação com o trabalho pedagógico escolar de maneira a aprimorá-lo”.

A avaliação é, então, um processo e uma condição necessários para que se possam estabelecer e acompanhar metas qualitativas e quantitativas e verificar se estas últimas são atingidas. Com esse olhar, a avaliação é capaz de fomentar nas escolas e nas redes uma interpelação sistemática sobre a qualidade de suas práticas e dos seus resultados, articular os contributos da avaliação externa com a cultura e os dispositivos de autoavaliação das escolas e reforçar a capacidade das escolas de desenvolver sua autonomia, regulando o funcionamento do sistema educativo.

Para esse grupo foi perguntado também sobre o IDEB, que opinião os mesmos tinham a respeito desse índice. Todos os entrevistados estão de acordo ao afirmarem que é o melhor instrumento de avaliação externa que se tem no sistema educacional atualmente. Porém, a de se destacar uma subestimada importância na comunidade escolar para a relevância do que se coleta em cada edição, sendo necessário, para que se possa conhecer a realidade da educação brasileira.

Diante das opiniões dos entrevistados se notou que o participante tem um entendimento sobre as medições do Ideb e são conscientes da sua importância para o avanço da educação no país, visto que ela deve estar em constante movimento e atenção para que não perca qualidade no ensino. Através deste índice, é possível estabelecer metas e entender se os métodos pedagógicos aplicados nas escolas estão surtindo efeito ou não.

Segundo Pinto (2008), o IDEB é um indicador importante na medida em que demonstra fragilidades nas escolas brasileiras relacionadas a fluxo e desempenho escolar; no entanto, é insuficiente para medir a qualidade da educação por restringir-se apenas a essas duas variáveis, desconsiderando outros aspectos igualmente importantes para a qualidade,

como a cultura organizacional da escola, a prática docente, o nível socioeconômico e cultural das famílias, e o estilo de gestão e liderança.

Foi perguntado para os participantes se os mesmos tinham conhecimento dos resultados das últimas avaliações externas ocorrida na escola que atuam, todos os entrevistados responderam que sim, com a afirmativa da resposta foi solicitado que os participantes apontassem algumas ações ou iniciativas estaduais ou da própria escola que atuam que têm contribuído para o resultado obtido.

O coordenador que fez parte da pesquisa expôs que tem seguido as orientações estaduais, como simulados e aulas destinadas somente ao estudo dos descritores. A maioria dos professores entrevistados alegaram que a rede estadual, e conseqüentemente a escola que atuam, mobilizam e são mobilizadas para entender os procedimentos de aplicação e as competências a serem avaliadas e os dados coletados, e que após esses entendimentos se faz um planejamento de atividades voltadas especificamente para a preparação e o desenvolvimento de competências que serão avaliados nos exames.

Um dos entrevistados mencionou que a escola que atua acompanha os índices e que por meio dele se discute melhorias educacionais tanto no campo interno da escola quanto no campo externo, abrangendo as famílias dos alunos. Um outro participante apontou o mais Ideb como uma das ações Estaduais que contribuíram para o melhor resultado da escola que trabalha, bem como as iniciativas da instituição em realizar mais simulado e na realização de oficinas sobre a temática.

Desse modo é preciso integrar os resultados do desempenho escolar com os contextos ou dinâmicas intra e extraescolares, na medida em que esta integração dará condições para a gestão escolar traçar suas próprias metas e estratégias, e definir intervenções alicerçadas na democratização e na autonomia, sem que isso signifique realizar manobras pedagógicas para atender as metas pré-estabelecidas pelo índice.

Nesse grupo de participantes se notou que os mesmos apresentam um engajamento em prol da melhoria do ensino nas escolas em que atuam, procurando estar em consonância com o desenvolvimento dos alunos, prezando por um aprendizado de qualidade.

Para os entrevistados foi perguntado como essas iniciativas ou ações foram definidas e quem participou dessas definições, onde os participantes expuseram que essas iniciativas são planejamentos na rede de ensino, e implementadas nas unidades de ensino com o corpo docente da escola, e que participaram dessas ações todos os entes envolvidos no processo educacional, com gestores, coordenadores, a comissão pedagógica e os professores.

Perguntado para os entrevistados se os mesmos receberam alguma orientação/curso sobre como interpretar e utilizar os resultados das avaliações externas em sua escola sobre a elaboração do plano de trabalho da escola, para o acompanhamento e avaliação do desempenho dos alunos, os participantes disseram que sim, e que houve uma reunião na qual passaram as informações de acesso as notas e desempenho por descritor e por questão, desta forma, se conseguiu descobrir os pontos fracos visando uma melhoria no desempenho futuro.

Foi perguntado também para os entrevistados se os professores da escola em que atuam se os mesmos debateram sobre como fazer a aplicação da Prova Brasil, e como foi esse debate. Os participantes afirmaram que houve várias reuniões com orientações e a importância da Prova Brasil, bem como instruções para a realização e a aplicação da melhor forma possível.

É notório o envolvimento e os entendimentos sobre os condicionantes dos melhores resultados educacionais que esse grupo de participantes apresentou, o têm sido uma preocupação dos estudiosos da área de educação. Diante do exposto, se observou que os entrevistados que atuam nas escolas são um diferencial, contribuindo como uma atividade de mediação dos processos de ensino, que colabora para a melhoria dos resultados das organizações escolares.

Tabela 8.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 7 a 11) Melhoria da Qualidade de Ensino - 5º parte

AVALIAÇÃO EXTERNAS – Melhoria na Qualidade de Ensino	
7. A escola tem adotado ou planejado ações para analisar os resultados e melhorar o desempenho nas avaliações? Se sim, quais ações e em quais momentos?	
Professor 6	Sim, no planejamento geral para implementação de ações pré-avaliação se estabelece atividades para análise dos resultados com equipe escolar e posteriormente com a comunidade escolar.
Professor 7	sim. várias ações: planejamentos conjuntos e interdisciplinares; participação de pais nas discussões; mini palestras explicativas e orientativas; estudo das diretrizes nacionais da educação e avaliação e reavaliação dos procedimentos escolares internos.
Coordenador 2	ano passado fizemos encontros somente com os professores de cada área para analisar os resultados
Professor 8	Sim, no planejamento geral para implementação de ações pré-avaliação se estabelece atividades para análise dos resultados com equipe escolar e posteriormente com a comunidade escolar.
Professor 9	Sim, em reuniões para analisar os descritores mais problemáticos para os alunos em encontros mensais.
9. Quais as relações entre o planejamento escolar e os resultados da avaliação?	
Professor 6	O planejamento no espaço escolar sempre se apresenta como necessário. As ações cotidianas do fazer pedagógica na escola estabelecem o passo a passo, tendo como premissa inicial o planejamento para o alcance dos resultados esperados nas avaliações externas.
Professor 7	do ponto de vista pedagógico, coerente e sincronizadas.
Coordenador 2	o planejamento é essencial para analisarmos todas as situações e agir diretamente no ponto que os alunos tem mais
Professor 8	O planejamento no espaço escolar sempre se apresenta como necessário. As ações cotidianas do fazer pedagógica na escola estabelecem o passo a passo, tendo como premissa inicial o planejamento para o alcance dos resultados esperados nas avaliações externas.
Professor 9	É essencial um bom planejamento, que leve em consideração as dificuldades dos alunos em relação há alguns descritores, planejar em cima das dificuldades para saná-las.

10. Quando e como a escola recebe os resultados da avaliação?	
Professor 6	É de extrema importância, visto que a escola passa a ter dados oficiais de qualidade da educação ofertada na Unidade de ensino. Passou à uma importância ainda maior quando formatado pelo princípio de cada escola produzir seu próprio índice de qualidade educacional.
Professor 7	por meio do site do governo
Coordenador 2	através do site, no ano seguinte da aplicação
Professor 8	A escola recebe os resultados da avaliação através dos órgãos oficiais e atendendo aos calendários estabelecidos para a divulgação dos resultados.
Professor 9	Assim que o governo federal divulga os resultados a coordenação da escola divulga aos professores logo depois a URE da região divulga para as escolas.
11. Qual o seu ponto de vista, referente aos dados emitidos pelos órgãos governamentais de avaliações externas realizadas na escola, isto é, como são utilizados estes dados pelos gestores da escola (Diretor/Coordenador Pedagógico)? Professores? Coordenador regional? Para a melhoria da qualidade da educação.	
Professor 6	É de extrema importância, visto que a escola passa a ter dados oficiais de qualidade da educação ofertada na Unidade de ensino. Passou à uma importância ainda maior quando formatado pelo princípio de cada escola produzir seu próprio índice de qualidade educacional.
Professor 7	Como já explicitar, tudo é discutido e rediscutido, além de direcionamentos visando a melhoria das práticas pedagógicas.
Coordenador 2	Tentamos sempre analisar para ver cada situação, cada contexto. tentar manter o que estamos fazendo de positivo e ver o que pode ser melhorado
Professor 8	A escola recebe os resultados da avaliação através dos órgãos oficiais e atendendo aos calendários estabelecidos para a divulgação dos resultados.
Professor 9	Acho que esses dados deveriam sair com mais rapidez para termos mais tempo pra trabalhar em cima das dificuldades apresentadas por eles.

Nota: dados da pesquisa

Quando questionado sobre se a escola em que atuam tem adotado ou planejado ações para analisar os resultados e melhorar o desempenho nas avaliações, os entrevistados afirmaram que sim, novamente se questionou sobre que ações eram essas e em quais momentos foram desenvolvidas, os professores participantes alegaram que essas ações foram voltadas para o planejamento e para a implementação de atuações pré-avaliação que estabelece atividades para análise dos resultados com a equipe pedagógica e posteriormente com a comunidade escolar, bem como palestras explicativas e orientativas e estudo das diretrizes nacionais da educação e avaliação e reavaliação dos procedimentos escolares internos, havendo também reuniões para analisar os descritores mais problemáticos para os alunos em encontros mensais. Entretanto, o coordenador expôs que geralmente é realizado encontros entre os professores de cada área para analisar os resultados.

Questionados sobre as relações entre o planejamento escolar e os resultados da avaliação, o coordenador expôs que o planejamento é essencial para se analisar todas as situações e agir diretamente no ponto que os alunos apresentam mais dificuldades, já os professores afirmaram que o planejamento no espaço escolar sempre se apresenta como necessário, e que as ações cotidianas do fazer pedagógico na escola estabelecem o passo a passo, tendo como premissa inicial o planejamento para o alcance dos resultados esperados

nas avaliações externas. Foi exposto também que é essencial um bom planejamento, em que se leve em consideração as dificuldades dos alunos em relação há alguns descritores.

Foi possível notar que o grupo entrevistado está atento ao esforço dispensado para integrar os resultados do desempenho escolar com os contextos ou dinâmicas intra e extraescolares, a medida em que esta integração ocorre dará condições para a gestão escolar traçar suas próprias metas e estratégias, e definir intervenções alicerçadas na democratização e na autonomia, sem que isso signifique realizar manobras pedagógicas para atender as metas pré-estabelecidas pelo índice.

Quanto ao resultado da avaliação, os entrevistados afirmaram que os mesmos tem conhecimento através de sites oficiais do governo federal. Todos os participantes acham de extrema importância o acesso a esse resultado, visto que, a escola passa a ter dados oficiais de qualidade da educação ofertada na Unidade de Ensino.

Para os entrevistados foi perguntado como são utilizados estes dados pelos gestores da escola para a melhoria da qualidade da educação. Segundo o coordenador, esses dados são analisados enxergando cada situação, para criar alternativas dentro de cada contexto procurando melhorias para o que pode ser modificado, e continuar com o que tá dando certo, aquilo que vem como positivo para a escola e o aluno. De acordo com um dos entrevistados, com o resultado em mãos tudo é discutido e rediscutido, além de direcionamentos visando a melhoria das práticas pedagógicas. Outro entrevistado chamou a atenção para a liberação dos dados, segundo ele é preciso mais rapidez na liberação, pois o tempo é curto para trabalhar em cima das dificuldades apresentadas pelo resultado. Nesse grupo, houve aqueles entrevistados que não conseguiram responder adequadamente à pergunta, fugindo do tema proposto. Apesar das respostas dadas não fazerem sentido ao que era solicitado, não deixaram de participar.

Desse modo, conforme o que Bonamino e Sousa (2012) explana, é importante considerar que essas avaliações vêm sendo feitas, em termos de diagnose, com a função de evidenciar problemas nas escolas e tentar reduzi-los, porém, reações indesejadas também podem ocorrer. Por outro lado, não se pode negar a relevância da divulgação desses resultados para que a sociedade, pais, alunos e professores cobrem do governo melhorias e investimentos.

É sabido que a avaliação externa é condição necessária para que sejam traçadas metas e objetivos, quantitativos e qualitativos para o desempenho escolar dos estudantes e da forma como ora está sendo desenvolvida o anseio por melhorias pode ser cobrado e melhor acompanhado por todos os cidadãos, a responsabilização de ações não só por parte de representantes eleitos, mas por todo e qualquer indivíduo que exerça poder ou atividade

pública, o que inclui no caso da educação, todos os profissionais nela envolvidos, não só no âmbito do sistema, mas também em cada unidade escolar. A importância deste tipo de avaliação consiste enquanto indicador da situação do desenvolvimento do ensino no Brasil.

Tabela 9.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 1 a 11) Melhoria da Qualidade de Ensino - 6º parte

AValiação EXTERNA – Melhoria na Qualidade de Ensino		
DESCRIÇÃO DA PERGUNTA	PROFESSOR 10	PROFESSOR 11
1. A atual política educacional de avaliação externa mudou seu modo de coordenar as ações pedagógicas da escola? Em que aspectos?	Sim, pois há uma maior preocupação com a aprendizagem dos alunos, visto que, serão avaliados por órgãos externos.	SIM - pois todo o planejamento está ligado para melhoria do desempenho escola nos melhores resultados
2. Qual sua opinião sobre o IDEB?	É um índice que nos dá uma visão em relação à aprendizagem; Fazendo-nos ver possíveis falhas.	Índice de acompanhamento da evolução da educação
4. Você sabe os resultados das últimas avaliações externas ocorrida na sua escola? Sim (X) Não (). Em caso positivo, você poderia apontar ações/iniciativas estaduais e da própria escola que têm contribuído para esse resultado?	Os aulões oferecidos pelo governo do estado; Aulas extras oferecidos pela própria escola.	Sim - todo plano pedagógico escolar está voltado para buscar resultados melhores durante o ano
5. Como essas iniciativas/ações foram definidas? Quem participou dessas definições?	Foram definitivas porque levaram a um maior interesse da equipe escolar em unir esforços na melhoria da aprendizagem do aluno. Algumas orientações foram repassadas pelos órgãos superiores, enquanto outras foram decididas pela equipe escolar.	Todas as ações são definidas em reuniões com coordenação escolar e professores
6. Você recebeu alguma orientação/curso sobre como interpretar e utilizar os resultados das avaliações externas em sua escola (para se elaborar o plano de trabalho da escola, para acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos)? Se sim, como foi?	NÃO	NÃO
7. Os professores de sua escola debateram sobre como fazer a aplicação da Prova Brasil? Se sim, como foi?	NÃO	NÃO
8. A escola tem adotado ou planejado ações para analisar os resultados e melhorar o desempenho nas avaliações? Se sim, quais ações e em quais momentos?	Não. Acredito que seria muito relevante analisar os resultados para buscar estratégias de melhoria.	SIM - todo o planejamento é feito no início do ano letivo e incluído no PPP da escola
9. Quais as relações entre o planejamento escolar e os resultados da avaliação?	Todo o planejamento da escola é feito com base no currículo estadual e sempre trabalhamos os descritores para melhorar leitura, compreensão e interpretação do aluno.	Eles são interligados diretamente, pois os resultados acabam direcionando planos de ação em busca da melhor performance.
10. Quando e como a escola recebe os resultados da avaliação?	O resultado foi acessado na internet no mês de janeiro.	As avaliações são encontradas no site do governo
11. Qual o seu ponto de vista, referente aos dados emitidos pelos órgãos governamentais de avaliações externas realizadas na escola, isto é, como são utilizados estes dados pelos gestores da escola (Diretor/Coordenador Pedagógico)? Professores? Coordenador regional? Para a melhoria da qualidade da educação.	Sinto falta da utilização desses dados em uma análise profunda, para buscar a melhoria da qualidade do ensino.	Os dados são discutidos em reuniões pedagógicas, mas poucas ações são implementadas

Nota: dados da pesquisa

Segundo os entrevistados a atual política educacional de avaliação externa mudou o modo de coordenar as ações pedagógicas da escola, pois há uma maior preocupação com a aprendizagem dos alunos, visto que, serão avaliados por órgãos externos e, desse modo, todo o planejamento está voltado para melhoria do desempenho da escola visando um melhor resultado.

Os participantes demonstraram entendimento sobre o IDEB, reconhecendo que é o índice de acompanhamento da evolução da educação, e de acordo com o mesmo a escola tem

uma visão em relação à aprendizagem, fazendo-os ver possíveis falhas, onde há um esforço para corrigir essas lacunas, visando um aprendizado eficaz no futuro.

Quanto aos resultados das últimas avaliações externas ocorrida na escola que atuam, os entrevistados têm conhecimento, pois, todo o plano pedagógico escolar está voltado para buscar resultados melhores durante o ano. A escola adota a iniciativa estadual disponibilizando para os alunos os aulões oferecidos pelo governo do estado, também administra aulas extras, em contra turno, na própria escola.

Conforme os entrevistados, todas as ações são definidas em reuniões com a coordenação escolar e professores. Perguntado se os mesmos receberam alguma orientação/cursos sobre como interpretar e utilizar os resultados das avaliações externas em sua escola os participantes responderam que não.

Outro questionamento feito foi sobre a Prova Brasil. Perguntado se os professores da escola em que atuam debateram sobre como fazer a aplicação da Prova Brasil e como foi esse debate. Os entrevistados alegaram que não houve debates, pois não tiveram conhecimento sobre a aplicação da Prova Brasil na escola em que atuam.

Questionados se a escola tem adotado ou planejado ações para analisar os resultados e melhorar o desempenho nas avaliações, os entrevistados foram enfáticos ao dizer que não, que a escola não possui ações nesse sentido, pois não há um interesse, por parte da escola, em analisar esses resultados. Entretanto, os entrevistados acreditam que seria muito relevante analisar os resultados, para se buscar estratégias de melhoria no aprendizado.

Quanto as relações entre o planejamento escolar e os resultados da avaliação, os entrevistados expuseram que todo o planejamento da escola é feito com base no currículo estadual e sempre se trabalha com os descritores para melhorar leitura, compreensão e interpretação do aluno, e que eles são interligados diretamente, pois os resultados acabam direcionando planos de ação em busca da melhor performance.

Perguntados quando e como a escola recebe os resultados da avaliação, os participantes responderam que o resultado quando disponível é acessado na internet, e que as avaliações são encontradas no site do governo.

Foi perguntado aos participantes como são utilizados os dados, emitidos pelos órgãos governamentais, de avaliações externas realizadas na escola, pelos gestores da escola para a melhoria da qualidade da educação. Segundo um dos entrevistados, os dados são discutidos em reuniões pedagógicas, mas poucas ações são implementadas. Outro participante alegou que sente falta da utilização desses dados em uma análise profunda, para buscar a melhoria da qualidade do ensino.

Diante do exposto, ficou claro que os gestores da escola pesquisada têm pouco interesse nos resultados dos dados, pois demonstram um indiferente empenho para que haja mudanças para melhorar o ensino, e com isso elevar o índice educacional da referida escola.

Muitos são os fatores que justificaram a criação de um sistema de avaliação da educação. Para Freitas (2005, p. 07), “(...) essas práticas foram tidas como necessárias porque se prestariam a conferir e verificar resultados frente a objetivos da educação nacional (...)”. Ainda para este autor, o sistema seria responsável por aferir e diagnosticar a realidade, para então propor “indicações e sugestões” para a administração escolar, além de criar uma cultura avaliativa no país.

Mediante estes resultados, se pensa nas ações do gestor escolar como mediador entre as informações do Ideb e a transformação necessária na escola, para buscar alcançar a função social e educadora da instituição do ensino e garantindo a qualidade da aprendizagem.

5.1.3 Avaliações Externas – implicações e desafios para as escolas e região geográfica imediata de Pedreiras.

È importante salientar de forma resumida, que a prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização, conhecida como ANA e o Ideb, são avaliações externas que os educadores devem saber analisar seus resultados com intuito, de refletirem e entenderem as práticas pedagógicas vivenciadas nas escolas, com objetivo principal de aprimorarem o ensino e a aprendizagem e essa questão torna-se o maior desafio a ser vivenciado pelo gestor escolar.

Portanto, entende-se que enfrentá-lo acaba exigindo dos diretores e coordenadores pedagógicos, como também para os professores uma série de ações a serem adotadas, como por exemplo: desenvolver a leitura com uma análise detalhada dos resultados, onde deve-se reunir com a equipe da escola para discutir os resultados obtidos, realizando diagnóstico e reflexões para melhorias a serem seguidas.

Tabela 10.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 12 a 14) Implicações e Desafios - 1º parte dos entrevistados

IMPLICAÇÕES E DESAFIOS – Avaliação Externa	
12. A atual política educacional de avaliação externa, mudou seu modo de coordenar as ações pedagógicas da escola? Em que aspectos?	
Gestora Regional	Não. O processo de avaliação externa traz consequências positivas, pois revitaliza o trabalho da escola na busca de bons resultados
Coordenador 1	Traz consequências positivas, pois possibilita a análise da eficácia do trabalho desenvolvido na escola e, conseqüentemente a intervenção e definição de novos métodos e medidas que possam contribuir para a melhoria do aprendizado
Professor 1	Em partes um pouco dos dois. Dentre as alterações que ocorreram e continuam ocorrendo na vida dos sujeitos que atuam nas escolas, conseqüentemente das avaliações, estão sobretudo as cobranças e as pressões que os professores recebem para que melhorem o desempenho escolar. Os professores por sua vez cobram dos alunos. E ainda tem a cobrança por parte da direção. É importante ressaltar que esse círculo de cobranças de um segmento para com o outro acontece com a finalidade de aumentar o rendimento escolar dos estudantes nos testes e respectivamente o desempenho da escola no IDEB.
professor 2	.s professores por sua vez cobram dos alunos. E ainda tem a cobrança por parte da SEDUC/SEMED. Vale lembrar que esse círculo de cobranças de um segmento para com o outro acontece com a finalidade de aumentar o rendimento escolar dos estudantes nos testes e respectivamente o desempenho da escola no IDEB. Por outro lado, os resultados das avaliações em forma de ranking estimulam a competitividade entre as escolas e conseqüentemente entre os estudantes o que, se bem coordenado pelo professor, traz vários benefícios entre eles o aprendizado e o aumento do índice de desenvolvimento.
Professor 3	Necessita conhecer a realidade do aluno.
13. No seu ponto de vista, quais os desafios das escolas para o uso eficaz dos resultados das Avaliações Externas para a melhoria do ensino?	
Gestora Regional	Realizar um trabalho de melhoria da educação, independente das avaliações; Essa preparação deve ser permanente, pois assim quando vierem as avaliações externas os alunos já estarão preparados.
Coordenador 1	O maior desafio é realizar o planejamento das ações educativas da escola alinhadas à busca da melhoria dos resultados.
Professor 1	Os resultados fazem com que os gestores precisem adotarem uma série de ações: fazer a leitura e a análise detalhada do boletim com os resultados, reunir a equipe para debater as informações obtidas e, com base no diagnóstico e nas reflexões realizadas, preparar um plano para transformar tudo isso em trabalho efetivo na escola.
Professor 2	Acredito que as maiores implicações são, nas palavras de Werle, que as avaliações externas, são estratégias implementadas por atores que não pertencem ao cotidiano escolar, podendo abranger todo o escopo ou apenas parte das ações das instituições e, sendo ou não de larga escala, referem-se ao tipo e à abrangência do instrumento avaliativo.
Professor 3	Empenho dos pais.
14. Fale um pouco sobre as implicações do sistema avaliativo, a gestão e o trabalho pedagógico da escola.	
Gestora Regional	Acredito que o sistema avaliativo precisa melhorar, há muito a se fazer em relação a avaliação, pois os alunos só pensam em notas, quando deveriam pensar em aprendizagem. A gestão faz um belo trabalho no que se refere à gestão democrática. Os professores têm boa formação. Mesmo assim, requer melhorias, para que fique cada vez mais positivo o trabalho.
Coordenador 1	O sistema avaliativo passou a ser um parâmetro a ser observado para a tomada de decisões na escola, a fim de melhorar os processos de aprender e ensinar.
Professor 1	não respondeu
professor 2	não respondeu
Professor 3	A gestão da escola sempre busca formas de melhorias

Nota: dados da pesquisa

Nesse bloco de perguntas iremos abordar as implicações e desafios frente a Avaliação Externa. Perguntado para os participantes se a atual política educacional de avaliação externa, mudou o seu modo de coordenar as ações pedagógicas da escola e em que aspectos, para o gestor regional não houve mudanças na sua maneira de coordenar as ações, pois, segundo ele, o processo de avaliação externa traz consequências positivas, pois revitaliza o trabalho da escola na busca de bons resultados, e que a escola está em sintonia com a avaliação externa. Para o coordenador, sim, a avaliação externa muda o modo de coordenar as ações, pois a

mesma traz consequências positivas, pois possibilita a análise da eficácia do trabalho desenvolvido na escola e, conseqüentemente a intervenção e definição de novos métodos e medidas que possam contribuir para a melhoria do aprendizado conforme seu resultado.

Segundo os professores entrevistados, onde houve um consenso nas respostas obtidas, com o resultado da avaliação externa, sempre vai ocorrer mudanças no modo de coordenar as ações pedagógicas, pois os mesmos terão de lidar com cobranças e pressões tanto por parte da direção escolar como da SEDUC/SEMED para que melhorem o desempenho escolar dos alunos, e, conseqüentemente irão cobrar mais empenho dos alunos. Segundo os entrevistados, esse círculo de cobranças de um segmento para com o outro acontece com a finalidade de aumentar o rendimento escolar dos estudantes nos testes e respectivamente o desempenho da escola no IDEB, o que, conforme os participantes, os resultados das avaliações em forma de ranking estimulam a competitividade entre as escolas e conseqüentemente entre os estudantes, se bem coordenado pelo professor, traz vários benefícios entre eles o aprendizado e o aumento do índice de desenvolvimento. Somente um participante expôs um comentário que não condiz com a temática da pergunta.

Diante do exposto, ficou claro que cabe ao gestor saber utilizar os resultados das avaliações. Para Machado (2012), “Usar os resultados das avaliações é colocar os dados obtidos no alicerce da construção de novas oportunidades de ensinar todos os alunos”. A análise e o estudo dos resultados obtidos pela escola fazem a diferença no papel educador da escola.

Sobre o trabalho do gestor, entende-se que compreender os resultados das avaliações externas está para além de vê-los como um fim em si mesmos, mas como ponto de partida para a tomada de decisões referente às práticas pedagógicas e a transformação social da escola, cumprindo com seu compromisso educativo e edificante

Questionados sobre quais os desafios das escolas para o uso eficaz dos resultados das Avaliações Externas para a melhoria do ensino, o gestor regional respondeu que o desafio maior é realizar um trabalho de melhoria da educação, independente das avaliações, e que essa preparação precisa ser permanente, pois assim quando vierem as avaliações externas os alunos já estarão preparados. Segundo o coordenador o maior desafio é realizar o planejamento das ações educativas da escola alinhadas à busca da melhoria dos resultados.

Para os professores entrevistados, o desafio está na gestão escolar, pois os gestores, diante dos resultados, precisam adotar uma série de ações baseadas na leitura e na análise detalhada do boletim com as avaliações, reunir a equipe para debater as informações obtidas e, com base no diagnóstico e nas reflexões realizadas, preparar um plano para transformar

tudo isso em trabalho efetivo na escola. Os professores acreditam que as maiores implicações são, nas palavras de Werle (2004), que as avaliações externas, são estratégias implementadas por atores que não pertencem ao cotidiano escolar, podendo abranger todo o escopo ou apenas parte das ações das instituições e, sendo ou não de larga escala, referem-se ao tipo e à abrangência do instrumento avaliativo. Houve também aqueles entrevistados que o maior desafio está no empenho dos pais.

Durante a entrevista foi pedido aos participantes que falasse um pouco sobre as implicações do sistema avaliativo, a gestão e o trabalho pedagógico da escola. Na fala do gestor regional, o mesmo acredita que o sistema avaliativo precisa melhorar, há muito a se fazer em relação a avaliação, pois os alunos só pensam em notas, quando deveriam pensar em aprendizagem. A gestão faz um belo trabalho no que se refere à gestão democrática. O professor tem boa formação. Mesmo assim, requer melhorias, para que fique cada vez mais positivo o trabalho. Para o coordenador o sistema avaliativo passou a ser um parâmetro a ser observado para a tomada de decisões na escola, a fim de melhorar os processos de aprender e ensinar. A maioria dos professores participantes preferiram não tecer comentários frente a gestão e o trabalho pedagógicos desenvolvidos na escola. Apenas um entrevistado comentou que a gestão da escola sempre busca formas de melhorias.

Luckesi (2002) acredita que através da avaliação é possível alcançar melhores resultados, seja na aprendizagem ou nas políticas públicas. De acordo com Saul (1988), a avaliação está projetada para o futuro, pois com ela é possível realizar transformações de acordo com o contexto.

Portanto, o que pôde observar é que o corpo docente da escola espera que o gestor, nas reuniões pedagógicas, exponha o levantamento de questões relacionadas ao desempenho dos alunos mediante as avaliações externas, mas não deve se limitar a ponderar apenas a avaliação. Os efeitos-escola devem ser discutidos, trabalhados e repensados em conjunto, tarefa essencial da gestão democrática, entendida como a participação de toda a comunidade escolar nas decisões que permeiam o cotidiano da escola.

Tabela 11.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 12 a 14) Implicações e Desafios - 2º parte dos entrevistados

IMPLICAÇÕES E DESAFIOS – Avaliação Externa	
12. A atual política educacional de avaliação externa mudou seu modo de coordenar as ações pedagógicas da escola? Em que aspectos?	
Professor 6	Sim, as avaliações externas trazem aspectos positivos para a escola. De mão desses resultados, a escola estabelece parâmetros de ação e de qualidade de ensino. As ações são desenvolvidas objetivando a melhoria das ações e do ensino e aprendizagem ofertada aos estudantes.
Professor 7	Isso depende de como são interpretadas órgão a órgão. no caso da escola em que trabalho, reforça a ideia de melhorar ainda mais.
Coordenador 2	Os descritores focalizam em pontos importantes que auxiliam os alunos em diversas áreas. trabalhar esses pontos, favorece a aprendizagem dos alunos
Professor 8	Em um contexto mais abrangente, regional, pela obtenção de uma média do conjunto de escolas da Regional de Pedreiras, estrutura-se diretriz para essa ou aquela escola, ou para um trabalho sincronizado com todas as unidades sob a jurisdição da regional de Pedreiras.
Professor 9	Sim positivas, pois nossos alunos estão sendo preparados para diversos desafios que incluem provas nas quais serão testados seus conhecimentos, o Enem por exemplo.
13. No seu ponto de vista, quais os desafios das escolas para o uso eficaz dos resultados das Avaliações Externas para a melhoria do ensino?	
Professor 6	De posse dos resultados, não há nenhuma dificuldade para que a escola implemente o uso eficaz de ações voltadas para melhoria do ensino. Cada área do conhecimento analisa de forma coletiva os resultados, suas análises e as ações para os anos letivos seguintes dentro dessa perspectiva de resultados externos.
Professor 7	Talvez seja o de praticar as proposições elaboradas pela escola pelos próprios discentes.
Coordenador 2	Conscientizar alunos e professores sobre a real importância da avaliação
Professor 8	De posse dos resultados, não há nenhuma dificuldade para que a escola implemente o uso eficaz de ações voltadas para melhoria do ensino. Cada área do conhecimento analisa de forma coletiva os resultados, suas análises e as ações para os anos letivos seguintes dentro dessa perspectiva de resultados externos.
Professor 9	Acredito que mais engajamento dos profissionais das disciplinas avaliadas, em realmente trabalhar esses dados e as dificuldades mostradas neles e uma postura mais firme da escola na cobrança desse trabalho.
14. Fale um pouco sobre as implicações do sistema avaliativo, a gestão e o trabalho pedagógico da escola.	
Professor 6	O sistema de avaliação externa é importante. Nisso cada escola estabelece seus critérios de qualidade de ensino e no campo macro, a qualidade na rede. A gestão da Unidade de ensino se porta como mediadora, tendo a clareza que as atividades desenvolvidas no espaço escolar ou fora dele, requer a unidade da equipe. Todas as ações desenvolvidas pela equipe docente ou pela gestão estão caracterizadas como ação pedagógica, ou seja, no final os resultados de materializem com foco no ensino e na aprendizagem.
Professor 7	Apenas para encurtar o comentário, nota 10 o trabalho da gestão da escola em que trabalho.
Coordenador 2	O papel de um supervisor ou coordenador na escola é essencial. Uma pena não ser algo obrigatório em todas as escolas. Quando não se tem esse profissional, a demanda sobrecarrega o gestor, que nem sempre consegue atingir na totalidade a demanda devido às demais atividades a ele atribuída. o acompanhamento quinzenal ou mensal das atividades, dos planos, das avaliações que estão sendo aplicadas aos alunos é muito importante para o desenvolvimento positivo das atividades escolares.
Professor 8	O sistema de avaliação externa é importante. Nisso cada escola estabelece seus critérios de qualidade de ensino e no campo macro, a qualidade na rede. A gestão da Unidade de ensino se porta como mediadora, tendo a clareza que as atividades desenvolvidas no espaço escolar ou fora dele, requer a unidade da equipe. Todas as ações desenvolvidas pela equipe docente ou pela gestão estão caracterizadas como ação pedagógica, ou seja, no final os resultados de materializem com foco no ensino e na aprendizagem.
Professor 9	É possível apontar a necessidade de trabalhos em conjunto no interior da escola para que o clima organizacional seja fortalecido e adequado para o bom andamento das atividades, assim como o comprometimento com as ações desencadeadas na escola por todos que dela fazem parte

Nota: dados da pesquisa

Perguntado se a atual política educacional de avaliação externa mudou o modo de coordenar as ações pedagógicas da escola que atua e em que aspectos, o coordenador argumentou que os descritores focalizam em pontos importantes que auxiliam os alunos em

diversas áreas e trabalhar esses pontos, favorece a aprendizagem dos mesmos. Para os professores entrevistados, as avaliações externas trazem aspectos positivos para a escola, e com esses resultados em mãos, a escola estabelece parâmetros de ação e de qualidade de ensino, de acordo com o participante as ações são desenvolvidas objetivando a melhoria do ensino e aprendizagem ofertada aos estudantes. Um dos entrevistados mencionou que as ações estão dentro de um contexto mais abrangente, regional, e são desenvolvidas pela obtenção de uma média do conjunto de escolas da Regional de Pedreiras, onde é destinada a diretriz para essa ou aquela escola, ou para um trabalho sincronizado com todas as unidades sob a jurisdição da regional de Pedreiras.

Entretanto, houve entrevistado que alegou que as ações dependem de como são interpretados os resultados, e que varia de órgão a órgão, mencionou que na escola que atua, é preciso reforçar a ideia de melhorar ainda mais, e que a mesma deixa a desejar, pois os alunos precisam ser preparados para diversos desafios que incluem provas nas quais serão testados seus conhecimentos, e citou o Enem.

Oliveira (2011) destaca que as avaliações externas parecem ter sido desenhadas muito mais para produzir informações para gestores das redes educacionais do que para ajudar os professores a analisarem os resultados, buscando rever seus métodos de ensino e práticas de avaliação. Para ela, a comunicação dos resultados das avaliações deve promover uma articulação com o trabalho pedagógico escolar de modo a aprimorá-lo.

Baseado na ideia da autora, a política educacional interessada na boa qualidade do processo ensino- aprendizagem deve concentrar seus esforços na melhoria do trabalho pedagógico na/da escola, no que diz respeito à necessidade de um processo de avaliação de redes e escolas mais amplo que, além da utilização de provas padronizadas, torna-se imperativo que o professor utilize os resultados das avaliações externas no desenvolvimento de sua prática pedagógica em sala de aula, pautada na aprendizagem de todos os alunos.

Sobre quais os desafios das escolas para o uso eficaz dos resultados das Avaliações Externas para a melhoria do ensino, o coordenador respondeu que é preciso conscientizar alunos e professores sobre a real importância da avaliação. Para os professores participantes é necessário que os próprios, de posse dos resultados, desenvolvam de forma coletiva as ações para os anos letivos seguintes dentro dessa perspectiva de resultados externos, e que nesses termos não haverá nenhuma dificuldade para que a escola implemente o uso eficaz de ações voltadas para melhoria do ensino. Os entrevistados acreditam que é preciso mais engajamento dos profissionais das disciplinas avaliadas, em querer trabalhar esses dados e as dificuldades mostradas neles e uma postura mais firme da escola na cobrança desse trabalho.

Viana (2005) defende que a avaliação deve ser utilizada com outro referencial; necessita integrar-se ao processo de transformação de ensino- aprendizagem e contribuir, desse modo, para o processo de transformação do educando. Na mesma perspectiva encontramos contribuições de Weber (2008) ao admitir que a fixação de metas em relação ao IDEB deve conduzir o acompanhamento contínuo do processo escolar, no que diz respeito às condições escolares, tanto materiais como pedagógicas.

As ações acima explicitadas possibilitam a regulação do processo ensino-aprendizagem, uma vez que as provas padronizadas são elaboradas a partir de uma matriz de conteúdos contemplados; estudar essas matrizes que fundamentam os temas das provas padronizadas é importante para que o professor possa confrontá-las com o currículo em sala de aula e com os resultados das avaliações internas, no sentido de fortalecer a qualidade da aprendizagem de todos os alunos.

Foi pedido para os participantes que falasse um pouco sobre as implicações do sistema avaliativo, a gestão e o trabalho pedagógico da escola. O coordenador defendeu que o papel de um supervisor ou coordenador na escola é essencial, e que deveria ser algo obrigatório em todas as escolas. De acordo com o coordenador, quando a escola não tem esse profissional em seu quadro, sobrecarrega o gestor, que nem sempre consegue atingir na totalidade a demanda, devido às extensas atividades que a ele é atribuída. Para o coordenador, o acompanhamento quinzenal ou mensal das atividades, dos planos, das avaliações que estão sendo aplicadas aos alunos é muito importante para o desenvolvimento positivo das atividades escolares. Segundo os entrevistados o sistema de avaliação externa é importante, pois cada escola estabelece seus critérios de qualidade de ensino, e no campo macro, a qualidade na rede. Conforme os participantes, a gestão da escola se porta como mediadora, tendo a clareza que as atividades desenvolvidas no espaço escolar ou fora dele, requer a união da equipe. Todas as ações desenvolvidas pela equipe docente ou pela gestão estão caracterizadas como ação pedagógica, ou seja, no final os resultados de materializem com foco no ensino e na aprendizagem.

Para uma parcela dos entrevistados, é preciso apontar a necessidade de trabalhos em conjunto no interior da escola para que o clima organizacional seja fortalecido e adequado para o bom andamento das atividades, bem como o comprometimento com as ações desencadeadas na escola por todos que dela fazem parte. Apenas um entrevistado elogiou o trabalho da gestão da escola em que atua.

Para Vidal (2003), a avaliação é um instrumento fundamental para as práticas pedagógicas, pois permite ao professor acompanhar o desempenho dos alunos e o

desenvolvimento no trabalho escolar. Nesse sentido, é importante considerar que as avaliações se refletem nas ações elaboradas pelos docentes e discentes no ambiente escolar.

Diante do que foi exposto, foi possível constatar que a concepção de avaliação como um processo amplo de subsídio para tomada de decisões no âmbito dos sistemas de ensino ainda se encontra complexa entre os atores envolvidos, devendo ser entendida como um processo que visa contemplar competências e habilidades, o próprio currículo, as estratégias de ensino dos professores, os hábitos de estudo dos alunos, o tipo de gestão dos diretores e os recursos a eles oferecidos para melhor realizar seu trabalho.

Tabela 12.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 12 a 14) Implicações e Desafios - 3º parte dos entrevistados

IMPLICAÇÕES E DESAFIOS – Avaliação Externas		
DESCRIÇÃO DA PERGUNTA	PRO10	PRO11
12. No seu ponto de vista, o processo de avaliação externa do governo, traz consequências (positivas/negativas) para aprendizagem dos alunos? Se sim? Quais? Se Não? Porque?	Não. O processo de avaliação externa traz consequências positivas, pois revitaliza o trabalho da escola na busca de bons resultados.	sim - diretamente, pois acaba direcionando a equipe pedagógica em buscar alternativas de melhorias no ensino e aprendizagem
13. No seu ponto de vista, quais os desafios das escolas para o uso eficaz dos resultados das Avaliações Externas para a melhoria do ensino?	Realizar um trabalho de melhoria da educação, independente das avaliações; Essa preparação deve ser permanente, pois assim quando vierem as avaliações externas os alunos já estarão preparados	sem dúvida é capacitar professores e coordenadores na preparação de fazer uma gestão eficaz com os resultados
14. Fale um pouco sobre as implicações do sistema avaliativo, a gestão e o trabalho pedagógico da escola.	Acredito que o sistema avaliativo precisa melhorar, há muito a se fazer em relação a avaliação, pois os alunos só pensam em notas, quando deveriam pensar em aprendizagem. A gestão faz um belo trabalho no que se refere à gestão democrática. O professor tem boa formação. Mesmo assim, requer melhorias, para que fique cada vez mais positivo o trabalho.	o sistema avaliativo está focado para a gestão escolar e alinhada com o plano pedagógico, a falta deste alinhamento implica em resultados negativos na avaliação

Nota: dados da pesquisa

Diante da pergunta, que levava em consideração o ponto de vista do entrevistado, lhe foi questionado se o processo de avaliação externa do governo, traz consequências (positivas/negativas) para aprendizagem dos alunos, os participantes demonstraram que compartilham da mesma opinião, pois alegaram que o processo da avaliação externa traz consequências positivas, pois revitaliza o trabalho da escola na busca de bons resultados e acaba direcionando a equipe pedagógica em buscar alternativas de melhorias no ensino e aprendizagem.

Questionados sobre quais os desafios das escolas para o uso eficaz dos resultados das Avaliações Externas para a melhoria do ensino, os entrevistados acreditam que um dos maiores desafios seja a realização de um trabalho que vise a melhoria da educação, independente de avaliações, pois, com uma educação de qualidade os alunos estarão preparados para qualquer tipo de avaliação, sem ser preciso uma preparação específica para

uma determinada avaliação, no entanto, para que isso seja uma realidade é preciso capacitar professores e coordenadores e fazer uma gestão eficaz com os resultados.

Partindo em outra vertente, Oliveira (2011, p. 137), apoiando-se em Nevo (1998), destaca que as avaliações externas parecem ter sido desenhadas muito mais para produzir informações para os gestores de redes educacionais “do que para ajudar os professores a analisarem os resultados buscando rever seus métodos de ensino e práticas de avaliação”. De acordo com a autora, o trabalho com avaliação com foco em resultados nas escolas deveria servir para aprimorar o trabalho pedagógico dos professores de maneira que estas práticas fossem melhoradas a partir da identificação das necessidades geradas pelo processo.

Diante do que está sendo exposto, concretiza-se, assim, a necessidade da formação do professor no sentido da adequação da sua prática pedagógica aos objetivos das avaliações externas e conseqüentemente à implicação disso na aprendizagem dos alunos, pois dessa maneira, o docente passa a incorporar em sua prática o que é necessário para que os alunos consigam obter êxito quando avaliados.

Foi pedido aos entrevistados que falasse um pouco sobre as implicações do sistema avaliativo, a gestão e o trabalho pedagógico da escola, os professores participantes acreditam que o sistema avaliativo precisa melhorar, há muito a se fazer em relação a avaliação, pois os alunos só pensam em notas, quando deveriam pensar em aprendizagem. A gestão faz um belo trabalho no que se refere à gestão democrática. Os professores têm boa formação. Mesmo assim, requer melhorias, para que fique cada vez mais positivo o trabalho. Conforme os entrevistados o sistema avaliativo está focado para a gestão escolar e alinhada com o plano pedagógico, a falta deste alinhamento implica em resultados negativos na avaliação.

Segundo Vidal (2003) a avaliação não é um tema desconhecido por nenhum professor. Pelo contrário, a avaliação sempre fez parte do contexto pedagógico, das aprendizagens em sala de aula. Nesse sentido, a autora considera a avaliação como um instrumento inseparável da prática pedagógica, por meio do qual é possível que o professor acompanhe o progresso de seus alunos, analise o desenvolvimento do trabalho escolar, assim como o seu próprio desempenho.

De acordo com o autor, o professor é o principal usuário dos resultados das Avaliações Externas e, por essa razão, a ação de planejar é fundamental para que compreenda a necessidade de repensar suas ações pedagógicas, na perspectiva de uso dos resultados obtidos pelos alunos nas avaliações padronizadas no desenvolvimento do trabalho docente.

Podemos então concluir que as Avaliações Externas fornecem dados que podem revigorar os contornos da escola pública, cuja função social na sociedade democrática é a garantia de ensino- aprendizagem de qualidade para todos os alunos.

5.1.4 Melhorias do Ensino-aprendizagem – com Avaliações Externas

Fazer uma boa análise dos resultados das avaliações externas, propicia a gestão escolar a visão geral da Educação no país, através de um painel de gestão, entendido como uma ferramenta importante na preparação de políticas públicas de educação. Dentro da perspectivas políticas, elas acabam contribuindo para determinar qual o verdadeiro direito da aprendizagem necessária em que todo aluno possa assegurar. Portanto, pode-se afirmar que esses procedimentos são primordiais para que as redes escolares e a própria escola reflitam sobre as estratégias educacionais que devem promover em busca da Educação de qualidade.

Tabela 13.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 15 a 17) Implicações e Desafios - 1º parte dos entrevistados

ENSINO-APRENDIZAGEM – Melhorias através da Avaliação Externas	
15. Qual o seu ponto de vista, quanto as contribuições das avaliações externas para o ensino-aprendizado aos alunos da escola e para a região geográfica Imediata de Pedreiras?	
Gestora Regional	Essas avaliações levam os alunos a uma melhor preparação, o que eleva o nível dos mesmos
Coordenador 1	As contribuições das avaliações externas para o processo ensino-aprendizagem são evidentes no que se refere às melhorias no acompanhamento do aprendizado dos alunos, na realização de planejamentos que visam metas específicas definidas a partir destes indicadores.
Professor 1	As avaliações externas têm muito a contribuir. Claro que isso depende muito do uso dos resultados por parte dos professores em usar de forma didática e metodológica para reforçar o conhecimento do educando em sua praxe. Uma vez com esses dados em mãos é possível, a partir de um bom planejamento, elevar e muito o índice de aprendizagem dos alunos.
professor 2	Claro que isso depende muito do uso dos resultados por parte dos professores em usar de forma didática e metodológica para reforçar o conhecimento do educando em sua praxe.
Professor 3	Necessita conhecer a realidade do aluno.
16. Devido ao IDEB, há alguma orientação da Secretaria de Educação do Estado para a melhoria do desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa? Se sim, o que vem sendo feito? Há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para a realização dessas ações?	
Gestora Regional	A secretaria apenas repassa informações para que seja feito um trabalho mais efetivo nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.
Coordenador 1	São realizadas reuniões pedagógicas para a busca da superação das dificuldades de aprendizagem
Professor 1	Sim. Temos o programa mais IDEB.
professor 2	Sim. Temos o programa mais IDEB.
Professor 3	NÃO existem informações claras
17. O que tem sido feito para a melhoria de desempenho nas demais disciplinas? Há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para realização dessas ações?	
Gestora Regional	Como o foco das avaliações externas estão em Língua Portuguesa e Matemática, as demais disciplinas ficam apenas com o trabalho da carga horária do currículo.
Coordenador 1	No momento atual não.
Professor 1	não respondeu
Professor 2	não respondeu
Professor 3	Insuficiente, porém, a direção sempre busca indicar um norte

Nota: dados da pesquisa

Diante da pergunta, no seu ponto de vista, quais as contribuições das avaliações externas para o ensino-aprendizado aos alunos da escola e para a região geográfica Imediata de Pedreiras? O gestor regional alegou que essas avaliações levam os alunos a uma melhor preparação, o que eleva o nível dos mesmos, entretanto, não mencionou como se daria essa preparação para se elevar os conhecimentos dos alunos na região. Para o coordenador, as contribuições das avaliações externas para o processo ensino-aprendizagem são evidentes no que se refere às melhorias no acompanhamento do aprendizado dos alunos, na realização de planejamentos que visam metas específicas definidas a partir destes indicadores. Segundo os professores que participaram da pesquisa as avaliações externas têm muito a contribuir, mas depende muito do uso dos resultados, por parte dos professores, em usar de forma didática e metodológica para reforçar o conhecimento do educando em suas práxis, uma vez com esses dados em mãos é possível, a partir de um bom planejamento, elevar e muito o índice de aprendizagem dos alunos, porém, necessita conhecer a realidade do aluno.

O que se observou diante do questionamento é que os professores estão mais atentos a questão dos resultados da avaliação para a melhoria do ensino, pois em suas falas os entrevistados demonstram entendimento a respeito da importância de se trabalhar com essa avaliação para se atingir uma qualidade na educação. Diferentemente do que expôs o gestor regional, a sua declaração demonstra o pouco entendimento frente a uma ferramenta tão importante para a educação.

De acordo com Bordignon e Gracindo (2006, p.147), “a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas”. Nesse sentido, a gestão não é concebida como uma atividade puramente técnica, mas, sim, como um “processo político-administrativo contextualizado, através do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada”.

Em concordância com que os autores mencionaram, a avaliação é, então, um processo e uma condição necessários para que se possam estabelecer e acompanhar metas qualitativas e quantitativas e verificar se estas últimas são atingidas. Com esse olhar, a avaliação é capaz de fomentar nas escolas e nas redes uma interpelação sistemática sobre a qualidade de suas práticas e dos seus resultados, articular os contributos da avaliação externa com a cultura e os dispositivos de autoavaliação das escolas e reforçar a capacidade das escolas de desenvolver sua autonomia, regulando o funcionamento do sistema educativo.

Em relação ao IDEB, foi perguntado para os participantes se há alguma orientação da Secretaria de Educação do Estado para a melhoria do desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa, o que vem sendo feito e se há algum tipo de apoio da Secretaria de

Educação para a realização dessas ações. Segundo o gestor regional a secretaria apenas repassa informações para que seja feito um trabalho mais efetivo nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e de acordo com o coordenador são realizadas reuniões pedagógicas para a busca da superação das dificuldades de aprendizagem. A maioria dos professores entrevistados afirmaram que sim, mas sem deixar claro ao que se referiam, desse modo, ficou uma lacuna diante do questionamento, pois, se o sim se referiu a orientação por parte da Secretaria de Educação, não mencionaram que orientações seriam essas, com relação ao apoio e as ações por parte da Secretaria, os entrevistados se referiram apenas ao mais IDEB. Em contrapartida, a minoria dos entrevistados afirmou que não existem informações claras por parte da Secretaria de Educação no município.

Conforme Souza (2013, p. 165), “a avaliação pode mostrar onde os alunos não tiveram sucesso e necessitam de maiores esclarecimentos ou de uma nova forma de ensino para desenvolver suas aprendizagens”. Desse modo, a avaliação não é um fim em si mesma, mas um ponto de partida, um elemento a mais para repensar e planejar a ação pedagógica e a gestão educacional.

É sabido que a avaliação em larga escala propõe medir a qualidade da educação escolar. Torna-se, nesse caso, necessário saber de que concepção de qualidade e de educação se trata. Tendo esse ponto esclarecido, ainda se necessita saber com qual currículo se vai atuar. Questionamentos esses que, mormente, levam-nos a indagar sobre que conhecimentos devem ser ensinados nas escolas. Isso porque nessas definições estará explicitada, ou implícita, a expressão de uma concepção de mundo, de homem e de sociedade e, assim, a qualidade que se almeja.

Para os sujeitos participantes foi perguntado o que tem sido feito para a melhoria de desempenho nas demais disciplinas e se há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para realização dessas ações. Para o gestor regional o foco das avaliações externas está direcionado para a Língua Portuguesa e Matemática, as demais disciplinas ficam apenas com o trabalho da carga horária do currículo. O coordenador alegou que no momento atual não existe nenhuma orientação para se trabalhar as demais disciplinas, já que as mesmas não são abrangidas pelo IDEB. A maioria dos participantes não respondeu ao questionamento, no entanto, uma parte menor dos participantes declarou que as ações para as demais disciplinas são insuficientes, porém, a direção sempre busca indicar um norte.

As avaliações em larga escala enfatizam os aspectos cognitivos de Língua Portuguesa e Matemática induzindo ao estreitamento curricular, especialmente porque promove situações em que ensinar e aprender para o teste seja a razão principal do fazer docente. Tal fato ocorre

quando os esforços são concentrados nos conteúdos e nas disciplinas que serão avaliadas chegando ao extremo de desconsiderar as demais, mesmo que altamente relevantes para a formação do estudante.

A ênfase em duas disciplinas reforça a hierarquização curricular, no momento em que as teorias pedagógicas apontam para a interdisciplinaridade como uma possibilidade mais viável para a formação integral do aluno em contraposição às práticas fragmentadas e disciplinares. Nessa lógica, apresentamos as considerações de Freitas (2011, p. 78), para o qual as ênfases nas tais habilidades cognitivas não são desprezíveis, mas são amplamente insuficientes. [...] Primeiro porque, mesmo no plano cognitivo, não existem somente essas disciplinas na escola. Segundo porque o ser humano tem outras esferas de desenvolvimento igualmente importantes.

Lembramos que o currículo nunca é neutro, nele há tendenciosidades, muitas vezes bem explícitas, noutras ocultas. Nesse sentido, a ênfase nas disciplinas consideradas importantes e o descaso com as demais disciplinas, dando-lhe “ares de dispensáveis” vão desnudando os reais interesses acerca do currículo e conseqüentemente da educação que ensinam para os estudantes.

A hierarquização e a restrição do currículo são claramente ressaltadas nessa forma de avaliação. É preciso refletir sobre o lugar que ocupam essas disciplinas quando se tem por objetivo a formação integral dos alunos.

Tabela 14.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 15 a 17) Implicações e Desafios - 2º parte dos entrevistados

ENSINO-APRENDIZAGEM – Melhorias através da Avaliação Externa	
15. Qual o seu ponto de vista, quanto as contribuições das avaliações externas para o ensino-aprendizado aos alunos da escola e para a região geográfica Imediata de Pedreiras?	
Professor 6	As avaliações externas sejam Prova Brasil, ou mesmo a pontuação obtida por alunos no Enem em cada ano, dão um parâmetro claro à equipe docente do CEJM, quais pontos do ensino e aprendizagem apresentam deficiências e quais apresentam bom desempenho. Assim, de posse desses resultados e analisados os microdados desses indicadores, a equipe pedagógica planeja os próximos passos. Em um contexto mais abrangente, regional, pela obtenção de uma média do conjunto de escolas da Regional de Pedreiras, estrutura-se diretriz para essa ou aquela escola, ou para um trabalho sincronizado com todas as unidades sob a jurisdição da regional de Pedreiras.
Professor 7	Na escola inúmeras contribuições, desde a conscientização do processo ensino-aprendizagem até o amadurecimento familiar entre alunos e pais. Para a região, eu não tenho parâmetros para analisar.
Coordenador 2	Os descritores focalizam em pontos importantes que auxiliam os alunos em diversas áreas. Trabalhar esses pontos favorece a aprendizagem dos alunos
Professor 8	Em um contexto mais abrangente, regional, pela obtenção de uma média do conjunto de escolas da Regional de Pedreiras, estrutura-se diretriz para essa ou aquela escola, ou para um trabalho sincronizado com todas as unidades sob a jurisdição da regional de Pedreiras.
Professor 9	As avaliações externas não só permitem aos gestores e às famílias acompanhar o desempenho dos estudantes, como também traçar diagnósticos da rede e identificar desigualdades existentes entre as escolas ou mesmo dentro de uma mesma escola. O uso gerencial das avaliações foi de extrema relevância para uma gestão comprometida com a qualidade e a equidade da educação da URE de Pedreiras.

16. Devido ao IDEB, há alguma orientação da Secretaria de Educação do Estado para a melhoria do desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa? Se sim, o que vem sendo feito? Há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para a realização dessas ações?	
Professor 6	A SEDUC / URE PEDREIRAS, desempenha o planejamento estratégico na rede de ensino voltado para a preparação, realização, análise e divulgação dos resultados do IDEB. Assim, cabe às escolas implementar as ações ao público a ser avaliado, com planejamento local e que busque a qualidade da aprendizagem e a melhoria dos indicadores formadores do IDEB escolar: matrículas, aprovação, reprovação, abandono e proficiência em língua portuguesa e Matemática. Além do planejamento estratégico, realização de simulados, aulas suplementares e voltadas para os alunos a serem avaliados, materiais de estudos sistematizados, canais de comunicação e de entrega de materiais.
16. Devido ao IDEB, há alguma orientação da Secretaria de Educação do Estado para a melhoria do desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa? Se sim, o que vem sendo feito? Há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para a realização dessas ações?	
Professor 7	A regional de pedreiras, no que tange a educação, tem se preocupada enormemente com aquisição da leitura, da escrita e souber lidar com os números. Tudo isso é repassado para nós, professores, seja por meio de reuniões, seja por meio da escola em si.
Coordenador 2	Cadernos de atividades, aulões destinados ao trabalho de descritores.
Professor 8	A SEDUC / URE PEDREIRAS, desempenha o planejamento estratégico na rede de ensino voltado para a preparação, realização, análise e divulgação dos resultados do IDEB.
Professor 9	Sim, o programa Mais Ideb contempla aulas de reforço aos sábados nas disciplinas de língua portuguesa e Matemática.
17. O que tem sido feito para a melhoria de desempenho nas demais disciplinas? Há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para realização dessas ações?	
Professor 6	Para demais disciplinas, a coleta, observação e análise é feita nos resultados apresentados no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Esses dados dão à equipe escolar as competências já consolidadas bem como aquelas que precisam avançar. Esse procedimento já formatado nas provas do ENEM facilitam a catalogação dos dados e a análise por toda a equipe escolar, especificamente as demais áreas do conhecimento.
Professor 7	Na escola há um trabalho sincronizado, discutido e rediscutido. Cada ato tem relevância nas discussões realizadas.
Coordenador 2	Temos aulões destinados a alunos de 3º ano
Professor 8	Esse procedimento já formatado nas provas do ENEM facilitam a catalogação dos dados e a análise por toda a equipe escolar, especificamente as demais áreas do conhecimento.
Professor 9	Sim, o projeto terceiro não tira férias contempla às demais disciplinas.

Nota: dados da pesquisa

Questionados quanto as contribuições das avaliações externas para o ensino-aprendizado aos alunos da escola e para a região geográfica Imediata de Pedreiras, o coordenador participante defendeu que os descritores focalizam em pontos importantes que auxiliam os alunos em diversas áreas, e trabalhar esses pontos favorece a aprendizagem dos alunos. Para os professores as avaliações externas sejam Prova Brasil, ou mesmo a pontuação obtida por alunos no Enem em cada ano, dão um parâmetro claro à equipe docente da escola, sendo verificado quais pontos do ensino e aprendizagem apresentam deficiências e quais apresentam bom desempenho, o que segundo os entrevistados, de posse desses resultados e analisados os microdados desses indicadores, a equipe pedagógica planeja os próximos passos.

De acordo com os entrevistados as avaliações externas não só permitem aos gestores e às famílias acompanhar o desempenho dos estudantes, como também traçar diagnósticos da rede e identificar desigualdades existentes entre as escolas ou mesmo dentro de uma mesma escola. Para os professores, o uso gerencial das avaliações é de extrema relevância para uma gestão comprometida com a qualidade e a equidade da educação da URE de Pedreiras.

No ponto de vista dos participantes, a avaliação externa contribui com a melhoria do ensino no município, dando uma direção para o trabalho da gestão escolar.

Diante da relevância do uso dessas informações para subsidiar ações de melhoria da educação, Sousa e Oliveira (2010, p. 813) revelam que ainda “não faz parte da cultura do trabalho escolar pautar seu planejamento em resultados de avaliações”. Para Souza (2012), as iniciativas de usos por parte dos gestores escolares encerram-se, na maioria das vezes, em afixar os resultados obtidos nas dependências da escola e disponibilizar o material de apoio enviado pelo MEC, mas nem todos os professores tomam conhecimento dessas informações e muito menos dialogam com esses dados em face de seu trabalho em sala de aula.

Com efeito, na perspectiva de uma escolarização de sucesso, o uso das avaliações pelo gestor escolar, como instrumento a ser incorporado em seu planejamento e em sua prática, ressalta a necessidade da capacitação desse profissional para tal intento, um traço que parece ausente em muitas políticas de avaliação. Evidencia, portanto, que, de um lado, a apropriação dos resultados das avaliações da aprendizagem externas, tem propriedades que podem contribuir para a melhoria da educação, mas, de outro, que a falta de formação para uso das informações geradas se constitui uma barreira para a incorporação desses dados no planejamento das ações pedagógicas a serem desenvolvidas com os alunos.

Sobre o IDEB, foi perguntado para os participantes se há alguma orientação da Secretaria de Educação do Estado para a melhoria do desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa e o que vem sendo feito, e se há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para a realização dessas ações. Segundo o coordenador, a Secretaria de Educação fornece cadernos de atividades e aulões destinados ao trabalho de descritores, a escola conta com o programa Mais Ideb, que contempla aulas de reforço aos sábados nas disciplinas de língua portuguesa e Matemática. Conforme os professores, a SEDUC / URE PEDREIRAS, desempenha o planejamento estratégico na rede de ensino voltado para a preparação, realização, análise e divulgação dos resultados do IDEB. Assim, cabe às escolas implementar as ações ao público a ser avaliado, com planejamento local e que busque a qualidade da aprendizagem e a melhoria dos indicadores formadores do IDEB escolar: matrículas, aprovação, reprovação, abandono e proficiência em língua portuguesa e Matemática. Além do planejamento estratégico, realização de simulados, aulas suplementares e voltadas para os alunos a serem avaliados, materiais de estudos sistematizados, canais de comunicação e de entrega de materiais.

Ainda, segundo os entrevistados, a regional de Pedreiras, no que tange a educação, tem se preocupado com a aquisição da leitura, da escrita e com os números, e essas ações são

repassadas para os docentes, seja por meio de reuniões, seja por meio da escola em si. Portanto, a SEDUC / URE PEDREIRAS, desempenha o planejamento estratégico na rede de ensino voltado para a preparação, realização, análise e divulgação dos resultados do IDEB.

Diante das perspectivas dos professores entrevistados percebe-se através dos argumentos individuais a ação pedagógica de cada mediadora. Pois fica evidente que os docentes estão vivenciando os descritores da avaliação do IDEB, dentro da proposta curricular durante a práxis educativa.

Entretanto, observa-se que os professores deixam de seguir o currículo para seguir a matriz de referência para assim treinar seus alunos para que se tenha um bom resultado e os professores não se sintam culpados pelos resultados obtidos a cada ano letivo.

Nesta perspectiva, as avaliações externas acabam que influenciando toda Proposta Pedagógica Escolar no sentido de uma adequação dos conteúdos que devem ser trabalhados em sala de aula com base na Matriz Curricular e, assim, torna-se necessário uma formação mais contundente dos educadores em relação à avaliação dos processos de ensino e aprendizagem diante dos descritores da avaliação externa.

Questionados sobre o que tem sido feito para a melhoria de desempenho nas demais disciplinas e se há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para realização dessas ações, o coordenador mencionou que as ações são voltadas para os aulões destinados a alunos de 3º ano, segundo o entrevistado o projeto terceiro não tira férias e contempla às demais disciplinas.

Conforme os professores, para as demais disciplinas, a coleta, observação e análise é feita nos resultados apresentados no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Esses dados dão à equipe escolar as competências já consolidadas bem como àquelas que precisam avançar. Esse procedimento já formatado nas provas do ENEM facilitam a catalogação dos dados e a análise por toda a equipe escolar, especificamente as demais áreas do conhecimento. Os entrevistados expuseram que na escola há um trabalho sincronizado, discutido e rediscutido. Cada ato tem relevância nas discussões realizadas.

Ronca (2013), em sua análise, apontou avanços e limites do sistema de avaliação adotado. Entre os limites, estão presentes o fato de as avaliações não compreenderem a amplitude e a complexidade da escola, a assentarem-se em dois fatores: fluxo e desempenho. Tais fatores trazem, como consequência, a implementação de políticas equivocadas de responsabilização dos professores, no contexto da meritocracia; o afinilamento curricular, em virtude da supervalorização em leitura e matemática; impedimento dos alunos considerados mais fracos para fazer a prova; a competição; a realização de cursos intensivos como

estratégia pedagógica para a preparação dos alunos para os testes. As possibilidades para atingir qualidade na educação, além do cumprimento de metas, precisam abarcar outros indicadores que contemplam uma visão de totalidade do contexto educacional.

Porém, a escola se sente na obrigação de fornecer atividades que respaldem as questões de eficácia e eficiência, assim como dar condições para que os estudantes apresentem bons resultados. Desta maneira, ocorre uma adequação do currículo aos conteúdos elencados no Programa das Avaliações Externas.

Tabela 15.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 15 a 17) Implicações e Desafios - 3º parte dos entrevistados

ENSINO-APRENDIZAGEM – Melhorias através da Avaliação Externas		
DESCRIÇÃO DA PERGUNTA	PROF1	PROF1
15. Qual o seu ponto de vista, quanto as contribuições das avaliações externas para o ensino-aprendizado aos alunos da escola e para a região geográfica Imediata de Pedreiras?	Essas avaliações levam os alunos a uma melhor preparação, o que eleva o nível dos mesmos.	As contribuições são positivas, caso seja feita uma gestão responsável com ações e metas definidas em busca da melhoria no ensino.
16. Devido ao IDEB, há alguma orientação da Secretaria de Educação do Estado para a melhoria do desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa? Se sim, o que vem sendo feito? Há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para a realização dessas ações?	A secretaria apenas repassa informações para que seja feito um trabalho mais efetivo nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática	O estado tem realizado programas e projeto interna em busca de melhorar os resultados
17. O que tem sido feito para a melhoria de desempenho nas demais disciplinas? Há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para realização dessas ações?	Como o foco das avaliações externas está em Língua Portuguesa e Matemática, as demais disciplinas ficam apenas com o trabalho da carga horária do currículo.	Não existem um plano definido pelas secretarias, somente ações improvisadas da coordenação com professores

Nota: dados da pesquisa

Questionados sobre as contribuições das avaliações externas para o ensino-aprendizado aos alunos da escola e para a região geográfica Imediata de Pedreiras. Os entrevistados acreditam que essas avaliações levam os alunos a uma melhor preparação, o que eleva o nível dos mesmos e que as contribuições são positivas, caso seja feita uma gestão responsável com ações e metas definidas em busca da melhoria no ensino.

Sobre o IDEB, foi perguntado se há alguma orientação da Secretaria de Educação do Estado para a melhoria do desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa, o que vem sendo feito e se há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para a realização dessas ações. Os professores participantes declaram que a secretaria apenas repassa informações para que seja feito um trabalho mais efetivo nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e que o estado tem realizado programas e projeto internos em busca de melhorar os resultados.

A respeito do que tem sido feito para a melhoria de desempenho nas demais disciplinas e se há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para realização dessas ações, os partícipes argumentaram que como o foco das avaliações externas está em Língua Portuguesa e Matemática, as demais disciplinas ficam apenas com o trabalho da carga horária

do currículo e que não existem um plano definido pelas secretarias, somente ações improvisadas da coordenação com professores.

Para Freitas (2009), é preciso questionar o conhecimento curricular fixado, as posições unilaterais que os impõem, e porque privilegia um único ponto de vista como verdade absoluta, uma única fonte de conhecimentos e poucas formas de aprender. A hierarquização e a restrição do currículo são claramente ressaltadas nessa política de avaliação. É preciso refletir sobre o lugar que ocupam essas disciplinas, quando se tem por objetivo a formação integral dos alunos. Muitas vezes, a preocupação tão somente com a empregabilidade do estudante não busca resposta para a principal pergunta: Que sujeito se quer formar?

Porém, a escola se sente na obrigação de fornecer atividades que respaldem as questões de eficácia e eficiência, assim como dar condições para que os estudantes apresentem bons resultados. Desta maneira, ocorre uma adequação do currículo aos conteúdos elencados no Programa das Avaliações Externas.

5.1.5 Políticas Governamentais de Avaliação Externas – Apoio com a gestão nas escolas

São observados no campo educacional que a ampla divulgação das avaliações externas, são projetadas como determinação de políticas governamentais de cunho educativo e essa consideração têm-se utilizado como uma referencia diante da qualidade da educação, onde muitas vezes, os dados obtidos pela avaliação são aproveitados como base para as avaliações das escolas e dos professores.

Outro ponto a considerar, que as avaliações tem assumido um papel central diante as políticas públicas, levando essa questão para inúmeras consequencias nas práticas do ensino e o aprendizado, como também na gestão escolar e no trabalho diário do docente em sala de aula. Portanto, a literatura mostra e pesquisa acadêmicas tem revelado uma enorme complexidade, e várias dimensões que são abrangente nas avaliações externas.

Tabela 16.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 18 a 21) – Políticas Governamentais – auxílio a escola – 1º parte dos entrevistados

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS – auxílio a escola	
18. Existem programas do governo (federal/estadual) para auxiliar professores e gestores nas escolas para o uso dos resultados da avaliação externa no processo de melhorias do ensino-aprendizado?	
Gestora Regional	Existem, mas não são aplicados
Coordenador 1	Desconheço
Professor 1	Temos o programa mais IDEB do governo estadual.
Professor 2	Desconheço
Professor 3	Desconheço
19. A escola recebe orientações para analisar e trabalhar com estes dados? Se recebe: por quem e quais orientações?	

Gestora Regional	Sim. A direção orienta que seja discutido os dados e, de acordo com o resultado obtido pela escola, seja desenvolvido meios de reverter o quadro.
Coordenador 1	Sim, pelos técnicos da URE.
Professor 1	SIM- pela SEDUC
Professor 2	SIM- pela Secretaria de Educação
Professor 3	SIM- pela Secretaria de Educação
20. Há alguma orientação do governo estadual sobre como conseguir bons resultados nas avaliações externas? Se sim, qual?	
Gestora Regional	Sim. Através da direção orientada a desenvolver o programa mais IDEB.
Coordenador 1	Sim, através de programa específico: MAIS IDEB.
20. Há alguma orientação do governo estadual sobre como conseguir bons resultados nas avaliações externas? Se sim, qual?	
Professor 1	SIM - MAIS IDEB
Professor 2	NÃO
Professor 3	SIM - MAIS IDEB
21. A Secretaria de Educação do Estado, envia à escola algum tipo de informação sobre as avaliações externas? Se sim, de que tipo/qual?	
Gestora Regional	Sim. A URE realiza reuniões pedagógicas para análise deste resultado, ação estendida às escolas com os professores.
Coordenador 1	Sim. Através da URE e multiplicado para as escolas
Professor 1	Apenas informações sobre datas e quais avaliação externa acontecerá
Professor 2	SIM - através de informativos
Professor 3	SIM - através de informativos

Nota: dados da pesquisa

Perguntados se existem programas do governo (federal/estadual) para auxiliar professores e gestores nas escolas para o uso dos resultados da avaliação externa no processo de melhorias do ensino-aprendizado, o gestor regional declarou que sim, existe, mais não são aplicados. O coordenador alegou que desconhece, dos professores participantes apenas um citou o Programa Mais IDEB, do governo federal, enquanto que os restantes dos entrevistados se juntaram ao coordenador em termos de desconhecimento.

Questionados sobre se a escola recebe orientações para analisar e trabalhar com estes dados, foi perguntado por quem e quais são essas orientações. O gestor regional declarou que sim, a direção orienta que seja discutido os dados e, de acordo com o resultado obtido pela escola, seja desenvolvido meios de reverter o quadro. O coordenador afirmou também que sim, e que as orientações são repassadas pelos técnicos da URE. Todos os professores afirmaram que as orientações partem da Secretaria de Educação do Município.

Perguntado se há alguma orientação do governo estadual sobre como conseguir bons resultados nas avaliações externas e qual seria essa orientação, o gestor regional afirmou que segue as orientações recebidas pela direção do governo estadual para o desenvolvimento do programa mais IDEB. Seguindo na mesma direção, tanto o coordenador quanto a maior parte dos professores, confirmaram a declaração do gestor regional. Somente um professor alegou que não recebe nenhum tipo de orientação

Questionados se a Secretaria de Educação do Estado, envia à escola algum tipo de informação sobre as avaliações externas e como essas informações chegam, o gestor regional

afirmou que a URE realiza reuniões pedagógicas para análise deste resultado e que essa ação é estendida às escolas com os professores. O coordenador seguiu a resposta do gestor e os professores alegaram que recebem apenas informações sobre datas e quais avaliação externa acontece, e essa informação chega a eles através de informativo.

Foi observado que existe uma barreira de comunicação entre os atores envolvidos, por motivos alheio ao exposto, essa situação tende a ser prejudicial na melhoria da educação. Notou-se que há uma falta de motivação por parte dos envolvidos no processo, e que os mesmos tomam uma posição de máquinas, repassam somente aquilo que recebem.

Segundo Libâneo (2008, p. 10), “o modo como a escola funciona – suas práticas de organização e gestão – faz diferença em relação aos resultados escolares”. Com respeito a estas práticas na gestão escolar, pode-se citar a capacidade de liderança dos dirigentes, sobretudo do diretor, a gestão participativa, o clima de trabalho, a organização do ambiente, as relações entre os sujeitos escolares e outros.

Para que exista alguma possibilidade de melhora na avaliação externa é imprescindível que a articulação entre secretaria de educação, núcleo gestor e professores seja estabelecida a fim de que se possa trabalhar os dados coletados e utilizá-los a favor do aluno, alcançando assim os objetivos da avaliação educacional, conforme apregoam as teorias da área.

Tabela 17.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 18 a 21) – Políticas Governamentais – auxílio a escola – 2º parte dos entrevistados

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS – auxílio a escola	
18. Existem programas do governo (federal/estadual) para auxiliar professores e gestores nas escolas para o uso dos resultados da avaliação externa no processo de melhorias do ensino-aprendizagem?	
Professor 6	Sim, os dados e microdados são disponibilizados nos canais oficiais dos governos. De posse desses resultados a escola faz as análises necessárias implementando as ações para correção, alinhamento ou intensificação das ações de ensino e aprendizagem.
Professor 7	não respondeu
Coordenador 2	NÃO
Professor 8	Sim, os dados e microdados são disponibilizados nos canais oficiais dos governos.
Professor 9	O Programa “Escola Digna” nasce de uma decisão política, do Governo do Estado do Maranhão, que contempla (crianças, jovens, adultos e idosos) nos níveis fundamentais e EJA, pois leva-se em conta que uma boa base é a melhor referência para resultados melhores no futuro, também foram entregues Cadernos de Orientações Pedagógicas, compostos por 3 volumes: Gestão Escolar, Avaliação da Aprendizagem e Organização Curricular e Práticas de Ensino para instrumentalizar a qualificação desses profissionais a fim de impactar na melhoria dos indicadores educacionais
19. A escola recebe orientações para analisar e trabalhar com estes dados? Recebe-se: por quem e quais orientações?	
Professor 6	Sim, no planejamento das ações estabelece-se a análise dos resultados pela equipe docente. Esses dados, seja da prova Brasil, ou informações do ENEM em cada ano, possibilita a retomada de conteúdos e habilidades não consolidadas. A orientação tanto em rede quanto no espaço escolar é que seja estabelecido um planejamento na prática escolar que reconheça as avaliações externas indispensáveis na prática docente.
Professor 7	não respondeu
Coordenador 2	sim, temos os articuladores que tem contato direto com os gestores para passar as informações necessárias

Professor 8	Sim, no planejamento das ações estabelece-se a análise dos resultados pela equipe docente. Esses dados, seja da prova Brasil, ou informações do ENEM em cada ano, possibilita a retomada de conteúdos e habilidades não consolidadas
Professor 9	Sim, essas orientações são feitas pela equipe das URES de cada região.
20. Há alguma orientação do governo estadual sobre como conseguir bons resultados nas avaliações externas? Se sim, qual?	
Professor 6	Sim, planejamento e implementação das ações orientadas pela SEDUC na formação de competências ainda não consolidadas. Para isso forma-se um escopo de conteúdo com objetivos claros para o trabalho docente, visando a avaliação externa.
20. Há alguma orientação do governo estadual sobre como conseguir bons resultados nas avaliações externas? Se sim, qual?	
Professor 7	não respondeu
Coordenador 2	SIM
Professor 8	Sim, planejamento e implementação das ações orientadas pela SEDUC na formação de competências ainda não consolidadas.
Professor 9	Sim, trabalhar em cima das dificuldades mostradas pelos dados, fazer um esforço conjunto URES, Gestores, Professores para melhoria dos resultados.
21. A Secretaria de Educação do Estado, envia à escola algum tipo de informação sobre as avaliações externas? Se sim, de que tipo/qual?	
Professor 6	Sim e sempre. Quase sempre se aplica ao período estabelecido para a aplicação da prova Brasil a nível nacional. A SEDUC/URE PEDREIRAS faz a assistência técnica pedagógica junto às escolas para a execução do plano de melhoria educacional e visando os resultados do IDEB.
Professor 7	não respondeu
Coordenador 2	SIM - A SEDUC/URE PEDREIRAS faz a assistência técnica pedagógica junto às escolas para a execução do plano de melhoria educacional e visando os resultados do IDEB.
Professor 8	SIM - A SEDUC/URE PEDREIRAS faz a assistência técnica pedagógica junto às escolas para a execução do plano de melhoria educacional e visando os resultados do IDEB.
Professor 9	Sim, foi enviado um planejamento que foi apresentado os documentos norteadores da prática pedagógica aos professores, seguido de estudos e reflexões sobre o tema avaliação externas.

Nota: dados da pesquisa

Questionado se existem programas do governo (federal/estadual) para auxiliar professores e gestores nas escolas para o uso dos resultados da avaliação externa no processo de melhorias do ensino-aprendizado, o coordenador foi bem fatídico ao declarar que não existe programa direcionada para a escola. A maioria dos professores participantes declararam, diferentemente do coordenador, que sim, existe, e que os dados e microdados são disponibilizados nos canais oficiais dos governos. De posse desses resultados a escola faz as análises necessárias implementando as ações para correção, alinhamento ou intensificação das ações de ensino e aprendizagem.

Um dos entrevistados foi mais a fundo e fez uma explanação a respeito dos programas existentes, como O Programa “Escola Digna” que nasceu de uma decisão política, do Governo do Estado do Maranhão, que contempla (crianças, jovens, adultos e idosos) os níveis fundamentais e EJA, pois leva-se em conta que uma boa base é a melhor referência para resultados melhores no futuro. Segundo o entrevistado foram entregues também Cadernos de Orientações Pedagógicas, compostos por 3 volumes: Gestão Escolar, Avaliação da Aprendizagem e Organização Curricular e Práticas de Ensino para instrumentalizar a qualificação desses profissionais a fim de impactar na melhoria dos indicadores educacionais.

Somente um dos participantes não se posicionou diante do questionamento feito.

Diante das posições colocadas se observou que há uma falta de organização na escola pesquisada, pois é notório que há uma contradição nas falas dos entrevistados. Como pode o coordenador não saber das existências de programas federais e municipais, se os professores declaram e mencionaram programas desenvolvidos dentro do contexto escolar.

Libâneo (2004) afirma que a direção escolar é a responsável pelo funcionamento administrativo e pedagógico da escola cabendo a essa, portanto, estimular junto ao seu corpo docente a visão da instituição escolar como um ambiente educativo em todos os seus aspectos, o que envolve novos olhares sobre as relações no interior da escola e requer a inovação nos processos educativos.

Pela expressão manifestada entre a maioria dos entrevistados, detectamos um certo desconhecimento da trajetória desempenhada pelo coordenador dentro da escola, o que indica a ausência de comprometimento diante da busca pela qualidade da educação.

Perguntado aos entrevistados se a escola recebe orientações para analisar e trabalhar os dados da avaliação externa, por quem e quais as orientações. O coordenador afirmou que sim, a escola em que atua recebe orientações e que tem articuladores que mantém contato direto com os gestores para passar as informações necessárias. De acordo com os professores participantes o planejamento das ações se estabelece na análise dos resultados pela equipe docente. Esses dados, seja da prova Brasil, ou informações do ENEM em cada ano, possibilita a retomada de conteúdos e habilidades não consolidadas. A orientação tanto em rede quanto no espaço escolar é que seja estabelecido um planejamento na prática escolar que reconheça as avaliações externas indispensáveis na prática docente, e essas orientações são feitas pela equipe das URES de cada região.

Diante do exposto nota-se que há um consenso entre os entrevistados, pois todos alegaram que analisam e trabalham os dados em concordância com as orientações recebidas visando uma melhoria no ensino.

Com esse olhar, a avaliação é capaz de fomentar nas escolas e nas redes uma investigação sistemática sobre a qualidade de suas práticas e dos seus resultados, articular os incentivos da avaliação externa com a cultura e os dispositivos de autoavaliação das escolas e reforçar a capacidade das escolas de desempenhar sua autonomia, regulando o funcionamento do sistema educativo de estudo dos estudantes. Porém, é essencial que os docentes saibam usufruir os instrumentos avaliativos assim como o seu uso na mudança da prática pedagógica.

Questionados se há alguma orientação do governo estadual sobre como conseguir bons resultados nas avaliações externas e qual seria essa orientação, os entrevistados

confirmaram que recebem orientações por parte do governo estadual e que o planejamento e implementação das ações são orientadas pela SEDUC na formação de competências ainda não consolidadas. Para isso forma-se um escopo de conteúdo com objetivos claros para o trabalho docente, visando a avaliação externa, onde se trabalha em cima das dificuldades mostradas pelos dados, fazendo um esforço conjunto entre URES, gestores e professores para melhoria dos resultados.

Nesta perspectiva, as avaliações externas acabam que influenciando toda Proposta Pedagógica Escolar no sentido de uma adequação dos conteúdos que devem ser trabalhados em sala de aula com base na Matriz Curricular e, assim, torna-se necessário uma formação mais contundente dos educadores em relação à avaliação dos processos de ensino e aprendizagem diante dos descritores da avaliação externa.

Perguntado se a Secretaria de Educação do Estado envia à escola algum tipo de informação sobre as avaliações externas e que tipo de informação, os entrevistados confirmaram que sim, e que a SEDUC/URE PEDREIRAS faz a assistência técnica pedagógica junto às escolas para a execução do plano de melhoria educacional visando o resultado do IDEB, onde, os alunos são preparados para a aplicação da prova Brasil a nível nacional. Os entrevistados também mencionaram que é enviado um planejamento apresentando os documentos norteadores da prática pedagógica aos professores, seguido de estudos e reflexões sobre a temática da avaliação externa.

Entendemos que a gestão da educação não é um fim em si, mas um meio para transformar a realidade educacional. O reforço destinado à mesma visa, em última instância, a qualificação dos processos e ações educacionais voltados para a melhoria da aprendizagem e formação dos alunos. Para Lück (2006), é do gestor escolar a responsabilidade de execução da política educacional do sistema e, também, do desenvolvimento dos objetivos escolares. Na escola, por sua posição central, o desempenho de seu papel exerce forte influência, tanto positiva, quanto negativa sobre todos os setores da instituição.

Neste sentido, a avaliação externa e a gestão escolar estão relacionadas, sendo a avaliação um instrumento que pode contribuir para o diagnóstico e esclarecimento de questões que circundam o cotidiano escolar. Nessa perspectiva, Luckesi (1998, p.43) afirma que a avaliação “deverá ser o instrumento dialético de avanço, terá de ser o instrumento de identificação de novos rumos. Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos”.

É importante que a gestão desempenhe papel de acompanhamento e suporte do trabalho educacional realizado na escola. Para isso, a avaliação torna-se uma ferramenta de

acompanhamento dessas ações, com a finalidade de produzir informações e levantar as necessidades para o desenvolvimento desse trabalho. Tal trabalho precisa ser desenvolvido de forma educativa, pela ação crítica e reflexiva e não marcada pelo trabalho burocrático e controlado.

Tabela 18.

Planilha de respostas – professores e coordenação (questão 18 a 21) – Políticas Governamentais – auxílio a escola – 3º parte dos entrevistados

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS – auxilia a escola		
DESCRIÇÃO DA PERGUNTA	PRO11	PRO12
18. Existem programas do governo (federal/estadual) para auxiliar professores e gestores nas escolas para o uso dos resultados da avaliação externa no processo de melhorias do ensino-aprendizado?	NÃO	Não existem planos, apenas recomendações.
19. A escola recebe orientações para analisar e trabalhar com estes dados? Se recebe: por quem e quais orientações?	NÃO	Não existe uma orientação formal
20. Há alguma orientação do governo estadual sobre como conseguir bons resultados nas avaliações externas? Se sim, qual?	NÃO	Não existe uma orientação formal
21. A Secretaria de Educação do Estado, envia à escola algum tipo de informação sobre as avaliações externas? Se sim, de que tipo/qual?	NÃO	Não existe uma orientação formal

Nota: dados da pesquisa

Para esse grupo de participantes as perguntas referentes à programas do governo (federal/estadual) para auxiliar professores e gestores nas escolas para o uso dos resultados da avaliação externa no processo de melhorias do ensino-aprendizado, e como se dá a orientação para o acompanhamento de dados e que tipo de informação é repassada, os entrevistados se atentaram apenas a responder que nas escolas em que atuam não existe nenhuma comunicação para repasse de orientação ou informativo por parte do governo federal ou estadual com que diz respeito a avaliação externa.

Para Barbosa e Mello (2015), de nada valerá os indicadores estatísticos sinalizarem seus resultados se não forem delimitados por uma presença ativa e questionadora daqueles que estão diretamente envolvidos com a gestão escolar. A fim de compreendê-la, foi possível observar que o trabalho do gestor nesse processo permite construir um diagnóstico das especificidades da realidade escolar, como apontar rumo, corrigir distorções, redimensionar metas e superar obstáculos, colocando em evidência o seu papel de articulador em direção à melhoria dos seus resultados e da qualidade educacional.

O que se notou foi a escassa qualificação e formação específica da equipe gestora e também dos professores sobre a importância da análise dos resultados das avaliações em larga

escala e, também, sobre os índices educacionais, o que dificulta a reflexão e a busca da profundidade na melhoria do trabalho.

Por fim, cabe questionarmo-nos sobre o que está sendo compreendido pelo termo qualidade quando apenas o resultado do Ideb é utilizado para aferir qualidade à educação. Acompanhar a qualidade da educação por índices numéricos talvez seja insuficiente para uma realidade complexa que as escolas públicas estão inseridas. Talvez caiba aprimorar os instrumentos de acompanhamento da aprendizagem dos alunos e analisar os resultados de forma contextualizada, observando outras dimensões do cotidiano escolar. À gestão da escola cabe um estudo aprofundado não somente dos índices, mas dos questionários respondidos pelos alunos, bem como planejamento de ações coletivas para melhorar a aprendizagem discente.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO E LINHA FUTURAS DE INVESTIGAÇÃO

Este capítulo tem como propósito analisar de forma conclusiva os resultados e as discursões da pesquisa. Também nesta seção traz a abordagem dos processos de Avaliação Externas, fazendo a proposta para novas linhas de investigação futura que podem ser desenvolvidas, de novos estudos ligados à questão educacional e que tragam contribuições para generalidades que podem passar despercebidas nas rotinas realizadas pelas instituições de ensino em determinada atividade realizada.

6.2 Conclusão

A pesquisa objetivou-se fazer um estudo exploratório em busca de analisar as implicações e os desafios das Avaliações Externas na Região Geográfica Imediata de Pedreiras, nos municípios intermediários de Pedreiras e Trizidela do Vale, buscando entender o que tem-se produzido nos cotidianos das escolas estaduais do ensino médio e nas Políticas Educacionais da Região.

No seu contexto, entende-se que as Avaliações Externas, buscam avaliar o desempenho das escolas em um determinada região, e são aplicadas pelos governos, podendo ser na escala Federal ou Estadual, conforme seus projetos avaliativos de educação. Levando ao propósito básico para o controle da gestão educacional, onde envolve-se o processo da monitoração das políticas públicas, voltadas para a realidade de uma região, verificando-se de forma geral o rendimento das práticas pedagógicas desenvolvidas.

Portanto, os dados obtidos dessas avaliações, servem também para auxiliar os gestores para a tomada de decisões, ligadas a toda a comunidade escolar, com as questões sobre as práticas pedagógicas elaboradas e direcionadas com objetivo final de contemplar uma educação voltada para aquisição do cohecimento.

Assim, entende-se que através desse contexto, o processo desenvolvido para a construção da avaliação, são constituídos por dois procesos distintos: onde o primeiro, está ligado avaliação interna, que tem como o alvo, verificar a aprendizagem dos alunos em sala de aula, e depois as avaliações externa, direcionadas para o desempenho das escolas em um certa região.

Com isso, pode-se entender qua aplicação de uma avaliação externa de larga escala, elimina o foco avaliativo do aluno, e inclui a escola, o município ou o Estado na questão do

desempenho escolar. Ou seja, a avaliação de larga escala possui o propósito de realizar uma avaliação de forma independente e sendo comparável diante a uma escala de tempo com as questões da educação de uma determinada região no Brasil.

De forma geral, as avaliações externas de larga escala, tem objetivo de aferir as habilidades e os conhecimentos dos alunos, com aplicação de testes, cuja finalidade está ligada para avaliação da qualidade do ensino da região, verificando com isso, os fatores contextuais que incidem direto na qualidade do aprendizado.

Segundo os professores entrevistados, onde houve um consenso nas respostas obtidas, com o resultado da avaliação externa, sempre vai ocorrer mudanças no modo de coordenar as ações pedagógicas, pois os mesmos terão de lidar com cobranças e pressões tanto por parte da direção escolar como da SEDUC/SEMED para que melhorem o desempenho escolar dos alunos, e, conseqüentemente irão cobrar mais empenho dos alunos. Segundo os entrevistados, esse círculo de cobranças de um segmento para com o outro acontece com a finalidade de aumentar o rendimento escolar dos estudantes nos testes e respectivamente o desempenho da escola no IDEB, o que, conforme os participantes, os resultados das avaliações em forma de ranking estimulam a competitividade entre as escolas e conseqüentemente entre os estudantes, se bem coordenado pelo professor, traz vários benefícios entre eles o aprendizado e o aumento do índice de desenvolvimento. Somente um participante expôs um comentário que não condiz com a temática da pergunta.

Diante do exposto, ficou claro que cabe ao gestor saber utilizar os resultados das avaliações. Para Machado (2012), “Usar os resultados das avaliações é colocar os dados obtidos no alicerce da construção de novas oportunidades de ensinar todos os alunos”. A análise e o estudo dos resultados obtidos pela escola fazem a diferença no papel educador da escola.

Sobre o trabalho do gestor, entende-se que compreender os resultados das avaliações externas está para além de vê-los como um fim em si mesmos, mas como ponto de partida para a tomada de decisões referente às práticas pedagógicas e a transformação social da escola, cumprindo com seu compromisso educativo e edificante

Questionados sobre quais os desafios das escolas para o uso eficaz dos resultados das Avaliações Externas para a melhoria do ensino, o gestor regional respondeu que o desafio maior é realizar um trabalho de melhoria da educação, independente das avaliações, e que essa preparação precisa ser permanente, pois assim quando vierem as avaliações externas os alunos já estarão preparados. Segundo o coordenador o maior desafio é realizar o planejamento das ações educativas da escola alinhadas à busca da melhoria dos resultados.

Para os professores entrevistados, o desafio está na gestão escolar, pois os gestores, diante dos resultados, precisam adotar uma série de ações baseadas na leitura e na análise detalhada do boletim com as avaliações, reunir a equipe para debater as informações obtidas e, com base no diagnóstico e nas reflexões realizadas, preparar um plano para transformar tudo isso em trabalho efetivo na escola. Os professores acreditam que as maiores implicações são, nas palavras de Werle (2004), que as avaliações externas, são estratégias implementadas por atores que não pertencem ao cotidiano escolar, podendo abranger todo o escopo ou apenas parte das ações das instituições e, sendo ou não de larga escala, referem-se ao tipo e à abrangência do instrumento avaliativo. Houve também aqueles entrevistados que o maior desafio está no empenho dos pais.

De modo geral, os professores apontam que são necessários que os próprios, de posse dos resultados, desenvolvam de forma coletiva as ações para os anos letivos seguintes dentro dessa perspectiva de resultados externos, e que nesses termos não haverá nenhuma dificuldade para que a escola implemente o uso eficaz de ações voltadas para melhoria do ensino. Os entrevistados acreditam que é preciso mais engajamento dos profissionais das disciplinas avaliadas, em querer trabalhar esses dados e as dificuldades mostradas neles e uma postura mais firme da escola na cobrança desse trabalho

Diante dos resultados apontados pelos entrevistados, pode-se entender que a política educacional motivada e direcionada para uma qualidade diferenciada e com resultados positivos no processo do ensino-aprendizagem, possibilita fazer uma melhor concentração para os esforços na melhoria das atividades pedagógicas na escola, levando em conta à busca de um processo qualitativo de avaliação nas redes escolares de maior amplitude, que, além de implementar a utilização das provas normatizadas, torna-se indiscutível nessa questão, que o professor busque utilizar esses resultados avaliativos no desenvolvimento de melhoria nas práticas pedagógicas aplicadas em sala de aula.

Portanto, é importante e necessário que os professores sejam estimulados, possibilitando dar-lhes condições estabelecidas pela gestão escolar, com intuito de oferecer o fomento essencial dos conhecimentos sobre todo o contexto, as suposições e os objetivos das Avaliações Externas, levando em conta também os atributos obtidos pelos resultados dos alunos para o complemento e o melhoramento do trabalho pedagógico na escola.

Conforme alguns autores e estudiosos da área educacional, afirmam que as ações expostas nesse contexto possibilitam de forma reguladora o processo de ensino-aprendizagem, pois relatam que as provas regulamentadas e normatizadas são desenvolvidas por uma matriz de conteúdo e portanto, fazer o estudo dessa matriz que fundamenta os temas contidos nas

provas, são de grande relevância para que o professor, permitindo-lhes a confrontá-los com o currículo aplicado em sala de aula e também na avaliações internas aplicadas na escola, toda essa questão acaba fortalecendo a melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos.

Diante do que foi exposto, foi possível constatar que a concepção de avaliação como um processo amplo de subsídio para tomada de decisões no âmbito dos sistemas de ensino ainda se encontra complexa entre os atores envolvidos, devendo ser entendida como um processo que visa contemplar competências e habilidades, o próprio currículo, as estratégias de ensino dos professores, os hábitos de estudo dos alunos, o tipo de gestão dos diretores e os recursos a eles oferecidos para melhor realizar seu trabalho.

Diante desse fato, pode-se considerar que o professor é o principal utilizador dos resultados obtidos pelas Avaliações Externas e, portanto, fazer o planejamento e montar um plano de ação é fundamental para que se possa compreender a necessidade de reflexão sobre as ações pedagógicas, no entendimento do uso dos resultados pelos alunos no desenvolvimento dos trabalhos dos professores.

Diante de todos os fatores apresentados na pesquisa pode-se concluir que as Avaliações Externas proporcionam dados que podem renovar o delinemanento correto da escola pública, onde sua função social diante a sociedade democrática é fazer garantir de forma efetiva o ensino-aprendizagem de qualidade para a educação pública.

6.1 Linha futura de investigação

Os autores e pesquisadores que promoveram a base desse trabalho acadêmico, demonstram que a principal obrigação das avaliações externas é promover a orientação nas políticas educacionais do país, contribuindo para a gestão das escolas com impactos positivos nas práticas em sala de aula.

Assim, entende-se que fazer o uso das avaliações externas como instrumento para auxiliar nas tomadas de decisões de nos sistemas educacionais ou diretamente nas escolas é uma experiência que os estudos explicitam estar associados as redes e nas escolas que apresentam os melhores resultados na sua aprendizagem.

Em várias pesquisas avaliadas no desenvolvimento desse trabalho, e relatos de professores entrevistados, mostram que os diretores das escolas de maior desempenho escolar nas avaliações externas costumam desenvolver atividades de programas de incentivos para toda a equipe da escola, em busca de utilizarem os dados da

avaliação externa nos seus planejamentos pedagógicos e no gerenciamento escolar, onde ações diárias envolvem a discussão dos dados das avaliações internas e também as externas.

Deste modo, para estudos futuros com o tema ligados as avaliações externas, são necessários pesquisas mas amplas que busquem fazer um apanhado maior com a classe da direção escolar, avaliando o modelo praticado na gestão escolar com os resultados das avaliações externas, com intuito de construir um modelo de gestão que possibilite a fusão da gestão escolar com avaliações externas para a qualidade da educação. Portanto, apesar que a pesquisa aponta que ainda é necessário avançar com esse tema, sabe-se que é fundamental o seu papel diante da política educacional, pois é necessário verificar o direito da aprendizagem, se realmente está sendo garantido de forma efetiva.

Referências Bibliográficas

- Adrião, T.; Borghi, R. (2008). Parcerias entre prefeituras e a esfera privada: estratégias privatizantes para a oferta da educação pública em São Paulo? In: Adrião, T.; PeronI, V. (Org.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã.
- Afonso, Almerindo J. (2009). Nem tudo o que conta é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, 13(1),13-29.
- Alavarse, O. M.; Machado, C. (2012). *Impactos e desafios da avaliação externa para as redes e escolas*. Bauru (SP): CONAVE.
- Alves, Júlia Falivene. (2013). *Avaliação educacional: da teoria à prática*. Rio de Janeiro: LTC.
- Bardin, L.(1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barretto, E. S. S. e Pinto, R. P. (Coord.). (2001). Avaliação na educação básica: 1990-1998. *Cadernos de Pesquisa*, 114(3), 49-88.
- Barretto, E. S. S.; Pinto, R. P. (2001). *Avaliação de programas educacionais: indagações metodológicas e disseminação de resultados. Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC.
- Bogdan, R. C.; Biklen, S. K. (1982). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora.
- Bonamino, A. C. e Sousa, S. Z. (2012). Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, S.P., 38(2), 373-388.
- Bonamino, A. C. (2002). *Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências*. Rio de Janeiro: Quartet.
- Bonamino, Alicia Catalano; Franco, Creso. (1999). Avaliação e Política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 108(2), 101-132.
- Brandalise, Mary Ângela Teixeira. (2010). *Auto-avaliação de escolas: processo construído coletivamente nas instituições escolares*. (Tese de Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Brasil. (2001). *Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação – PNE/MEC*. Brasília: Inep.
- Brasil. (1988). *Constituição Federal (1988)*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- Brasil. (2017). *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular*. Terceira Versão. Brasília, 2017.
- Brasil. (1999). *Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 7 de abril de 1999*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília.
- Brasil.(2009). *Parecer n. 20, de 11 de novembro de 2009*. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília.
- Cabral, Maria Do Socorro Coelho. (1984). *Política e Educação no Maranhão*. São Luís: SIOGE
- Castro, Maria H. G. (2009). A consolidação da política de avaliação da educação básica no Brasil. *Meta: avaliação*, Rio de Janeiro, 1(3), 271-296.
- Castro, Maria Helena G. de. (2007). *O Desafio da qualidade*. In: ITuassu, Arthur; Almeida, Rodrigo de (Org.). *O Brasil tem jeito?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Coelho, M. I. M. (2008). Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, 16(59), 229-258.
- Cohen, E. e Franco, R. (1993), *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Crocco, Luciano et al. (2006). *Marketing: perspectivas e tendências*. São Paulo: Saraiva.
- Dias Sobrinho, J. (2002). *Avaliação da educação superior*. R.J.:Vozes
- Dino, Flavio (2016). *Escola digna, a escola que sonhamos. Maranhão da gente*. Disponível em: <http://www.maranhaodagente.com.br/>.
- Faria, Carlos Aurélio Pimenta de. (2005). A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 20(59), 97-109.
- Faria, Carlos Aurélio Pimenta de. figueiras, Cristina Almeida Cunha. (2007). As Políticas dos sistemas de Avaliação da Educação Básica do Chile e do Brasil. In: hochman, Gilberto (org). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Fernandes, R. (2007). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Fernandes, Reynaldo; Gremaud, Amaury P. (2009). Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. In: Veloso, F. et al. (Org.). *Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier.

- Fiorenti, D., & Lorenzato, S. (2009). Ética na pesquisa educacional: Implicações para a educação matemática. In D. Fiorentini & S. Lorenzato (Eds.), *Investigação em educação matemática: Percursos teóricos e metodológicos*. Campinas: Autores Associados.
- Flick, U. (2013). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.
- Franco, C., Alves, F., Bonamino, A. (2007). Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. *Educação & Sociedade*, Campinas, 28(100), 989-1014.
- Franco, Maria L. P. Barbosa. (1993). Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional. (In) SOUSA, Clarilza Prado de. (Org.). *Avaliação do Rendimento Escolar*. (2a ed.). Campinas, SP: Papiruns.
- Freitas, D. N. T. (2007a). *A avaliação da educação básica no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Freitas, D. N. T. (2009). Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. *Educação e Sociedade*, São Paulo, 28(99), 501-521.
- Freitas, Luiz Carlos de. (2007). Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *Revista Educação. Social*, São Paulo, 28(100), 965- 987.
- Garcia, Ana Lúcia. (2010). *Gestão da Escola, Qualidade do Ensino e Avaliação Externa: desafios na e da escola*. (Dissertação de Mestrado em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, Brasil.
- Gatti, B. A. (2003). O Professor e a Avaliação em Sala de Aula. In: *Estudos em Avaliação Educacional*, 2(27), 89-91.
- Gauthier, B. (org). (1987). *Recherche sociale*. Québec (Canadá): Presses de l'Université Du Québec (Canadá).
- Gewehr, G. G. (2010). *Avaliação da educação básica: políticas e práticas no contexto de escolas públicas municipais*. (Dissertação de Mestrado em Ciências humanas), PUCPR, Curitiba, Brasil.
- Gimeno Sacristán, José. (1996). A Avaliação no ensino. In: Gimeno Sacristán, José; Pérez Gómez, Ángel I. *Compreender e transformar o ensino*. (4a ed.). Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed.
- Haddad, Fernando. (2008). *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: Inep.
- Koetz, C. M. (2010). Atuação da equipe diretiva e avaliações em larga escala: em busca de uma gestão democrática da escola pública. In: Werle, F. O. C. (org.) *Avaliação em larga escala – foco na escola*. Brasília: Liber Livro.
- Laval, C. (2004). *A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo e o ataque ao ensino público*. Londrina: Editora Planta.

- Libâneo, J. C. (2004). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. (5a ed.). Goiânia: Alternativa.
- Lima, Simone Estigarribia de. (2011). *A política educacional em municípios com bons resultados no IDEB – mapeamento de características*. (Dissertação de Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
- Luckesi, C. C. (2013). *Avaliação da aprendizagem, institucional e de larga escala*. Salvador. Disponível em: <http://luckesi.blog.terra.com.br/2012/11/15/avaliacao-da-aprendizageminstitucional-e-de-larga-escala/>.
- Luckesi, Cipriano Carlos. (2013). *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos.
- Lüdke, M.; André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Machado, C. (2012). Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. *Revista @mbienteducacao*, São Paulo, 5(1), 70-82.
- Martins, S. M. (2010). *O papel do coordenador pedagógico na melhoria da educação básica: uma reflexão sobre o uso da avaliação externa*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas), Unoeste, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
- Nevo, David. (1997). Avaliação por diálogos: uma contribuição possível para o aprimoramento escolar. In: Tiana, Alejandro. (Coord.). *Seminário Internacional de Avaliação Educacional*. Brasília: Inep.
- Oliveira, A. P. de M. (2011). *A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal*. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Oliveira, Romualdo P.; Araujo, Gilda C. (2005). Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, 28(4), 5-23.
- Ovando, N. G.; Freitas, D. N. T. (2011). As iniciativas de avaliação nas redes escolares municipais. In: Freitas, D. N. T.; Real, G. C. M. (Org.). *Políticas e monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais*. Dourados, MS: Ed. UFGD.
- Paro, V. H. (2000). *Administração escolar: introdução crítica*. (9a ed.). São Paulo: Cortez.
- Paro, V. H. (1984). *Gestão democrática da escola pública*. (3a ed.). São Paulo: Ática.
- Paviani, Jayme. (2005). *Interdisciplinaridades: Conceito e distinções*. Porto Alegre, Pyr Edições.
- peroni, V. M. V. (2010). Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. *RBPAAE*, São Paulo, 25(2), 285-300.
- Pilati, O. (1994). Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, *Revista Abril*, Rio de Janeiro, 2(1),11-30. 1994.

- Piletti, Nelson. (2010). *Educação Básica: da organização legal ao cotidiano escolar*. São Paulo: Ática.
- Saravia, Enrique & Ferrarezi, Elisabete. (2006). *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP.
- Saul, A. M. (2001). *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. (6a ed.). São Paulo: Cortez.
- Saviani, D. (2007). O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, 28(100), 1231-1255.
- Silva, V. G., et al. (2013). *Uso da avaliação externa por equipes gestoras e profissionais docentes: um estudo em quatro redes de ensino público*. São Paulo: SEP/FCC.
- Sousa, S. M. Z. L.; Arcas, P. H. (2010). Implicações da avaliação em larga escala no currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo. *Educação: teoria e prática*, Rio Claro, 20(35), 181-199.
- Sousa, S. M. Z. L.; Lopes, V. V. (2010). Avaliação nas políticas educacionais atuais reitera desigualdades. *Revista Adusp: dossiê educação no Brasil*, São Paulo, 46(2), 53-59.
- Sousa, S. Z.; Oliveira, R. P. de. (2010). Sistemas estaduais de avaliação: uso de resultados, implicações e tendências. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 40(141), 793-822.
- Sousa, Sandra Zákia L. (1993). Revisando a teoria da avaliação da aprendizagem. (In) SOUSA, Clarilza Prado de. (Org.). *Avaliação do Rendimento Escolar*. (2a ed.). Campinas, SP: Papiruns.
- Sousa, Sandra Zákia. (1997). Avaliação Escolar e Democratização: o direito de errar. In: Aquino, Júlio Groppa. (Org.). *Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.
- Triviños, Augusto Nivaldo Silva.(1987). Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.
- Vianna, H. M. (2005). *Fundamentos de um programa de avaliação educacional*. Brasília: Liber Livro.
- Vieira, Sofia L. (Org.). (2009). *Educação básica: política e gestão da escola*. Fortaleza: Liber Livro.
- Vieira, Sofia L. (2007). Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, São Paulo, 23(1), 53-69.
- Weber, Silke. (2008). Relações entre esferas governamentais na educação e PDE: o que muda? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 38(134), 305-318.
- Werle, F. O. C. (2010). Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. *Revista Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, 19(73), 769-792.

**Apêndice A – Roteiro de Entrevista
GESTOR/ PROFESSOR / COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA
GESTOR/ PROFESSOR / COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado em Ciências da Educação, realizada no Instituto de Educação Superior ILUSES em convênio com a Escola Superior de Educação João de Deus na cidade de Lisboa - Portugal. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (tese de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual.

CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADOS			
Dados pessoais e profissionais			
ESCOLA:			
NOME:			
Faixa etária:			
Até 20 anos (); Entre 21 e 25 anos (); Entre 26 e 30 (); Entre 31 e 40 anos (); Entre 41 e 50 () e Acima de 50 anos ()			
Curso de graduação na área de:			

Curso de Pós-Graduação na área de:			

Qual função desempenha na escola?			

Há quanto tempo exerce essa função?			

Sua experiência como professor, tempo em anos:			
Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós

ROTEIRO DE ENTREVISTA			
DIREÇÃO ESCOLAR / PROFESSOR / COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA			
Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado em Ciências da Educação, realizada no Instituto de Educação Superior ILUSES em convênio com a Escola Superior de Educação João de Deus na cidade de Lisboa - Portugal. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (tese de Mestrado), sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual.			

AVALIAÇÕES EXTERNAS			
OBJETIVO PRINCIPAL DA PESQUISA			
Analisar as implicações e os desafios das Avaliações Externas na Região Geográfica Imediata de Pedreiras, nos municípios intermediários de Pedreiras e Trizidela do Vale, tem produzido nos cotidianos das escolas estaduais do ensino médio e nas Políticas Educacionais da Região.			
INDAGAÇÕES COMPLEMENTARES DO PESQUISADOR			
Até que ponto as avaliações em larga escala contribuem de forma efetiva para a aprendizagem dos alunos na região geográfica imediata de Pedreira no Estado do Maranhão?			
Como esses dados da avaliação externa estão sendo utilizados na visão dos professores e dos gestores (diretor e coordenador pedagógico) nas escolas para contribuição da melhoria da qualidade da educação na região imediata de Pedreiras - MA?			

Existem programas governamentais direcionados as avaliações externas nas escolas para auxiliar os professores e gestores no uso dos resultados para a melhoria do ensino e aprendizado?
Analisar quais as implicações e os desafios para o processo das avaliações externas contribuir efetivamente para o ensino-aprendizagem nas escolas da região geográfica Imediata de Pedreiras - MA.

ROTEIRO DE PERGUNTAS
AVALIAÇÃO EXTERNAS – Melhoria na Qualidade de Ensino
<p>A atual política educacional de avaliação externa, mudou seu modo de coordenar as ações pedagógicas da escola? Em que aspectos? Qual sua opinião sobre o IDEB? Você sabe os resultados das últimas avaliações externas ocorrida na sua escola? Sim() Não (), Em caso positivo, você poderia apontar ações/iniciativas estaduais e da própria escola que têm contribuído para esse resultado? Como essas iniciativas/ações foram definidas? Quem participou dessas definições? Você recebeu alguma orientaçãocurso sobre como interpretar e utilizar os resultados das avaliações externas em sua escola (para se elaborar o plano de trabalho da escola, para acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos)? Se sim, como foi? Os professores de sua escola debateram sobre como fazer a aplicação da Prova Brasil? Se sim, como foi? A escola tem adotado ou planejado ações para analisar os resultados e melhorar o desempenho nas avaliações? Se sim, quais ações e em quais momentos? Quais as relações entre o planejamento escolar e os resultados da avaliação? Quando e como a escola recebe os resultados da avaliação? Qual o seu ponto de vista, referente aos dados emitidos pelos órgãos governamentais de avaliações externas realizadas na escola, isto é, como são utilizados estes dados pelos gestores da escola (Diretor/Coordenador Pedagógico)? Professores? Coordenador regional? Para a melhoria da qualidade da educação.</p>
IMPLICAÇÕES E DESAFIOS – Avaliação Externas
<p>No seu ponto de vista, o processo de avaliação externa do governo, traz consequências (positivas/negativas) para aprendizagem dos alunos? Se sim? Quais? Se Não? Porque? No seu ponto de vista, quais os desafios das escolas para o uso eficaz dos resultados das Avaliações Externas para a melhoria do ensino? Fale um pouco sobre as implicações do sistema avaliativo, a gestão e o trabalho pedagógico da escola.</p>
ENSINO-APRENDIZAGEM – Melhorias através da Avaliação Externas
<p>Qual o seu ponto de vista, quanto as contribuições das avaliações externas para o ensino-aprendizado aos alunos da escola e para a região geográfica Imediata de Pedreiras? Devido ao IDEB, há alguma orientação da Secretaria de Educação do Estado para a melhoria do desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa? Se sim, o que vem sendo feito? Há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para a realização dessas ações? O que tem sido feito para a melhoria de desempenho nas demais disciplinas? Há algum tipo de apoio da Secretaria de Educação para realização dessas ações?</p>
POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS – auxílio a escola
<p>Existem programas do governo (federal/estadual) para auxiliar professores e gestores nas escolas para o uso dos resultados da avaliação externa no processo de melhorias do ensino-aprendizado? A escola recebe orientações para analisar e trabalhar com estes dados? Se recebe: por quem e quais orientações? Há alguma orientação do governo estadual sobre como conseguir bons resultados nas avaliações externas? Se sim, qual? A Secretaria de Educação do Estado, envia à escola algum tipo de informação sobre as avaliações externas? Se sim, de que tipo/qual?</p>

Apêndice B

TERMO DE CONSENTIMENTO DA ESCOLA

A presente pesquisa contempla o projeto de pesquisa do Instituto de Educação Superior - ILUSES, no Mestrado em Ciências da Educação na área de Supervisão Pedagógica de convênio com a Escola Superior de Educação João de Deus – Lisboa/Portugal e se propõe a observar, fotografar e entrevistar os envolvidos no tema da pesquisa. Na escola _____

de Ensino Fundamental. A pesquisa intitula-se: **AVALIAÇÃO EXTERNA NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS: Implicações e Desafios nas Escolas do Ensino Médio na Região Geográfica Imediata de Pedreiras - Maranhão – Brasil.**

Para este fim, os intervenientes (gestores, coordenadores, professores) serão convidados a participar da referida pesquisa como voluntários com entrevistas e observações sobre o uso das estratégias desenvolvidas para a melhoria do ensino-aprendizagem. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo. Entretanto, como estudo exploratório que se impõe, pede-se permissão para menção aos nomes ou imagens dos participantes quando estas se fizerem necessárias à comprovação dos dados e informações, sendo preservada a identificação e imagem dos sujeitos participantes, em quaisquer apresentações orais ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. A participação nesta pesquisa é voluntária e o (a) participante pode a qualquer momento interromper a sua participação, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo. O pesquisador responsável por esta pesquisa é o **Professor Doutor Jorge Castro - Portugal** e sua equipe de investigação no Brasil, que se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida que eventualmente o participante e/ou seu responsável legal venha a ter, no momento da pesquisa ou posteriormente, através dos telefones 98 99132-1349 co-orientador, professor Mestre **Marcos Borges** ou por e-mail: marcos.borges@iluses.com.br, ou pelo telefone (+55) 98 99234-5000 ou e-mail: joeline.leal@hotmail.com do *mestrando pesquisador* – **Joeline Santos da Silva Leal**, Após ter sido devidamente informados de todos os aspectos desta pesquisa ACADÊMICA e ter tido oportunidade para esclarecer todas as minhas dúvidas, eu (DIRETOR) autorizo a utilização dos dados, informações e imagens da escola, enquanto Participante da pesquisa.

Eu _____ autorizo a recolha, registo, tratamento e análise das respostas em questionários, depoimentos em entrevistas e conversas informais, bem como de imagens e documentos escolares relacionados exclusivamente ao fim desta pesquisa.

São Luís - MA, Brasil, de _____ de _____ 2019

DIREÇÃO ESCOLAR

Apêndice C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) **AVALIAÇÃO EXTERNA NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS: Implicações e Desafios nas Escolas do Ensino Médio na Região Geográfica Imediata de Pedreiras - Maranhão – Brasil**. Desenvolvido pelo *mestrando pesquisador* – **Joeline Santos da Silva Leal**. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / co-orientada] pelo Professor Mestre – Marcos Borges, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (98) 99132-1349 ou e-mail – marcos.borges@ilusofono.com.br. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Pedreiras - MA, __ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

Assinatura do(a) testemunha(a): _____